



# SENADO FEDERAL

**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA  
NACIONAL**

## **PAUTA DA 46ª REUNIÃO**

**(3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura)**

**10/10/2013  
QUINTA-FEIRA  
às 10 horas**

**Presidente: Senador Ricardo Ferraço**

**Vice-Presidente: Senador Jarbas Vasconcelos**



**Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional**

**46ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª  
LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM 10/10/2013.**

**46ª REUNIÃO, ORDINÁRIA**

***Quinta-feira, às 10 horas***

# **SUMÁRIO**

<b>ITEM</b>	<b>PROPOSIÇÃO</b>	<b>RELATOR (A)</b>	<b>PÁGINA</b>
<b>1</b>	<b>MSF 64/2013</b> - Não Terminativo -	<b>SEN. EDUARDO SUPLICY</b>	<b>9</b>
<b>2</b>	<b>MSF 65/2013</b> - Não Terminativo -	<b>SEN. EDUARDO LOPES</b>	<b>52</b>
<b>3</b>	<b>MSF 68/2013</b> - Não Terminativo -	<b>SEN. ROBERTO REQUIÃO</b>	<b>80</b>
<b>4</b>	<b>MSF 79/2013</b> - Não Terminativo -	<b>SEN. ARMANDO MONTEIRO</b>	<b>113</b>

**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE**

PRESIDENTE: Senador Ricardo Ferraço

VICE-PRESIDENTE: Senador Jarbas Vasconcelos

(19 titulares e 19 suplentes)

TITULARES	<b>Bloco de Apoio ao Governo(PSOL, PT, PDT, PSB, PCdoB)</b>		SUPLENTES
Jorge Viana(PT)(51)	AC (61) 3303-6366 e 3303-6367	1 Delcídio do Amaral(PT)	MS (61) 3303-2452 a 3303 2457
Eduardo Suplicy(PT)	SP (61) 3303-3213/2817/2818	2 Randolfe Rodrigues(PSOL)(59)(51)(52)	AP (61) 3303-6568
Vanessa Grazziotin(PCdoB)(12)(14)	AM (61) 3303-6726	3 Lindbergh Farias(PT)(11)	RJ (61) 3303-6427
Anibal Diniz(PT)(13)(17)(16)(52)	AC (61) 3303-4546 / 3303-4547	4 Eduardo Lopes(PRB)(25)(26)	RJ (61) 3303-5730
Cristovam Buarque(PDT)	DF (61) 3303-2281	5 Pedro Taques(PDT)(24)	MT (61) 3303-6550 e 3303-6551
Lídice da Mata(PSB)(50)	BA (61) 3303-6408/ 3303-6417	6 João Capiberibe(PSB)(23)	AP (61) 3303-9011/3303-9014
	<b>Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PSD, PMDB, PP)</b>		
Ricardo Ferraço(PMDB)(48)	ES (61) 3303-6590	1 Sérgio Souza(PMDB)(48)	PR (61) 3303-6271/ 6261
Jarbas Vasconcelos(PMDB)(48)	PE (61) 3303-3245	2 João Alberto Souza(PMDB)(48)	MA (061) 3303-6352 / 6349
Pedro Simon(PMDB)(35)(32)(48)(31)	RS (61) 3303-3232	3 Roberto Requião(PMDB)(48)	PR (61) 3303-6623/6624
Eunício Oliveira(PMDB)(48)	CE (61) 3303-6245	4 Romero Jucá(PMDB)(48)	RR (61) 3303-2112 / 3303-2115
Luiz Henrique(PMDB)(48)	SC (61) 3303-6446/6447	5 Ana Amélia(PP)(48)	RS (61) 3303-6083/6084
Francisco Dornelles(PP)(48)	RJ (61) 3303-4229	6 Sérgio Petecão(PSD)(22)(29)(40)(48)(21)	AC (61) 3303-6706 a 6713
	<b>Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)</b>		
Alvaro Dias(PSDB)(47)(46)	PR (61) 3303-4059/4060	1 Aloysio Nunes Ferreira(PSDB)(46)	SP (61) 3303-6063/6064
Paulo Bauer(PSDB)(10)(46)	SC (61) 3303-6529	2 Flexa Ribeiro(PSDB)(46)	PA (61) 3303-2342
José Agripino(DEM)	RN (61) 3303-2361 a 2366	3 Osvaldo Sobrinho(PTB)(53)(18)(66)(38)(65)	MT (61) 3303-1146/3303-1148/ 3303-4061
Cyro Miranda(PSDB)(60)	GO (61) 3303-1962	4 Cícero Lucena(PSDB)(63)	PB (61) 3303-5800 5805
	<b>Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PRB, PSC, PR)</b>		
Mozarildo Cavalcanti(PTB)(61)(62)(57)	RR (61) 3303-4078 / 3315	1 Gim(PTB)(54)(42)(57)	DF (61) 3303-1161/3303-1547
Fernando Collor(PTB)(39)(57)	AL (61) 3303-5783/5786	2 Eduardo Amorim(PSC)(9)(57)	SE (61) 3303 6205 a 3303 6211
Magno Malta(PR)(33)(43)(44)(34)(57)	ES (61) 3303-4161/5867	3 Armando Monteiro(PTB)(27)(28)(64)(45)(57)	PE (61) 3303 6124 e 3303 6125

(1) Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular para compor a CRE.

(2) Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

(3) Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CRE.

(4) Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CRE.

(5) Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 32, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, para compor a CRE.

(6) Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CRE.

(7) Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 59, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Vital do Rego, Pedro Simon e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Lobão Filho, Romero Jucá, Ana Amélia, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CRE.

(8) Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Anibal Diniz, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Marcelo Crivella, Clésio Andrade, Acir Gurgacz e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes, para comporem a CRE.

(9) Em 22.02.2011, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 034/2011 - GLPTB / Of. nº 021/2011 - GLBAG).

(10) Em 23.03.2011, o Senador Paulo Bauer é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 057/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.

(11) Em 13.04.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro. (Of. nº 051/2011 - GLDBAG)

(12) Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

(13) Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

(14) Em 03.08.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 098/2011 - GLDBAG)

(15) O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

(16) Em 25.08.2011, o Bloco de Apoio ao Governo cede uma vaga de titular na Comissão ao Bloco Parlamentar da Maioria (Of. nº 106/2011-GLDBAG).

(17) Em 29.08.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 237/2011 - GLPMDB)

(18) Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).

(19) Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011 e do Of. nº 17/2011-GLPR.

- (20) Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
- (21) Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
- (22) Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
- (23) Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 147/2011-GLDBAG)
- (24) Em 09.02.2012, o Senador Pedro Taques é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz. (Of. 022/2012 - GLDBAG)
- (25) Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
- (26) Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 29/2012 - GLDBAG).
- (27) Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
- (28) Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
- (29) Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
- (30) Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- (31) Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
- (32) Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
- (33) Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
- (34) Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (OF. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).
- (35) Em 09.08.2012, o Senador Jacer Barbalho é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Tomás Correia (OF. GLPMDB nº 192/2012).
- (36) Em 09.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 191/2012).
- (37) Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
- (38) Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
- (39) Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
- (40) Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
- (41) Em 23.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 354/2012).
- (42) O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
- (43) Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
- (44) Em 17.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. Nº 217/2012-BLUFOR).
- (45) Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciar-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
- (46) Em 07.2.2013, foi lido o Of. Nº 013/13, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Lúcia Vânia e Paulo Bauer, como membros titulares, e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro, como membros suplentes, para compor a Comissão.
- (47) Em 26.02.2013, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 55/2013-GLPDSB).
- (48) Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 42/2013, designando os Senadores Ricardo Ferraço, Jarbas Vasconcelos, Pedro Simon, Eunício Oliveira, Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e os Senadores Sérgio Souza, João Alberto Souza, Roberto Requião, Romero Jucá, a Senadora Ana Amélia e o Senador Sérgio Petecão como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
- (49) Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ricardo Ferraço e Jarbas Vasconcelos Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 001/2013 - CRE).
- (50) Em 27.02.2013, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. GLDBAG nº 024/2013).
- (51) Em 05.03.2013, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Anibal Diniz, que passa a ocupar a suplência na Comissão (OF. GLDBAG nº 29/2013).
- (52) Em 07.03.2013, o Senador Anibal Diniz é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 42/2013-GLDBAG).
- (53) Em 07.03.2013, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 14/2013-GLDEM).
- (54) Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (OF. BLUFOR nº 033/2013).
- (55) Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013)  
"A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL – determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários.  
Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."
- (56) Bloco Parlamentar da Maioria: 6 titulares e 6 suplentes.  
Bloco de Apoio ao Governo: 6 titulares e 6 suplentes.  
Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes.  
Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.
- (57) Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Sodré Santoro, Fernando Collor e Magno Malta, e membros suplentes os Senadores Gim e Eduardo Amorim para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 48/2013).
- (58) Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
- (59) Em 21.03.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 54/2013-GLDBAG).
- (60) Em 04.04.2013, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 110/2013-GLPDSB).
- (61) Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
- (62) Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 83/2013-BLUFOR).
- (63) Em 23.04.2013, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 127/2013-GLPDSB).
- (64) Em 06.08.2013, o Senador Armando Monteiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 155/2013-BLUFOR).
- (65) 3. Em 13.09.2013, o Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na sessão de 10.09.2013.
- (66) Em 19.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente do Bloco da Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. s/n das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas).

REUNIÕES ORDINÁRIAS:  
SECRETÁRIO(A): JOSÉ ALEXANDRE GIRÃO MOTA DA SILVA  
TELEFONE-SECRETARIA: 3303-3496  
FAX: 3303-3546

PLENÁRIO Nº 7 - ALA ALEXANDRE COSTA  
TELEFONE - SALA DE REUNIÕES:  
E-MAIL: scomcre@senado.gov.br



SENADO FEDERAL  
SECRETARIA-GERAL DA MESA  
SECRETARIA DE COMISSÕES  
COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO  
FEDERAL

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA  
54ª LEGISLATURA**

**Em 10 de outubro de 2013  
(quinta-feira)  
às 10h**

**PAUTA**

46ª Reunião, Ordinária

**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA  
NACIONAL - CRE**

	Deliberativa
<b>Local</b>	Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7

# PAUTA

## ITEM 1

### MENSAGEM (SF) Nº 64, de 2013

- Não Terminativo -

*Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a indicação do Senhor SÉRGIO LUIZ CANAES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Sérvia e, cumulativamente, junto a Montenegro.*

**Autoria:** Presidente da República

**Relatoria:** Senador Eduardo Suplicy

**Relatório:** Os integrantes da Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

**Observações:**

1 - *Leitura do Relatório, conforme a Resolução nº 41, de 2013 - SF.*

**Textos disponíveis:**

[Avulso da matéria](#)

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

[Relatório](#)

## ITEM 2

### MENSAGEM (SF) Nº 65, de 2013

- Não Terminativo -

*Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a indicação do Senhor APPIO CLAUDIO MUNIZ ACQUARONE FILHO, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Chipre.*

**Autoria:** Presidente da República

**Relatoria:** Senador Eduardo Lopes

**Relatório:** Os integrantes da Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

**Observações:**

1 - *Leitura do Relatório, conforme a Resolução nº 41, de 2013 - SF.*

**Textos disponíveis:**

[Avulso da matéria](#)

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

[Relatório](#)

## ITEM 3

### MENSAGEM (SF) Nº 68, de 2013

- Não Terminativo -

*Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a indicação do Senhor RUY CARLOS PEREIRA, Ministro de*

*Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Bolivariana da Venezuela.*

**Autoria:** Presidente da República

**Relatoria:** Senador Roberto Requião

**Relatório:** Os integrantes da Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

**Observações:**

1 - *Leitura do Relatório, conforme a Resolução nº 41, de 2013 - SF.*

**Textos disponíveis:**

[Avulso da matéria](#)

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

[Relatório](#)

#### ITEM 4

#### MENSAGEM (SF) Nº 79, de 2013

**- Não Terminativo -**

*Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor FLAVIO MAREGA, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Arábia Saudita e, cumulativamente, junto à República do Iêmen.*

**Autoria:** Presidente da República

**Relatoria:** Senador Armando Monteiro

**Relatório:** Os integrantes da Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

**Observações:**

1 - *Em 19/09/2013, foi lido o Relatório e concedida vista coletiva, conforme a Resolução nº 41, de 2013-SF.*

2 - *A arguição do indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nesta Reunião.*

**Textos disponíveis:**

[Avulso da matéria](#)

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

[Relatório](#)

1



**SENADO FEDERAL**  
 Gab. Senador Eduardo Suplicy

## RELATÓRIO Nº , DE 2013

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem nº 64, de 2013 (Mensagem nº 305 de 29/07/2013, na origem), da Senhora Presidente da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a indicação do Senhor **SERGIO LUIZ CANAES**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Sérvia e, cumulativamente, junto a Montenegro.*

RELATOR: Senador **EDUARDO MATARAZZO SUP LIC Y**

### I – RELATÓRIO

Esta casa do Congresso Nacional é chamada a opinar sobre a indicação que a Senhora Presidente da República faz do Senhor **SERGIO LUIZ CANAES**, *Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Sérvia e, cumulativamente, junto a Montenegro.*

A Constituição Federal atribui competência privativa ao Senado Federal para aprovar previamente, por voto secreto, após arguição em sessão secreta, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV).

O Ministério das Relações Exteriores, atendendo ao preceito regimental [art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF)], elaborou currículo do diplomata indicado, bem como análise de conjuntura dos países a que se destina e, ainda, a relação de acordos bilaterais entre o Brasil e aquelas soberanias. Dos



SF/13526.75276-21

Página: 1/5 04/10/2013 13:09:04

c92cf53b7cbb7ff7998a7cb81ad01266ce606c09





**SENADO FEDERAL**  
 Gab. Senador Eduardo Suplicy

documentos encaminhados, extraímos, para este Relatório, as informações que seguem.

Nascido em São Paulo, em 29 de setembro de 1954, o indicado é filho de Jurandyr Canaes e Nadir Santin Canaes. Em 1976, graduou-se em Economia e Administração e Arquitetura e Urbanismo, ambos os cursos pela Universidade de São Paulo.

Ingressou na carreira diplomática no posto de Terceiro Secretário em 1984, após concluir o Curso de Preparação da Carreira Diplomática do Instituto Rio Branco. Ascendeu a Conselheiro, em 1999, a Ministro de Segunda Classe, em 2005, e a Ministro de Primeira Classe, 2012. Em todas as ocasiões, por merecimento.

Na Chancelaria, exerceu, entre outras, as seguintes funções: Coordenador-Geral de Protocolo, 1998; Chefe da Divisão de Feiras e Turismo, 2005; Coordenador da Comissão Especial encarregada da organização da visita do Papa Bento XVI ao Brasil, 2007.

No exterior, desempenhou, entre outros, os cargos de Primeiro Secretário da Embaixada em Ottawa, 1995; Encarregado de Negócios em Missão Transitória na Embaixada em Beirute, 1996; Conselheiro na Embaixada em Roma, 2000; e Embaixador em Riade e, cumulativamente, Sana.

Foi agraciado com a Ordem de Rio Branco, no grau de Comendador, em 2000.

Sobre os países designados – a República da Sérvia e Montenegro –, referimo-nos a algumas considerações trazidas pelo informe ministerial no tocante às relações bilaterais, de modo a subsidiar a sabatina pela Comissão.

A atual República da Sérvia foi um principado autônomo (face ao Império Austríaco) entre 1817 e 1878, um principado independente entre 1878 e 1882 e um reino independente entre 1882 e 1918. No início do século XX, os sérvios envidaram esforços para formar a Grande Sérvia, um Estado envolvendo toda a região balcânica. Como resultado das chamadas Guerras Balcânicas (1912-1913), anexou a Macedônia e o Kosovo. Após a Primeira Guerra Mundial, a Sérvia passou a ser uma das províncias integrantes

*EME*  
 SF/13526.75276-21

Página: 2/5 04/10/2013 13:09:04

c92cf53b7cbb7ff79798a7cb81ab0126ecc606c09





**SENADO FEDERAL**  
 Gab. Senador Eduardo Suplicy

do Reino dos Servos, Croatas e Eslovenos, renomeado Reino da Iugoslávia em 1929. Em 1945, a Sérvia tornou-se uma das províncias da República Federativa Socialista da Iugoslávia.

No contexto dos conflitos periféricos do final da Guerra Fria, Eslovênia, Macedônia, Croácia e Bósnia separaram-se da Iugoslávia em 1991, desencadeando sangrenta guerra civil encerrada apenas em 1995. Em 1992, Sérvia e Montenegro formaram a República Federativa da Iugoslávia, renomeada, em 2003, União da Sérvia e Montenegro até que, com a independência de Montenegro, em 2006, o país passou a chamar-se República da Sérvia.

Registre-se, ainda, que outra guerra civil envolvendo a Sérvia teve início em 1998, com a tentativa de emancipação do Kosovo. Em fevereiro de 2008, o Kosovo declarou independência, ato considerado ilegal por Belgrado, mas reconhecido por países ocidentais liderados pelos Estados Unidos da América (EUA). De acordo com a Constituição sérvia de 2008, o Kosovo-Metohija constitui-se em província autônoma, assim como o território de Voivodina.

Segundo o Relatório do Itamaraty, República parlamentarista tem como Presidente o engenheiro Tomislav Nikolic, eleito em 2012, e Primeiro-Ministro o cientista político Ivica Dacic, desde julho próximo passado. O Premier acumula as funções de Ministro do Interior. Unicameral, o Parlamento sérvio é composto de 250 representantes, eleitos por sistema proporcional, por voto secreto, para um mandato de quatro anos.

A economia sérvia, destaca o relatório enviado pela Chancelaria, classifica-se como de transição, “uma vez que permanece dominada pelo setor estatal”, convergindo para uma moldura de livre-mercado, com privatizações nos últimos anos. Mais da metade de suas exportações destinam-se à União Europeia, bloco ao qual o país postulou adesão em dezembro de 2009. Outra parceria importante, tradicional tanto no campo econômico quanto política e culturalmente, é com a Rússia.

Em termos de relações com o Brasil, nossa Chancelaria assinala que “são cordiais e marcadas pelo alto nível de diálogo”. E reforça que “o governo sérvio valoriza a posição construtiva e o apego



SF/13526.75276-21

Página: 3/5 04/10/2013 13:09:04

c92cf53b7cbb7ff79798a7cb81ab0126ec606c09





**SENADO FEDERAL**  
Gab. Senador Eduardo Suplicy

ao multilateralismo e ao direito internacional que o Brasil vem mantendo na questão do Kosovo". O comércio bilateral, entretanto, "encontra-se muito aquém do potencial das duas economias", com o crescimento do intercâmbio de 84,5% entre 2007 e 2012, somando, entretanto, apenas US\$ 62 milhões. A Sérvia pode ser interessante para atrair investimentos para obras e infraestrutura. Segundo a embaixada em Belgrado, há cerca de 150 brasileiros vivendo na Sérvia.

Montenegro é uma república situada nos Bálcãs, remanescendo da Iugoslávia e separada da Sérvia em 2006, mesmo ano em que ingressou na Organização das Nações Unidas. Desde 2010 é reconhecido como candidato oficial à adesão à União Europeia. Com uma população de cerca de 600 mil habitantes distribuída por uma área montanhosa de cerca de 14.000 km<sup>2</sup>, é uma república parlamentarista presidida pelo jurista Filip Vujanovic, tendo como Premiê o economista Milo Djukanovic.

Com um setor industrial constituído de principalmente de empresas remanescentes da antiga Iugoslávia, compondo um complexo de alumínio, uma siderúrgica e uma fábrica de eletrodomésticos, todas privatizadas e controladas por investidores estrangeiros, os setores mais importantes de sua economia são o turismo e os serviços financeiros. O PIB nominal do país é de aproximadamente US\$ 4,3 bilhões.

Com sua independência reconhecida pelo Brasil em 14 de junho de 2006, Montenegro tem seus laços consulares estabelecidos com Brasília por meio da embaixada em Belgrado. Há menos de dez brasileiros vivendo no país. O comércio bilateral é pequeno, tendo, em 2012, o Brasil exportado US\$ 25,35 milhões em produtos para Montenegro e importado apenas US\$ 133 (cento e trinta e três) dólares. Não há registro de empréstimos e financiamentos oficiais do Brasil a Montenegro.

Diante do exposto, julgamos que os integrantes desta Comissão têm os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

Sala da Comissão,



SF/13526.75276-21

Página: 4/5 04/10/2013 13:09:04

cs92cf53b7cbb7ff79798a7cb81ab0126ec606c09





**SENADO FEDERAL**  
Gab. Senador Eduardo Suplicy

Presidente

Relator



SF/13526.75276-21

Página: 5/5 04/10/2013 13:09:04

cs92cf53b7cbb7ff79798a7cb81ab0126ec606c09





**SENADO FEDERAL**  
**MENSAGEM**  
**Nº 64, DE 2013**  
(nº 305/2013, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor SERGIO LUIZ CANAES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Sérvia e, cumulativamente, junto a Montenegro.

Os méritos do Senhor Sergio Luiz Canaes que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 29 de julho de 2013.

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'S. Canaes', written in a cursive style.

EM nº 00287/2013 MRE

Brasília, 23 de Julho de 2013

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação de **SERGIO LUIZ CANAES**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Sérvia e, cumulativamente, junto a Montenegro.

2. Encaminho, igualmente anexos, informações sobre os países e *curriculum vitae* de **SERGIO LUIZ CANAES**, que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Antônio de Aguiar Patriota*

EM Nº 00287 /DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-MRE/APES

Brasília, 23 de julho de 2013.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação de **SERGIO LUIZ CANAES**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Sérvia e, cumulativamente, junto a Montenegro.

2. Encaminho, igualmente anexos, informações sobre os países e *curriculum vitae* de **SERGIO LUIZ CANAES**, que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,



ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA  
Ministro das Relações Exteriores

**INFORMAÇÃO**  
**CURRICULUM VITAE**

**MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE SERGIO LUIZ CANAES**  
CPF.: 819.705.608-00  
ID.: 8646 MRE

1952 Filho de Jurandyr Canaes e Nadir Santin Canaes, nasce em 29 de setembro, em São Paulo /SP

**Dados Acadêmicos:**

1976 Economia e Administração pela Universidade de São Paulo/SP  
1976 Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo/SP  
1983 CPCD – IRBr  
1992 CAD - IRBr  
2003 CAE - IRBr, A experiência das pequenas e médias empresas italianas para o modelo exportador. Possibilidades e limitações de aplicação no Brasil

**Cargos:**

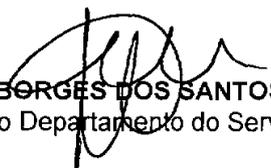
1984 Terceiro-Secretário.  
1988 Segundo-Secretário  
1993 Primeiro-Secretário, por merecimento  
1999 Conselheiro, por merecimento  
2005 Ministro de Segunda Classe, por merecimento  
2012 Ministro de Primeira Classe, por merecimento

**Funções:**

1985 Divisão de Política Financeira e Desenvolvimento, assistente  
1985 Instituto Rio Branco, Professor, substituto, de Comércio Internacional  
1986 Secretaria Especial de Imprensa, assistente  
1986 Embaixada em Beirute, Encarregado de Negócios em missão transitória  
1988 Embaixada em Londres, Segundo Secretário  
1992 Presidência da República, Cerimonial, assistente  
1995 Embaixada em Ottawa, Primeiro Secretário  
1998 Coordenação-Geral de Protocolo, Cerimonial, Coordenador-Geral  
2000 Embaixada em Roma, Conselheiro  
2005 Divisão de Feiras e Turismo, Chefe  
2007 GT da Comissão Especial encarregada da organização da visita do Papa Bento XVI ao Brasil, Coordenador  
2008 Embaixada em Riade, Embaixador  
2008 Iêmen, Embaixador cumulativo

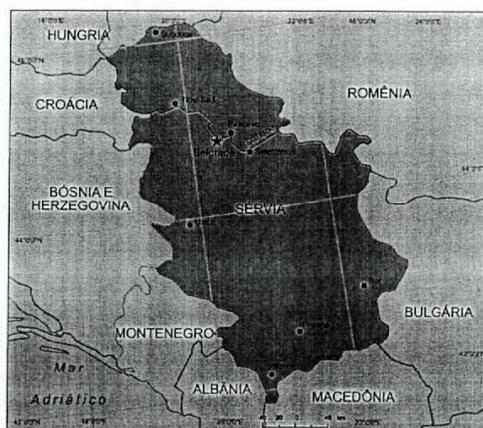
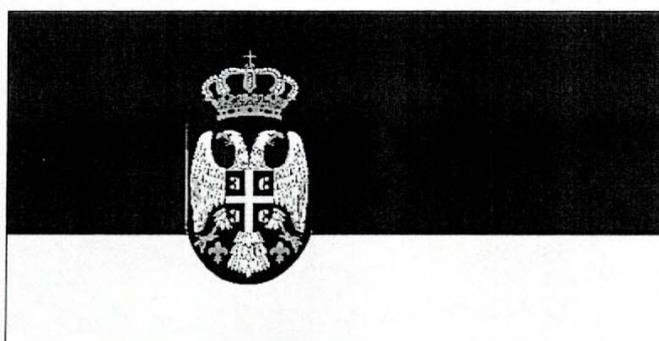
**Condecorações:**

2000 Ordem de Rio Branco, Brasil, comendador

  
**JOSÉ BORGES DOS SANTOS JÚNIOR**  
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

## MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

## SÉRVIA



OSTENSIVO  
Julho de 2013

DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL	República da Sérvia
CAPITAL	Belgrado (1,639 milhão de habitantes em 2011)
ÁREA	88.361 km <sup>2</sup>
POPULAÇÃO (2011)	7.498.001 (segundo o censo de 2011, não realizado na província do Kosovo)
IDIOMA OFICIAL	Sérvio
PRINCIPAIS RELIGIÕES	80,48% de cristãos ortodoxos; 9,66% de agnósticos; 6,98% de muçulmanos; 2,89% de outras religiões ou não declarados (2011)
SISTEMA DE GOVERNO	Democracia parlamentar
PODER LEGISLATIVO	Assembleia unicameral
CHEFE DE ESTADO	Presidente Tomislav Nikolić
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Ivica Dačić
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA NACIONAL	Nebojša Stefanović
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS	Ivan Mrkić
PIB real (FMI, 2013)	US\$ 53,1 bilhões (Brasil: US\$ 2,5 trilhões)
PIB per capita (FMI, 2013)	US\$ 7.136 (Brasil: US\$ 12.079,00)
PIB PPP (FMI, 2013)	US\$ 91,764 bilhões (Brasil: US\$ 2,366 trilhões)
PIB per capita PPP (2013)	US\$ 13.000,4 (Brasil: US\$ 11.640)
CRESCIMENTO DO PIB (FMI)	2,0%(2013), -1,7%(2012), 1,8% (2011), 1% (2010), -3,5 % (2009)
UNIDADE MONETÁRIA	Dinar sérvio
IDH	0,769/64º
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Ljubomir Milić

COMÉRCIO BILATERAL – DADOS: MDIC

BRASIL → SÉRVIA	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013 (Jan-jun)
<b>Intercâmbio</b>	12,7	27,6	23,6	23,1	33,6	30,6	20,5	27,3	46,8	62,0	33,56
<b>Exportações</b>	12,4	27,1	23,0	22,5	28,5	26,9	19,2	22,8	23,9	27,5	23,96
<b>Importações</b>	0,3	0,5	0,6	0,6	5,1	3,7	1,3	4,5	22,8	34,5	9,67
<b>Saldo</b>	12,1	26,6	22,4	21,9	23,4	23,2	17,9	18,3	1,1	-6,9	14,29

## PERFIS BIOGRÁFICOS

### TOMISLAV NIKOLIĆ Presidente da República

Tomislav Nikolić nasceu em 15 de fevereiro de 1952, em Kragujevac. Após concluir a Escola Secundária Técnica, em 1970, atuou como técnico em várias empresas de construção civil da antiga Iugoslávia.

Entrou na política no início de 1990, quando o multipartidarismo foi instaurado na Sérvia. Fundou, em 1991, juntamente com o Movimento Chetnik sérvio (extrema direita nacionalista), o Partido Radical da Sérvia. No mesmo ano, foi eleito deputado da Assembleia Nacional.

Em 1995, durante o Governo de Slobodan Milošević, permaneceu dois meses preso, após ser condenado por atividades políticas ilícitas.

Em março de 1998, foi nomeado Vice Primeiro-Ministro da Sérvia quando seu partido passou a governar em coalizão com o Partido Socialista da Sérvia, então liderado por Milošević – e hoje pelo Primeiro-Ministro Ivica Dačić. Em agosto de 1999, tornou-se Vice-Primeiro-Ministro.

Em 2008, demitiu-se de todos os cargos do Partido Radical e fundou o atual Partido Progressista da Sérvia, levando consigo boa parte dos deputados de sua antiga agremiação.

Sua visão política assenta-se na extrema direita nacionalista, sustentáculo ideológico dos conflitos armados que fragmentaram a antiga Iugoslávia nos anos 1990. No entanto, seu rompimento com o Partido Radical, em 2008, representou passo significativo no sentido de uma revisão crescentemente pró-europeísta e pacifista de suas ideias.

Concorreu cinco vezes à Presidência da República antes de vencer o pleito de abril de 2012.

### IVICA DAČIĆ Primeiro-Ministro e Ministro do Interior

Ivica Dačić nasceu em Prizren, na província do Kosovo, em 1º de janeiro de 1966. Graduou-se em Ciência Política pela Universidade de Belgrado em 1989.

Em 1990, foi o primeiro presidente da Juventude Socialista de Belgrado após a criação do Partido Socialista da Sérvia (PSS) por Slobodan Milošević. Entre 1992 e 2000, período do Governo Milošević, foi porta-voz do Partido Socialista.

De 1992 a 2004 atuou como deputado no Parlamento da República Federal da Iugoslávia e, em seguida, na Assembleia da União de Estados da Sérvia e Montenegro. Em 2000 e 2001, foi Ministro das Informações no Governo Provisório organizado após a queda de Milošević. Em 2006 foi eleito presidente do Partido Socialista.

Entre 2008 e julho de 2012, exerceu o cargo de Vice-Primeiro-Ministro e Ministro do Interior.

Após coalizão com o Partido Progressista – do Presidente Nikolić – foi indicado, em 27 de julho último, ao cargo de Primeiro-Ministro.

## IVAN MRKIĆ

Ministro dos Negócios Estrangeiros

Ivan Mrkić nasceu em Belgrado em 30 de maio de 1953. Graduou-se em Direito pela Universidade de Belgrado em 1977.

Entrou para o serviço diplomático da antiga Iugoslávia em 1978. Após servir nas missões iugoslavas em Nova York e Bruxelas, atuou, em 1992 e 1993, como Chefe de Gabinete de Dobrica Ćosić, o primeiro Presidente da República Federal da Iugoslávia.

Foi Embaixador em Nicósia entre 1993 e 1999. Com a queda de Milošević , em outubro de 2000, e a restauração da democracia na Iugoslávia, Mrkić conheceu longo período de ostracismo dentro da Chancelaria de seu país. Entre 2001 e 2004 ficou sem função definida no Ministério, período no qual sua demissão foi cogitada.

Em 2006, contudo, foi indicado Embaixador da Sérvia em Tóquio. Em 2011, foi nomeado Secretário de Estado no Ministério dos Negócios Estrangeiros da Sérvia, durante a gestão de seu antecessor Vuk Jeremić – atual Presidente da Assembleia Geral das Nações Unidas.

Em 27 de julho de 2012, foi nomeado Ministro dos Negócios Estrangeiros no Gabinete do Primeiro-Ministro Ivica Dačić.

### RELAÇÕES BILATERAIS

O Brasil manteve relações historicamente amigáveis com a antiga Iugoslávia, e esse legado de proximidade ainda hoje condiciona o relacionamento com a Sérvia. A diplomacia sérvia recorda com satisfação a cooperação do Brasil com o Movimento Não Alinhado e, sobretudo, o fato de o Brasil jamais ter fechado sua Embaixada em Belgrado, mesmo durante os bombardeios da OTAN em 1999. Após a extinção da União de Estados da Sérvia e Montenegro (sucessora da República Federal da Iugoslávia), Brasil e Sérvia estabeleceram relações diplomáticas plenas em 22 de junho de 2006.

As relações bilaterais são cordiais e marcadas pelo alto nível de diálogo. O Governo sérvio valoriza a posição construtiva e o apego ao multilateralismo e ao direito internacional que o Brasil vem mantendo na questão do Kosovo.

Os contatos de alto nível foram estimulados pelas cinco visitas do ex-Chanceler Vuk Jeremić ao Brasil: realizou visita de trabalho em 2008; participou do Fórum Econômico Mundial para a América Latina, em 2009; do III Fórum da Aliança de Civilizações, em 2010; novamente do Fórum Econômico Mundial para a América Latina, em 2011; e, por fim, visitou Brasília em 20 de abril de 2012. Em todas as ocasiões manteve encontro com o titular da diplomacia brasileira.

Registre-se, ainda, visitas a Brasília do ex-Ministro da Agricultura da Sérvia, Sasha Dragin e do Primeiro-Ministro Ivica Dačić (à época Vice-Primeiro-Ministro), ambas em 2010. Nesse mesmo ano, o então Chanceler, Embaixador Celso Amorim, e o

Ministro da Defesa, Nelson Jobim, realizaram visitas oficiais à Sérvia. O Ministro dos Negócios Estrangeiros, Ivan Mrkic, adiou visita oficial que deveria ter ocorrido no último dia 3 de junho devido às conversas que a Sérvia então entabulava com a União Europeia para estabelecer uma data de início das negociações para a adesão do país ao bloco. Não há ainda data prevista para a realização da visita.

## RELAÇÕES ECONÔMICAS E COMERCIAIS

O comércio bilateral encontra-se muito aquém do potencial das duas economias. Pelas cifras do MDIC, o intercâmbio cresceu 84,5% entre 2007 e 2012; soma, entretanto, apenas US\$ 62 milhões, valor pouco representativo no conjunto das trocas brasileiras com a Europa.

Embora tenham crescido nos últimos cinco anos, as exportações brasileiras não retomaram o patamar de 2007 (US\$ 27,5 milhões em 2012, contra US\$ 28,5 milhões em 2007). Segundo dados do MDIC, 52,5% das exportações brasileiras correspondem ao intercâmbio de carnes. Outros produtos importantes da pauta são fumo (19%) e café (13,8%).

As importações brasileiras são pequenas, mas cresceram em ritmo consideravelmente superior às exportações, nos últimos cinco anos, pelos dados do MDIC (aumento de 576% na comparação entre 2012 e 2007: de US\$ 5,1 milhões para US\$ 34,5 milhões). Os principais produtos importados pelo Brasil em 2012 foram: máquinas (62,2%), vagões (9,6%) e tripas artificiais de proteínas (8,4%).

A Sérvia tenciona investir 22 bilhões de euros na construção e na modernização de sua infraestrutura até 2027. Desse total, 13,7 bilhões serão destinados à construção de autoestradas, 7,4 bilhões a ferrovias e 475 milhões ao transporte fluvial. No setor energético, igualmente contemplado no plano, estão previstas a construção, modernização e ampliação de centrais termoelétricas e hidroelétricas.

Até o final do ano corrente, deverá ser finalizado o maior projeto de infraestrutura rodoviária sérvio, o intitulado Corredor X, que liga Budapeste a Atenas e Sófia, passando por Belgrado e cruzando o território sérvio na direção Norte-Sul. Parte do projeto já está implantada. Os trechos restantes — cerca de 150 km, com vários túneis e viadutos — foram divididos em pequenas parcelas a ser contratadas separadamente. O total das obras a realizar-se é estimado em 1 bilhão de euros.

Outro projeto importante para o desenvolvimento industrial do país é a construção da segunda autoestrada estratégica, o Corredor XI, de 300 km de extensão, que ligará Belgrado ao porto de Bar, no Montenegro, concedendo à Sérvia acesso ao sul do Mar Adriático. Além disso, estão planejadas duas outras autoestradas destinadas a interligar no sentido Leste-Oeste os dois corredores.

Em fevereiro e maio de 2012, engenheiros da Zagope, braço europeu da Andrade Gutierrez, realizaram visita de prospecção à Sérvia com o intuito de avaliar

participação em obras de construção civil a serem realizadas no país até 2020, como parte de seu Plano Master. Mantiveram encontros no Ministério da Infraestrutura e Energia, nas diretorias das maiores empresas públicas, bem como na Prefeitura de Belgrado.

A Sérvia gostaria de diversificar a origem da participação estrangeira, hoje muito concentrada na Europa Ocidental, na Rússia e, agora, na China e no Azerbaijão, que oferecem financiamentos a juros muito baixos. Oportunidades existem não só no setor de infraestrutura, mas também em áreas como: agronegócio, em particular a industrialização de alimentos; indústrias de autopeças e metalúrgica; e produção de energia.

Existe, ainda, potencial para expansão substantiva do comércio bilateral, com base, sobretudo, em exportações brasileiras de aviões e tecnologias de ponta (por exemplo, equipamentos de medição e controle eletrônicos para refinarias e indústrias químicas). A Sérvia tem localização estratégica, nos Bálcãs (um mercado regional de 70 milhões de consumidores), e mantém acordos de livre comércio com países como Rússia, Ucrânia e Azerbaijão.

O saneamento financeiro da empresa aérea estatal JAT e a compra de novas aeronaves apresentariam oportunidade para a EMBRAER ampliar sua presença no sudeste europeu.

## **DEFESA**

As relações bilaterais entre Brasil e Sérvia em matéria de defesa têm sido positivas, em especial após a visita do então Ministro da Defesa Nelson Jobim a Belgrado, em novembro de 2010. Na ocasião, foi celebrado “Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Sérvia sobre Cooperação em Matéria de Defesa”. O referido Acordo encontra-se em trâmite no Congresso Nacional. Quando em vigor, poderá abrir amplo panorama para a cooperação bilateral em matéria de defesa e aproximação entre as Forças Armadas dos dois países.

Em junho de 2012, missão do Ministério da Defesa a Belgrado logrou discutir possibilidades de cooperação na área de medicina militar. O Ministro da Defesa, Aleksandar Vucic, deverá realizar visita oficial ao Brasil em setembro de 2013.

## **ASSUNTOS CONSULARES**

A Embaixada do Brasil em Belgrado tem registro de 136 brasileiros que residem atualmente na Sérvia. Há, no entanto, estudantes em intercâmbio e outros residentes temporários não registrados, que elevam a comunidade a, aproximadamente, 150 brasileiros.

Todo o serviço consular no país é realizado pela Embaixada em Belgrado.

## **ISENÇÃO DE VISTOS ENTRE BRASIL E SÉRVIA**

Em junho de 2010, os então Chanceleres do Brasil e da Sérvia assinaram Acordo para a abolição recíproca da necessidade de vistos de entrada para seus nacionais. Aprovado em novembro do mesmo ano pelo Parlamento sérvio, o Acordo foi aprovado em maio de 2013 pelo Congresso Nacional, e promulgado em julho de 2013 pelo Executivo.

A efetiva dispensa da necessidade de vistos para o ingresso de brasileiros no território da Sérvia e de cidadãos sérvios no Brasil terá início a partir de 17 de agosto de 2013.

## **EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OFICIAIS**

Não há registro de concessões de créditos ou financiamentos oficiais entre o Brasil e a Sérvia.

## **POLÍTICA INTERNA**

A República da Sérvia, em sua configuração atual, data de 5 de junho de 2006, quando se desfez a federação que a unia a Montenegro (2003-2006). A atual Constituição sérvia, de 8 de novembro de 2006, organiza o Estado como uma República parlamentar, com separação de poderes, e estabelece regime de autonomia para as províncias de Kosovo-Metohija e Voivodina.

Escrutínio presidencial e parlamentar realizado em 6 de maio de 2012, com segundo turno em 20 do mesmo mês, resultou na eleição de Tomislav Nikolić, do Partido Progressista da Sérvia (SNS), para a Presidência da República. No Parlamento, o SNS, presidido pelo Ministro da Defesa Aleksandar Vučić, manteve sua posição de maior partido (cerca de 26% dos deputados), seguido pelos social-democratas (DS, presidido pelo Prefeito de Belgrado, Dragan Djilas), pelos socialistas (SPS, presidido pelo Primeiro Ministro Ivica Dačić) e por grande número de partidos menores.

Após negociações infrutíferas entre socialistas e socialdemocratas em junho de 2012, o SNS aliou-se ao SPS e da coalizão, formalizada em julho de 2012, resultou o atual governo, sob a chefia do Primeiro Ministro Ivica Dačić (SPS), que já era Ministro do Interior e Vice Primeiro Ministro no Governo anterior.

O Legislativo sérvio é unicameral, constituído pelos 250 representantes que compõem a Assembleia Nacional. Os Deputados são eleitos por meio do sistema proporcional, por voto secreto, para um mandato de quatro anos. A Assembleia elege um presidente para cada Legislatura. O atual, desde 23 de julho de 2012, é o deputado Nebojša Stefanović.

## POLÍTICA EXTERNA

A política exterior sérvia estrutura-se em torno de dois eixos prioritários: (1) a adesão à União Europeia e (2) o encaminhamento da questão do Kosovo de forma negociada, segundo os parâmetros da Resolução 1244, de 1999, do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

São também objetivos importantes: melhores relações com os vizinhos, as antigas repúblicas iugoslavas, de que resultará gradual arrefecimento das tensões regionais; inserção econômica nos fluxos financeiros e comerciais internacionais; e boas relações com a Rússia, potência com grande capacidade de influenciar os destinos da Sérvia.

Os dois eixos prioritários evoluíram em conjunto nos últimos meses. Em 19 de abril passado, ao final de dez reuniões realizadas em Bruxelas sob os auspícios da União Europeia e facilitadas pela Alta Comissária da União Europeia para Política Externa, Catherine Ashton, o governo sérvio assinou acordo quadro com as autoridades provinciais do Kosovo. Em troca, conseguiu que o relatório da Comissão Europeia destinado a instruir parte da agenda da reunião do Conselho Europeu em 28 de junho próximo recomendasse o estabelecimento de data para o início das negociações para o acesso da Sérvia ao bloco continental.

Por fim, é preciso assinalar o desejo sérvio de ingressar na Organização Mundial do Comércio (OMC). A antiga República Socialista Federativa da Iugoslávia aderiu ao GATT em 1966 e participou como membro ativo nas diversas rodadas que se seguiram (excetuada a Rodada Uruguai, de cujo encerramento não pôde participar devido ao processo de dissolução do país). O pedido de acesso da Sérvia foi tratado pelo Secretariado da OMC como adesão de um novo membro. As tratativas tiveram início em fins de 2004 e estão avançadas. As negociações bilaterais com o Brasil não se concluíram em razão da proibição sérvia de importação de açúcar brasileiro, além das dificuldades no comércio de carnes devidas às altíssimas taxas de importação sérvias.

### ADESÃO À UNIÃO EUROPEIA

Com a adesão, em janeiro de 2007, de Bulgária e Romênia, e da Croácia em 1º de julho de 2013, a União Europeia (UE) passou a ser integrada por 28 Estados-membros. Há hoje cinco países candidatos a adesão: Sérvia, Islândia, Montenegro, Macedônia (FYROM) e Turquia. A Sérvia postulou oficialmente sua adesão à UE em dezembro de 2009, mas negocia sua entrada desde 2003, quando ainda era unida a Montenegro. O Conselho Europeu formalizou, em março de 2012, o reconhecimento da Sérvia como candidato pleno à adesão à União Europeia.

O consenso foi alcançado após a superação das resistências de alguns Estados-membros, como Romênia e Lituânia. Os resultados da negociação que teve lugar em abril entre o Governo da Sérvia e autoridades do Kosovo foram relatados por Catherine Ashton ao Conselho de Ministros de Relações Exteriores da UE. A Comissão Europeia recomendou aos Estados-Membros que as negociações da acessão da Sérvia à UE sejam iniciadas.

### RELAÇÕES COM A RÚSSIA

A eleição de Tomislav Nikolić para a presidência e da coligação SNS-SPS para o Governo em maio de 2012 resultou em maior aproximação com a Rússia em matéria de política externa e de parcerias econômicas, financeiras e comerciais, em contraposição ao governo pró-europeísta de Boris Tadić.

A primeira visita do Presidente Nikolić a Moscou foi realizada no dia 26 de maio, dias apenas após sua eleição. Diversas visitas de alto nível foram realizadas entre dirigentes dos dois países desde então. Em mais alto nível, são tratados temas da cooperação bilateral nas áreas de comércio, economia e energia, especialmente a participação sérvia no projeto South Stream. O Presidente Pútín, em encontro em setembro de 2012, afirmou que pretende elevar o relacionamento entre Rússia e Sérvia ao patamar de parceria estratégica. Nikolić ressaltou, em diversas ocasiões, que os vínculos entre os dois países baseiam-se não apenas no compartilhamento de história, fé, tradições, cultura e línguas similares, mas também na existência de benefícios econômicos mútuos.

### RELAÇÕES COM OS ESTADOS UNIDOS

Desde a reabertura da Embaixada dos Estados Unidos em Belgrado, em 2001, as relações entre EUA e Sérvia alternam momentos de aproximação e o afastamento. Atualmente, os EUA são destinatários de expectativas sérvias para o envio de investimentos privados, principalmente aqueles provenientes da indústria de tecnologia da informação.

O Primeiro-Ministro Dačić visitou os Estados Unidos de 13 a 16 de maio de 2013. Durante os primeiros dias de sua visita, o premiê reuniu-se com representantes de empresas como Microsoft, Google, Cisco e Apple, tendo prometido a presença de algumas delas na Sérvia até o final do ano. Dačić encontrou-se também, em 15/05, com o Vice-Presidente Joe Biden e com o Vice-Secretário de Estado, William Burns. De Biden, o Primeiro-Ministro sérvio ouviu a reiteração do compromisso de que os EUA desejam uma "forte e crescente parceria" com a Sérvia, recebeu novas congratulações sobre o acordo firmado com a província do Pristina e escutou palavras de encorajamento para que Sérvia e Kosovo resolvam suas diferenças "de forma a poder avançar".

## ECONOMIA

A economia sérvia classifica-se, ainda hoje, como de transição, uma vez que permanece dominada pelo setor estatal. A despeito disso, o Governo tem progredido na reestruturação da economia nos moldes do livre-mercado. Exemplo desse esforço foram as privatizações realizadas em alguns setores, como o de telefonia celular, nos últimos anos. Mais da metade das exportações da Sérvia dirigem-se à União Europeia, e qualquer desaceleração na região reflete-se negativamente na economia sérvia, principalmente pela redução de investimentos externos, já prejudicados pela insegurança jurídica do país. Outras dificuldades são o desemprego elevado (hoje alcança a cifra de 23%) e a inflação acima dos patamares projetados. Por outro lado, alguns fatores são ainda favoráveis ao crescimento, por exemplo, a força de trabalho relativamente barata e qualificada e a boa localização estratégica do país.

O setor de serviços vem aumentando a participação na economia, e hoje corresponde a 65% do PIB. A participação do setor industrial, em que se tem destacado a construção civil, é de 23%; a agricultura corresponde a 12%. O país ainda é deficiente na geração e transmissão de energia elétrica, possível gargalo ao crescimento local. As telecomunicações vêm aumentando sua participação no PIB ancoradas, sobretudo, em serviços de telefonia móvel e internet. O governo local também deverá adotar reformas estruturais, como privatizações de empresas estatais, com vistas a ampliar a competitividade da produção local. A concessão à Sérvia do status de candidata a integrar a UE forçará o país a acelerar reformas liberalizantes. A indústria metalúrgica tem importante papel na atividade exportadora, seguida pela química e pela mineração. A agricultura, que emprega cerca de 40% da população, é um dos poucos setores que tradicionalmente registra superávit comercial. Os principais produtos são milho, trigo, açúcar, girassol, soja, batatas. A área total cultivável é estimada em cerca de cinco milhões de hectares.

A consolidação fiscal permanece como um dos principais desafios econômicos a médio prazo. Entre 2007 e 2011, a relação entre a dívida pública e o PIB cresceu de 30% para 45%. Em junho de 2012, a dívida pública alcançou 15,3 bilhões de euros, ou 54,7% do PIB, muito acima dos 45% legalmente previstos.

O país registra estoque de investimentos estrangeiros diretos da ordem de 20 bilhões de dólares, dos quais 70% originam-se na União Europeia. Os principais segmentos receptores são o financeiro, a indústria manufatureira, o imobiliário, transportes e comunicações. O grau de endividamento externo é considerado elevado, tendo atingido 24,1 bilhões de euros (79% do PIB). As reservas internacionais da Sérvia somaram 9,9 bilhões de euros, segundo os dados do Banco Nacional da Sérvia.

CRONOLOGIA HISTÓRICA	
1389	Nobreza sérvia dizimada por tropas otomanas na Batalha dos Campos do Kossovo
Séculos XV a XVIII	Sérvia é absorvida pelo Império Otomano
1878	Independência sérvia reconhecida internacionalmente
1918	Reino dos Sérvios, Croatas e Eslovenos formado após a I Guerra Mundial
1929	Reino dos Sérvios, Croatas e Eslovenos renomeado Reino da Iugoslávia
1945	Sérvia se torna uma das províncias da República Federativa Socialista da Iugoslávia
1991	Eslovênia, Macedônia, Croácia e Bósnia separam-se da Iugoslávia
1992	Sérvia e Montenegro formam a República Federativa da Iugoslávia
1995	Acordos de Dayton encerram Guerra da Bósnia
1998	Início da Guerra do Kossovo
1999	Bombardeios da OTAN. Rendição sérvia. O Kossovo passa a protetorado da ONU
2000	Renúncia de Slobodan Milošević
2003	Iugoslávia renomeada como União da Sérvia e Montenegro
2006	Montenegro declara independência após referendo. O país passa a intitular-se República da Sérvia
Fevereiro/2008	O Kossovo declara independência. Belgrado considera declaração ilegal, mas a independência é reconhecida pelos Estados Unidos e principais potências europeias.
Setembro/2008	Parlamento sérvio ratifica acordo de estreitamento de laços com a UE
Março/2012	A União Europeia reconhece a Sérvia como candidata oficial ao ingresso na União
Abril/2012	Tomislav Nikolić é eleito Presidente da República
Julho/2012	Ivica Dačić assume como Primeiro-Ministro da Sérvia
CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS	
Junho/2003	Visita ao Brasil do Chanceler da então Sérvia e Montenegro, Goran Svilanovic, acompanhado de missão empresarial
Outubro/2003	Os Primeiros-Ministros da Sérvia e Montenegro, Zoran Zivkovic e Milo Djukanovic, estiveram em São Paulo para participar do 22º Congresso da Internacional Socialista (27/10/2003), onde se avistaram com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva

---

Abril/2005	Reunião de consultas políticas bilaterais, em Brasília
Junho/ 2006	Após a extinção da união de Estados da Sérvia e Montenegro, Brasil e Sérvia estabelecem relações diplomáticas plenas
Outubro/2007	Nova rodada de consultas políticas, em Belgrado
Abril/2008	Visita oficial ao Brasil do Chanceler sérvio, Vuk Jeremić
Setembro/2008	Encontro entre o Ministro das Relações Exteriores do Brasil e o Chanceler sérvio à margem da 62ª Assembleia Geral das Nações Unidas
Outubro/2008	Reunião de consultas políticas, em Brasília
Abril/2009	Encontro entre o Ministro das Relações Exteriores do Brasil e o Chanceler sérvio Vuk Jeremić no Rio de Janeiro, à margem do Fórum Econômico Mundial sobre a América Latina
Janeiro/2010	Visita a Brasília do Ministro da Agricultura Sasha Dragin.
Maiο/2010	Participação do Chanceler sérvio Vuk Jeremić na Conferência Aliança das Civilizações, no Rio de Janeiro
Junho/ 2010	Visita do então Vice-Primeiro-Ministro (hoje Primeiro-Ministro) Iвица Dačić ao Brasil
Junho/2010	Visita do Ministro das Relações Exteriores do Brasil à Sérvia
Novembro/2010	Visita do Ministro da Defesa do Brasil à Sérvia
Abril/2011	Participação do Chanceler sérvio, Vuk Jeremić, no Fórum Econômico Mundial para a América Latina
Abril/2012	Visita do Chanceler sérvio Vuk Jeremić ao Brasil
Junho/2012	Participação do Presidente da Sérvia, Tomislav Nikolić, na Conferência Rio+20

## ACORDOS BILATERAIS

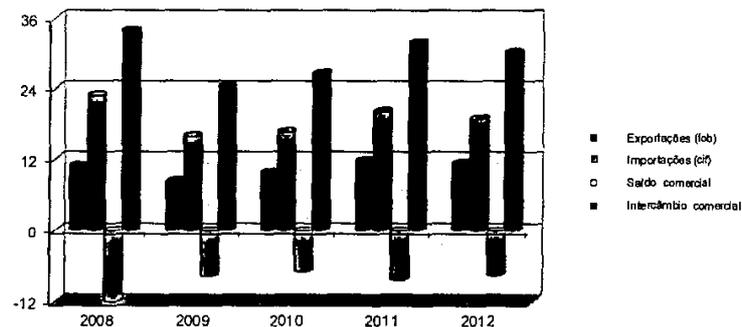
Título	Data de Celebração	Vigência
Termo de Cooperação entre o Instituto Rio Branco e a Academia Diplomática da Sérvia e Montenegro	01/07/2003	Em vigor
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica sobre Cooperação no Campo Veterinário	05/01/2010	Em vigor
Acordo sobre Isenção de Visto para Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais e de Serviço	20/06/2010	Em vigor
Acordo sobre a Isenção de Vistos para seus Respectivos Nacionais	20/06/2010	Já aprovado pelo Parlamento sérvio (outubro/2010) e pelo Congresso Nacional (julho/2013), entrará em vigor em 13 de agosto de 2013)
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Sérvia sobre Cooperação em Matéria de Defesa	29/11/2010	Em tramitação (pendente de aprovação pela Câmara dos Deputados para posterior encaminhamento ao Senado Federal)

## DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

SÉRVIA: COMÉRCIO EXTERIOR  
US\$ bilhões

DESCRIÇÃO	2008	2009	2010	2011	2012
Exportações (fob)	11,0	8,3	9,8	11,8	11,4
Importações (cif)	22,9	16,0	16,7	20,1	18,9
Saldo comercial	-11,9	-7,7	-6,9	-8,4	-7,6
Intercâmbio comercial	33,8	24,4	26,5	31,9	30,3

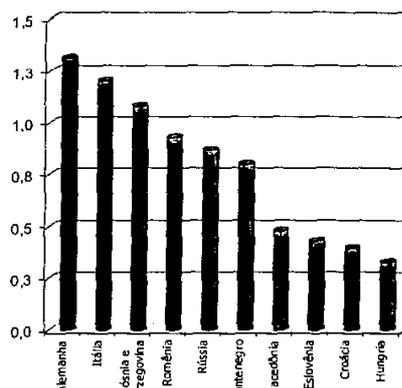
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC/COMTRADE/TradeMap, Março 2013.



O comércio exterior da Sérvia apresentou, em 2012, decréscimo de 11% em relação a 2008, de US\$ 33,8 bilhões para US\$ 30,3 bilhões. As exportações apresentaram crescimento de 3,5%, enquanto as importações retrocederam cerca de 17%. No ranking da ONU/UNCTAD, a Sérvia figurou como o 78º mercado mundial, como o 85º na exportação e o 74º na importação.

**SÉRVIA : DIREÇÃO DAS EXPORTAÇÕES**  
US\$ bilhões

DESCRIÇÃO	2011	% no total	2012	% no total
Alemanha	1,3	11,3%	1,3	11,6%
Itália	1,3	11,1%	1,2	10,6%
Bósnia e Herzegovina	1,2	10,1%	1,1	9,5%
Romênia	0,8	6,9%	0,9	8,2%
Rússia	0,8	6,7%	0,9	7,7%
Montenegro	0,9	7,6%	0,8	7,0%
Macedônia	0,5	4,5%	0,5	4,2%
Eslovênia	0,5	4,5%	0,4	3,8%
Croácia	0,5	4,0%	0,4	3,5%
Hungria	0,3	2,9%	0,3	2,9%
...				
<b>Brasil</b>	<b>0,01</b>	<b>0,1%</b>	<b>0,01</b>	<b>0,1%</b>
<b>Subtotal</b>	<b>8,2</b>	<b>69,6%</b>	<b>7,9</b>	<b>69,2%</b>
<b>Outros países</b>	<b>3,6</b>	<b>30,4%</b>	<b>3,5</b>	<b>30,8%</b>
<b>Total</b>	<b>11,8</b>	<b>100,0%</b>	<b>11,4</b>	<b>100,0%</b>

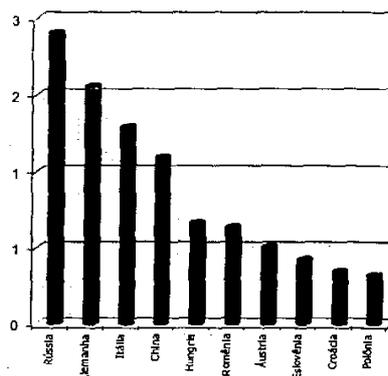


Elaborado pela MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC/COMTRADE/Tredatex, March 2013.

As exportações do país são destinadas, em grande parte, aos vizinhos europeus. Individualmente, a Alemanha representou cerca de 12% da demanda exportadora do país em 2012, seguida de Itália, Bósnia & Herzegovina e Romênia com 10,6%, 9,5% e 8,2% do total, respectivamente.

**SÉRVIA : ORIGEM DAS IMPORTAÇÕES**  
US\$ bilhões

DESCRIÇÃO	2011	% no total	2012	% no total
Rússia	2,7	13,2%	2,1	10,9%
Alemanha	2,2	10,8%	2,1	10,9%
Itália	1,8	8,9%	1,8	9,7%
China	1,5	7,6%	1,4	7,3%
Hungria	0,9	4,6%	0,9	4,9%
Romênia	0,9	4,4%	0,8	4,3%
Áustria	0,7	3,5%	0,7	3,5%
Eslovênia	0,6	3,0%	0,6	3,1%
Croácia	0,5	2,4%	0,5	2,8%
Polônia	0,5	2,3%	0,5	2,8%
...				
<b>Brasil</b>	<b>0,10</b>	<b>0,5%</b>	<b>0,08</b>	<b>0,4%</b>
<b>Subtotal</b>	<b>12,3</b>	<b>61,2%</b>	<b>11,5</b>	<b>60,7%</b>
<b>Outros países</b>	<b>7,8</b>	<b>38,8%</b>	<b>7,4</b>	<b>39,3%</b>
<b>Total</b>	<b>20,1</b>	<b>100,0%</b>	<b>18,9</b>	<b>100,0%</b>

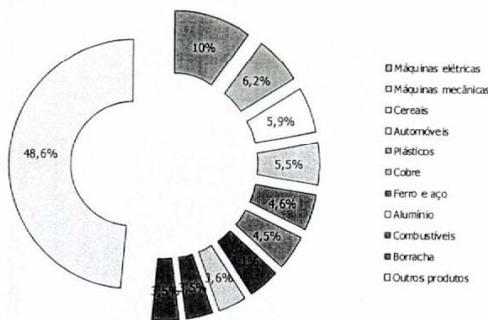


Elaborado pela MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC/COMTRADE/Tredatex, March 2013.

Os países vizinhos da Europa são os principais fornecedores de bens para a Sérvia. Em 2012, os 10 primeiros países abasteceram 60,3% das necessidades de importação do país. Destacaram-se Alemanha (10,9%); Itália (9%); e Hungria (9%). O Brasil obteve o 36º lugar, com 0,4% do total.

**SÉRVIA : COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES**  
US\$ milhões

DESCRIÇÃO	2012	% no total
Máquinas elétricas	1.138	10,0%
Máquinas mecânicas	704	6,2%
Cereais	672	5,9%
Automóveis	623	5,5%
Plásticos	527	4,6%
Cobre	509	4,5%
Ferro e aço	465	4,1%
Alumínio	410	3,6%
Combustíveis	399	3,5%
Borracha	393	3,5%
<b>Subtotal</b>	<b>5.840</b>	<b>51,4%</b>
<b>Outros produtos</b>	<b>5.512</b>	<b>48,6%</b>
<b>Total</b>	<b>11.352</b>	<b>100,0%</b>

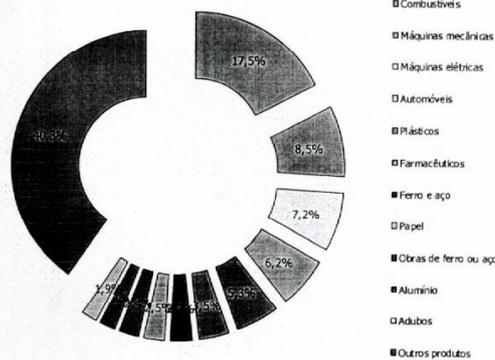


Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC/COMTRADE/Trademap, March 2013.

A pauta de exportação da Sérvia é diversificada. Máquinas - elétricas (fios, cabos, condutores de uso elétrico, dentre outros) e mecânicas (refrigeradores, bombas para líquidos, mesmo com dispositivo medidor, elevadores de líquidos, impressoras, dentre outros), cereais (milho e trigo e mistura de trigo com centeio), automóveis (carros de passeio, inclusive os "station wagon", parte e acessórios de carros, dentre outros) e plásticos representaram cerca de 32% do total exportado. Destacaram-se também cobre (4,5%); ferro e aço (4,1%) e alumínio (3,6%).

**SÉRVIA : COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES**  
US\$ milhões

DESCRIÇÃO	2012	% no total
Combustíveis	3.312	17,5%
Máquinas mecânicas	1.618	8,5%
Máquinas elétricas	1.357	7,2%
Automóveis	1.166	6,2%
Plásticos	994	5,3%
Farmacêuticos	672	3,5%
Ferro e aço	505	2,7%
Papel	477	2,5%
Obras de ferro ou aço	457	2,4%
Alumínio	378	2,0%
Azubos	367	1,9%
<b>Subtotal</b>	<b>11.304</b>	<b>59,7%</b>
<b>Outros produtos</b>	<b>7.632</b>	<b>40,3%</b>
<b>Total</b>	<b>18.936</b>	<b>100,0%</b>



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC/COMTRADE/Trademap, March 2013.

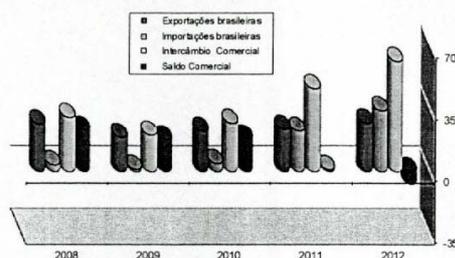
A pauta de importação da Sérvia é concentrada. Combustíveis (gases de petróleo e óleos de petróleo bruto e refinado) e máquinas - mecânicas (máquinas de processamento de dados e leitores óticos, dentre outros) e elétricas (aparelhos telefônicos, incluindo os celulares, dentre outros) e automóveis foram responsáveis por 39,4% do total. Destacaram-se também plásticos (5,3%); farmacêuticos (3,5%) e ferro e aço (2,7%).

**BRASIL- SÉRVIA : EVOLUÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL**  
US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2008	2009	2010	2011	2012	2012 (jan-fev)	2013 (jan-fev)
<b>Exportações brasileiras</b>	<b>27,0</b>	<b>19,3</b>	<b>22,8</b>	<b>23,9</b>	<b>27,5</b>	<b>3,2</b>	<b>5,8</b>
Varição em relação ao ano anterior	-5,6%	-28,6%	18,6%	4,9%	15,0%	3,2%	80,2%
<b>Importações brasileiras</b>	<b>3,7</b>	<b>1,3</b>	<b>4,5</b>	<b>22,9</b>	<b>34,5</b>	<b>1,9</b>	<b>2,6</b>
Varição em relação ao ano anterior	-28,5%	-63,6%	238,0%	404,5%	50,9%	31,2%	32,1%
<b>Intercâmbio Comercial</b>	<b>30,7</b>	<b>20,6</b>	<b>27,4</b>	<b>46,8</b>	<b>62,1</b>	<b>5,2</b>	<b>8,4</b>
Varição em relação ao ano anterior	-9,1%	-32,8%	32,9%	71,0%	32,6%	12,2%	62,1%
<b>Saldo Comercial</b>	<b>23,3</b>	<b>17,9</b>	<b>18,3</b>	<b>1,1</b>	<b>-7,0</b>	<b>1,3</b>	<b>3,2</b>

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.*

A Sérvia é o 119º parceiro comercial brasileiro. Entre 2008 e 2012, o intercâmbio comercial brasileiro com o país cresceu cerca de 102%. As exportações cresceram 2%, e as importações aumentaram cerca de 838%. Em valores, o intercâmbio comercial entre os dois países cresceu de US\$ 30,7 milhões em 2008, para US\$ 62,1 milhões, em 2012. O saldo comercial foi positivo para Brasil entre os anos de 2008 a 2011. Contudo, no ano de 2012, o saldo comercial brasileiro com a Sérvia foi deficitário em cerca de US\$ 7 milhões.



**BRASIL-SÉRVIA : EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES, POR FATOR AGREGADO**  
US\$ milhões, fob - 2 0 1 2

DESCRIÇÃO	EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS	
	VALOR	PART. %
Básicos	19,9	72,2%
Semimanufaturados	0,03	0,1%
Manufaturados	7,6	27,6%
Transações especiais	0,02	0,1%
<b>Total</b>	<b>27,5</b>	<b>100,0%</b>

As exportações brasileiras para a Sérvia são compostas em sua maior parte por produtos básicos, que representaram 72,2% do total em 2012, com destaque para carnes. Os produtos manufaturados classificaram-se em seguida, com 27,6% do total.

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC.*

DESCRIÇÃO	IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS	
	VALOR	PART. %
Básicos	0,1	0,2%
Semimanufaturados	0,0	0,0%
Manufaturados	34,5	99,8%
Transações especiais	---	---
<b>Total</b>	<b>34,5</b>	<b>100,0%</b>

Pelo lado das importações, observa-se que os produtos manufaturados representaram a totalidade da pauta, sendo as máquinas mecânicas o principal grupo importado no ano de 2012.

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC.*

## BRASIL-SÉRVIA : COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS

US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2010	2011	2012		Exportações brasileiras para Sérvia, 2012
			Valor	% no total	
Carnes	11,0	12,4	13,8	50,1%	Carnes 13,8
Fumo	6,1	6,7	5,4	19,6%	Fumo 5,4
Preps alimentícias diversas	0,2	0,2	4,0	14,6%	Preps alimentícias diversas 4,0
Calçados	2,9	1,1	1,5	5,3%	Calçados 1,5
Máquinas mecânicas	0,4	1,4	1,0	3,6%	Máquinas mecânicas 1,0
Outs prods origem animal	0,7	0,5	0,7	2,4%	Outs prods origem animal 0,7
<b>Subtotal</b>	<b>21,5</b>	<b>22,8</b>	<b>27,0</b>	<b>98,0%</b>	
<b>Outros produtos</b>	<b>1,3</b>	<b>1,2</b>	<b>0,5</b>	<b>2,0%</b>	
<b>Total</b>	<b>22,8</b>	<b>23,9</b>	<b>27,5</b>	<b>100,0%</b>	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alicweb.

As exportações brasileiras destinadas a Sérvia apresentaram elevado grau de concentração. Em 2012, carnes (pedaços e miudezas comestíveis de galos e galinhas da espécie doméstica, congelados) foram os principais produtos brasileiros vendidos para o país. Este grupo de produtos representou pouco mais da metade do total das vendas (50,1%). Destacaram-se também fumo (19,6%); preparações alimentícias diversas (14,6%); e calçados (5,3%).

## BRASIL-SÉRVIA : COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS

US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2010	2011	2012		Importações brasileiras originárias da Sérvia, 2012
			Valor	% no total	
Máquinas mecânicas	0,6	0,7	22,8	66,2%	Máquinas mecânicas 22,8
Veículos para vias férreas	0,0	0,0	3,3	9,7%	Veículos para vias férreas 3,3
Plásticos	2,5	2,5	3,1	8,9%	Plásticos 3,1
Papel	0,0	0,5	1,8	5,1%	Papel 1,8
Máquinas elétricas	0,0	0,5	1,4	4,1%	Máquinas elétricas 1,4
Borracha	0,7	1,9	1,4	4,0%	Borracha 1,4
<b>Subtotal</b>	<b>4,0</b>	<b>6,3</b>	<b>34,0</b>	<b>98,4%</b>	
<b>Outros produtos</b>	<b>0,5</b>	<b>16,6</b>	<b>0,6</b>	<b>1,6%</b>	
<b>Total</b>	<b>4,5</b>	<b>22,9</b>	<b>34,5</b>	<b>100,0%</b>	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alicweb.

As importações brasileiras originárias da Sérvia concentraram-se em manufaturados. Máquinas, sobretudo as mecânicas, representaram mais de 70% do total importado no ano de 2012. Destacaram-se também veículos para vias férreas (9,7%); plásticos (8,9%) e papel (5,1%).

## BRASIL-SÉRVIA : COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL

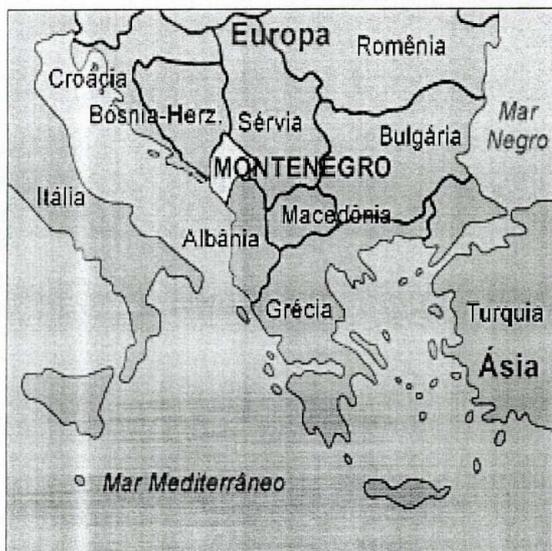
US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2012 (jan-fev)		2013 (jan-fev)		Exportações brasileiras para Sérvia em 2013 (jan-fev) Em US\$ milhões
	Valor	% do total	Valor	% do total	
<b>Exportações</b>					
Calçados	1,4	42,3%	2,3	38,9%	Calçados 2,3
Carnes	1,3	41,3%	2,0	34,1%	Carnes 2,0
Fumo	0,2	5,3%	0,6	10,0%	Fumo 0,6
Preps. Aliment diversas	0,0	0,0%	0,1	2,5%	Preps. Aliment diversas 0,1
Outs prods origem animal	0,1	2,3%	0,1	2,5%	Outs prods origem animal 0,1
<b>Subtotal</b>	<b>2,9</b>	<b>91,2%</b>	<b>5,1</b>	<b>88,1%</b>	
<b>Outros produtos</b>	<b>0,3</b>	<b>8,8%</b>	<b>0,7</b>	<b>11,9%</b>	
<b>Total</b>	<b>3,2</b>	<b>100,0%</b>	<b>5,8</b>	<b>100,0%</b>	
<b>Importações</b>					
Borracha	0,3	13,9%	1,8	69,4%	Borracha 1,8
Plásticos	0,4	21,6%	0,5	19,0%	Plásticos 0,5
Máquinas mecânicas	0,2	12,6%	0,2	7,5%	Máquinas mecânicas 0,2
Alumínio	0,2	8,2%	0,0	1,3%	Alumínio 0,0
<b>Subtotal</b>	<b>1,1</b>	<b>56,3%</b>	<b>2,5</b>	<b>97,2%</b>	
<b>Outros produtos</b>	<b>0,8</b>	<b>43,7%</b>	<b>0,1</b>	<b>2,8%</b>	
<b>Total</b>	<b>1,9</b>	<b>100,0%</b>	<b>2,6</b>	<b>100,0%</b>	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alicweb.

## MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

## MONTENEGRO



OSTENSIVO  
Julho de 2013

DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL	Montenegro
CAPITAL	Podgorica
ÁREA	13.812 km <sup>2</sup>
POPULAÇÃO	620.029 habitantes
IDIOMA OFICIAL	Montenegrino
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Cristã ortodoxa (76,2%), muçulmana (18,7%), católica (1,5%)
SISTEMA DE GOVERNO	República parlamentarista
PODER LEGISLATIVO	Assembleia unicameral
CHEFE DE ESTADO	Presidente Filip Vujanovic, desde 2003
CHEFE DO GOVERNO	Primeiro-Ministro Milo Djukanovic, desde 2012
CHANCELER	Igor Luksić, desde 2012
PIB NOMINAL	US\$ 4,33 bilhões
PIB PPP	US\$ 7,29 bilhões
PIB per capita	US\$ 6.965
PIB per capita PPP	US\$ 11.717
VÁRIAÇÃO DO PIB	0,2% (2012); 2,45% (2011); 2,5% (2010); -5,7 (2009); 6,9% (2008)
IDH	0,791 (52º lugar)
EXPECTATIVA DE VIDA	74,50 anos
ÍND. DE ALFABETIZAÇÃO	98,4%
ÍND. DE DESEMPREGO	11,5% (2011)
UNIDADE MONETÁRIA	Euro (Adotado unilateralmente. O país não é membro da Zona do Euro)
COMUNIDADE BRASILEIRA	Menos de dez pessoas

INTERCÂMBIO COMERCIAL BILATERAL (US\$ milhões, FOB)

Fonte: MDIC

BRASIL → MONTENEGRO	2004*	2005*	2006*	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Intercâmbio	27,6	23,6	23,1	26,6	66,1	54,4	64,0	40,6	25,3
Exportações	27,1	23,0	22,5	26,6	66,1	54,4	64,0	40,6	25,3
Importações	0,5	0,6	0,6	0,001	0,04	0,01	0,001	0,0001	0,0001
Saldo	26,6	22,4	21,9	26,6	65,9	53,9	64,0	40,6	25,3

\* As informações anteriores a 2007 são referentes ao comércio do Brasil com a antiga "Sérvia e Montenegro".

---

PERFIS BIOGRÁFICOS

FILIP VUJANOVIĆ  
Presidente da República

Filip Vujanović nasceu em 1º de setembro de 1954, em Belgrado. Graduiu-se em Direito pela Universidade de Belgrado em 1978.

Atuou como advogado entre 1978 e 1993, ano em que iniciou sua carreira política, ao entrar no Partido Democrático Socialista (DPS, sucessor do ramo montenegrino da Liga dos Comunistas da Iugoslávia), a convite do então Presidente da República Federal da Iugoslávia, o montenegrino Momir Bulatović. Logo do início de sua carreira, foi nomeado Ministro da Justiça (local) da República de Montenegro, ainda parte integrante da Iugoslávia. Ocupou o cargo até 1996, quando assumiu o Ministério do Interior (local).

Entre 1998 e 2002, atuou como Primeiro-Ministro de Montenegro. Em 11 de maio de 2003, no momento da constituição da União da Sérvia e Montenegro, foi eleito Presidente da República montenegrina. Em abril de 2008, nas primeiras eleições presidenciais de Montenegro independente, alcançou a reeleição.

MILO DJUKANOVIĆ  
Primeiro-Ministro

Milo Djukanović nasceu em 15 de fevereiro de 1962, na cidade de Niksić. Graduiu-se, em 1986, em Economia e Turismo pela Universidade de Podgorica.

Em sua juventude, tornou-se membro da Liga dos Comunistas da Iugoslávia, agremiação antecessora ao Partido Democrático Socialista (DPS), do qual faz parte até a atualidade.

Em 1991, aos 29 anos, foi eleito Primeiro-Ministro da República de Montenegro, à época parte integrante da República Socialista Federativa da Iugoslávia. Manteve-se no cargo, por três mandatos, até 1998, quando foi eleito Presidente da República, cargo que ocupou até 2002.

Foi importante aliado de Slobodan Milošević entre 1989 (quando se tornou figura central na política montenegrina) e 1997 – momento no qual passou a defender a independência de Montenegro.

Entre 2003 e 2006, atuou novamente como Primeiro-Ministro do Montenegro. Durante seu mandato, conduziu negociações com a Sérvia para a conversão, em 2003, da República Federal da Iugoslávia em União dos Estados da Sérvia e Montenegro. Liderou também o referendo realizado a 21 de maio de 2006, ocasião na qual os montenegrinos votaram pela independência do país.

Após renunciar à Chefia de Governo em 2006, decidiu abandonar a política para dedicar-se a seus negócios pessoais. Em 2008, no entanto, foi eleito novamente Primeiro-Ministro, cargo que ocupou até 2010.

Em 4 de dezembro último, foi escolhido pela sexta vez Primeiro-Ministro de Montenegro.

### IGOR LUKSIĆ

Vice-Primeiro-Ministro e Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Integração Europeia

Igor Luksić nasceu a 14 de junho de 1976, em Bar, na então República Socialista de Montenegro, parte integrante da Iugoslávia. Em 1998, graduou-se na Faculdade de Economia da Universidade de Podgorica. No ano seguinte, cursou a Academia Diplomática de Viena e, em 2005, recebeu o título de Doutor em Economia pela Universidade de Podgorica.

Foi eleito para o Parlamento (local) de Montenegro em 2001, servindo também no Parlamento (federal) da União da Sérvia e Montenegro entre 2003 a 2006. Em 2003, tornou-se Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros da Sérvia e Montenegro.

Em fevereiro de 2004, foi nomeado Ministro das Finanças da República de Montenegro, cargo que ocupou até dezembro de 2008, quando o país já havia conquistado sua independência.

Entre dezembro de 2008 e 2010, atuou como Vice-Primeiro-Ministro. Em 29 de dezembro de 2010, foi eleito Primeiro-Ministro, cargo que ocupou até dezembro último, quando o Primeiro-Ministro Djukanovic nomeou-o para a chefia da diplomacia montenegrina.

### RELAÇÕES BILATERAIS

O Brasil reconheceu a independência de Montenegro em 14 de junho de 2006 e estabeleceu relações diplomáticas com Podgorica em 20 de outubro do mesmo ano. A Embaixada do Brasil, cumulativa com a Embaixada em Belgrado, foi criada por decreto do Presidente da República em 10 de julho de 2007.

Em razão da recente independência de Montenegro, as relações bilaterais são ainda incipientes. O arcabouço de diplomas legais entre os dois países ainda está por ser negociado.

#### **Comércio bilateral**

O comércio bilateral é pequeno. De acordo com dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), em 2012, o Brasil exportou US\$ 25,35 milhões em produtos para Montenegro, muito abaixo dos US\$ 40 milhões registrados em 2011 (-37,5%), e importou apenas US\$ 133 dólares. O

Instituto de Estatísticas do Montenegro (MONSTAT) registra fluxo comercial em 2012 de €15,46 milhões (US\$ 20,57 milhões), ou seja, menos 20% do que o registrado pelo MDIC. A discrepância talvez se deva ao fato de o porto montenegrino de Bar servir como entrada de parte das importações sérvias oriundas do Brasil.

#### **Assuntos consulares / Empréstimos e financiamentos oficiais**

Tendo em vista que a população brasileira em Montenegro é muito pequena – estimada em menos de dez indivíduos –, não há Consulados ou Consulados Honorários brasileiros no território montenegrino.

Não há tampouco registro de empréstimos e financiamentos oficiais do Brasil a Montenegro.

### POLÍTICA INTERNA

De acordo com os resultados das terceiras eleições parlamentares desde a independência, realizadas em 14 de outubro de 2012, a coalizão “Montenegro Europeu”, liderada pelo Partido Democrático Socialista (DPS), cujo líder é o Primeiro-Ministro Milo Djukanović, obteve 39 deputados dos 81 que compõem o Parlamento. Ranko Krivokapić (do Partido Socialdemocrata, sócio minoritário da coalizão vencedora do pleito) foi eleito pela quarta vez Presidente do Parlamento e Djukanovic foi encarregado, pela sexta vez, de formar o novo Governo como Primeiro-Ministro. O Parlamento, unicameral, é integrado por oitenta e um deputados eleitos a cada quatro anos.

Milo Djukanovic, presidente do maior partido político do país, o Partido Democrático Socialista (DPS), é o político mais influente de Montenegro e, em 2003, conduziu as negociações com a Sérvia para a conversão da República Federal da Iugoslávia em União Estatal da Sérvia e de Montenegro. Apesar de todas as acusações de corrupção feitas contra ele até recentemente, Djukanovic ocupa pela sexta vez o cargo de Primeiro-Ministro e mantém controle inquestionável sobre a vida política montenegrina.

Nos últimos meses, as ruas de Podgorica têm sido agitadas por atos públicos contra a associação de setores do Governo ao crime organizado. A líder do movimento, Vanja Calovic, dirigente da ONG “Rede para Afirmação do Setor Não-Governamental” (MANS), anunciou recentemente a extensão dos protestos a outras cidades de Montenegro. O MANS, em articulação com a União dos Sindicatos Livres (USS) e a União dos Estudantes (SU), já organizou sete manifestações antigovernamentais contra a situação socioeconômica do país, eventuais conexões do governo com o crime organizado e a corrupção no setor público. O MANS pede sejam investigadas as atividades do Primeiro-Ministro Djukanovic e de membros de sua família e declara ter provas de que estão diretamente envolvidos em atos ilícitos que resultaram em enriquecimento pessoal.

## POLÍTICA EXTERNA

O Governo de Montenegro tem como objetivos primordiais promover a integração do país à União Europeia (UE) e à Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN).

### **Relações Montenegro – UE**

Em 16 de junho de 2005, o Parlamento montenegrino adotou declaração em prol da adesão à União Europeia. Em 15 de outubro de 2007, Montenegro assinou Acordo de Estabilização e Associação com o bloco e, em 17 de dezembro de 2010, com base em parecer favorável do Conselho Europeu, foi-lhe concedido estatuto de candidato oficial à UE.

Em maio de 2012, a Comissão Europeia publicou relatório, no qual destacava os progressos realizados pelo país em matérias como a luta contra a corrupção e contra a criminalidade organizada. Em 29 de junho de 2012, as negociações para a efetiva adesão de Montenegro à UE foram iniciadas.

Nesse contexto, a Suécia, apoiada pela França e pelos Países Baixos, enfatizou que Montenegro deveria intensificar sua luta contra o crime organizado e a corrupção, além de ampliar as garantias de independência do Judiciário. O Ministro dos Negócios Estrangeiros da Suécia, Carl Bildt, pediu à Europol, a polícia de âmbito continental, que preparasse relatório especial sobre a situação do crime organizado em Montenegro.

As negociações de adesão, no entanto, podem durar muitos anos. Em 10 de outubro último, a Comissão Europeia divulgou relatório, no qual apela a Montenegro que envide mais esforços no combate à corrupção e à criminalidade organizada. Outro obstáculo à adesão montenegrina pode ser causado por menor ímpeto da UE em alargar suas fronteiras, sobretudo em momento de crise.

### **Relações Montenegro – OTAN**

Após ter sido admitido, em 14 de dezembro de 2006, como membro da Parceria para a Paz, Montenegro apresentou pedido formal de adesão à Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), em 4 de dezembro de 2009. O país tem sido estimulado pelos membros da Organização a implantar as reformas necessárias ao cumprimento dos critérios para o ingresso. A esse respeito, a Embaixada dos Estados Unidos em Podgorica, após a cúpula da OTAN em Chicago (20 e 21 de maio de 2012), felicitou o Governo montenegrino pelo significativo progresso no caminho da adesão à organização.

Registre-se, ainda, que a adesão à OTAN é razoavelmente controversa em Montenegro. As sondagens de opinião indicam uma significativa oposição à adesão do país – decorrente, sobretudo, das campanhas da Organização contra Sérvia e Montenegro, no contexto da Guerra do Kosovo, em 1999.

### **Relações Montenegro – OMC**

Em 29 de abril de 2012, Montenegro tornou-se membro pleno da Organização Mundial do Comércio. As autoridades montenegrinas consideram que o ingresso na OMC, uma de suas prioridades em política externa, envia sinal positivo aos investidores estrangeiros.

### **Relações regionais**

Para Montenegro, a cooperação regional e as boas relações com os vizinhos constituem parte essencial da estratégia de aproximação com a União Europeia. O Montenegro participa ativamente dos processos políticos coletivos do Sudeste da Europa e busca aprofundar a cooperação regional, especialmente nas áreas de ciência e tecnologia e na busca de solução para os litígios de fronteira ainda existentes.

Em 2002, Montenegro reconheceu, por meio de Acordo, a soberania da Croácia sobre parte da península de Prevlaka – objeto de disputa que durava décadas e que exigira, inclusive, presença de força de paz das Nações Unidas na região.

Em outubro de 2008, o Governo de Montenegro reconheceu o Kosovo como Estado independente. Em resposta, a Sérvia expulsou o Embaixador montenegrino em Belgrado, e os partidos pró-sérvios de Montenegro, na oposição, organizaram protestos contra a decisão governamental. Os laços foram reatados em 2009 com troca de embaixadores, mas a decisão de Montenegro, em janeiro de 2010, de estabelecer relações diplomáticas com o Kosovo voltou a irritar o Governo sérvio.

Em 18 de janeiro de 2013, o Presidente da Sérvia, Tomislav Nikolić, realizou sua primeira visita oficial a Montenegro, a convite do Presidente Vujanović. Durante a estada em Podgorica, Nikolić encontrou-se também com o Presidente do Parlamento, Ranko Krivokapic, e com o Primeiro-Ministro Milo Djukanovic.

## ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

O Montenegro, a menor república da antiga Iugoslávia, esteve sempre entre as menos desenvolvidas e as mais dependentes de contribuições federais, particularmente sérvias. Os setores econômicos mais importantes são o turismo e os serviços financeiros (bancos e seguros, sobretudo). Segundo dados oficiais do Instituto de Estatísticas do Montenegro (MONSTAT), em 2011 o país registrou ingresso de 1,4 milhões de turistas estrangeiros, 14% a mais do que em 2010. A atividade gerou renda de US\$ 817 milhões, 20% superior à de 2010. Por origem, os países mais representados foram Sérvia (17%), Rússia (12,4%), Bósnia e Herzegovina (10,8 %), Albânia (7,8%) e Itália (5%).

O setor industrial é constituído principalmente por empresas remanescentes da antiga Iugoslávia, como um complexo de alumínio, uma siderúrgica e uma fábrica de

eletrodomésticos, todas elas privatizadas e controladas por investidores estrangeiros. O setor primário, em que se destaca a atividade vinícola, é pouco significativo, pois as condições orográficas do país o tornam de difícil exploração. Por esse motivo, o Montenegro é altamente dependente de importações de produtos alimentícios, particularmente durante os meses estivais, quando o turismo provoca aumento do consumo. No setor imobiliário, deve notar-se que proporção significativa dos hotéis, das casas particulares e dos terrenos foi vendida a cidadãos russos entre 2002 e 2008, o que proporcionou vultoso ingresso de recursos no país durante aquele período.

O maior porto marítimo de Montenegro, modernizado no início dos anos setenta, situa-se em Bar. Apesar de contar com armazéns especializados para todo tipo de carga, as instalações estão tecnicamente obsoletas e são subutilizadas, em grande parte por causa da deficiente rede ferroviária e rodoviária entre Bar e os países vizinhos, em particular a Sérvia. O Governo montenegrino está empenhado na reestruturação do porto com vistas a privatizá-lo.

O principal desafio da atual política econômica montenegrina refere-se à necessidade de combinação de significativo crescimento econômico (o aumento do PIB em 2012 foi de apenas 0,2%) com maior estabilidade fiscal e redução do grande déficit em conta corrente. Estas tarefas são de difícil implementação, tendo em vista o contexto de crise da Zona do Euro, onde se encontram os principais parceiros comerciais e investidores em Montenegro.

A adoção, unilateral, do euro como moeda legal implica que o Banco Central de Montenegro não tem meios de influenciar a oferta de moeda no país – que é determinada pelos fluxos sobre a balança de pagamentos. Nesse contexto, a principal ferramenta de política econômica, principalmente em contextos de crise, torna-se a política fiscal.

#### CRONOLOGIA HISTÓRICA

1878	Independência montenegrina reconhecida em tratados internacionais.
1918	Depois da Primeira Guerra Mundial, Montenegro torna-se parte do "Reino dos Sérvios, Croatas e Eslovenos".
1945	Sob o comando de Josip Broz Tito, Montenegro torna-se uma das repúblicas da República Federal Socialista da Iugoslávia – juntamente com Sérvia, Eslovênia, Macedônia, Croácia e Bósnia-Herzegovina.
1991	Milo Djukanovic torna-se Primeiro-Ministro de Montenegro.
1992	Montenegro se junta à Sérvia na República Federal da Iugoslávia. Início das Guerras da Croácia e da Bósnia. ONU impõe sanções contra a República Federal da Iugoslávia.

1999	O Primeiro-Ministro Milo Djukanovic declara que Montenegro não apoia a Sérvia no conflito no Kosovo. Montenegro abandona o dinar e adota o marco alemão.
2002	Montenegro adota o euro, unilateralmente, como sua moeda. Líderes montenegrinos e sérvios assinam acordo, mediado pela União Europeia, para a criação de um novo Estado, intitulado “Sérvia e Montenegro”, no lugar da Iugoslávia.
2003	Filip Vujanovic é eleito Presidente.
2006	Após referendo, Montenegro declara independência. Torna-se, em seguida, o 192º membro das Nações Unidas.
2008	Milo Djukanovic retorna para um quinto termo como Primeiro-Ministro.
2008	Filip Vujanovic é reeleito Presidente da República.
2010	União Europeia reconhece Montenegro como candidato oficial à adesão ao bloco.

#### CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

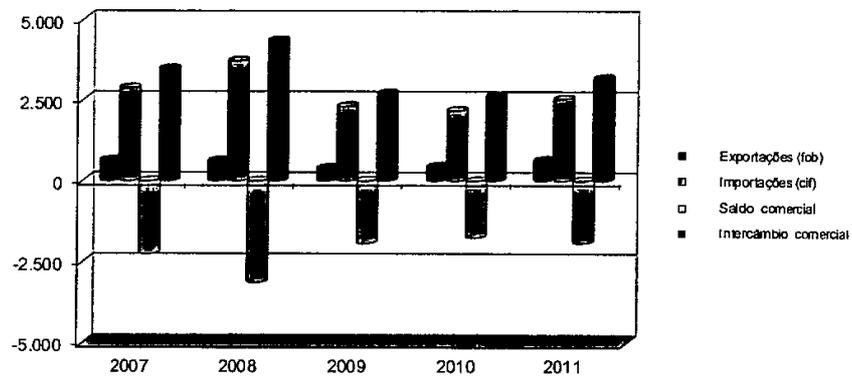
Junho/2003	Visita ao Brasil do Chanceler da então Sérvia e Montenegro, Goran Svilanovic, acompanhado de missão empresarial
Outubro/2003	Os Primeiros-Ministros (locais) da Sérvia e Montenegro, Zoran Zivkovic e Milo Djukanovic, estiveram em São Paulo para participar do 22º Congresso da Internacional Socialista (27/10/2003), onde se avistaram com o Senhor Presidente da República
Abril/2005	Reunião de consultas políticas bilaterais, em Brasília
14 de junho de 2006	O Brasil reconhece a independência de Montenegro.
20 de outubro de 2006	Após a extinção da união de Estados da Sérvia e Montenegro, Brasil e Montenegro estabelecem relações diplomáticas plenas
Julho/2007	É criada a Embaixada do Brasil junto ao Governo montenegrino, cumulativa com a Embaixada na Sérvia.

## DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

**MONTENEGRO: COMÉRCIO EXTERIOR**  
**US\$ milhões**

DESCRIÇÃO	2007	2008	2009	2010	2011
Exportações (fob)	626	617	388	437	628
Importações (cif)	2.867	3.731	2.313	2.182	2.544
Saldo comercial	-2.241	-3.115	-1.926	-1.745	-1.917
Intercâmbio comercial	3.494	4.348	2.701	2.619	3.172

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do UNCTAD/ITC/COMTRADE/Tradeap, March 2013.*

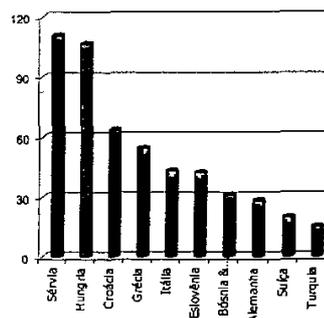


O comércio exterior de Montenegro apresentou, em 2011, desaceleração de 9,22% em relação a 2007, de US\$ 3,49 bilhões para US\$ 3,17 bilhões. Montenegro figurou como o 162º exportador mundial e o 159º importador, em 2011.

## MONTENEGRO : DIREÇÃO DAS EXPORTAÇÕES

US\$ milhões

DESCRIÇÃO	2 0 1 1 <sup>(1)</sup>	% no total
Sérvia	110,9	17,7%
Hungria	106,8	17,0%
Croácia	63,8	10,2%
Grécia	54,6	8,7%
Itália	43,2	6,9%
Eslovênia	42,1	6,7%
Bósnia & Herzegovina	31,1	5,0%
Alemanha	28,5	4,5%
Suíça	20,3	3,2%
Turquia	15,6	2,5%
...		
<b>Brasil</b>	<b>0,00</b>	<b>0,0%</b>
<b>Subtotal</b>	<b>517</b>	<b>82,4%</b>
<b>Outros países</b>	<b>111</b>	<b>17,6%</b>
<b>Total</b>	<b>628</b>	<b>100,0%</b>



Elaborado pelo NRE/DP/IDIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do UNCTAD/ITC/CONTRADE/Trademap, March 2013.

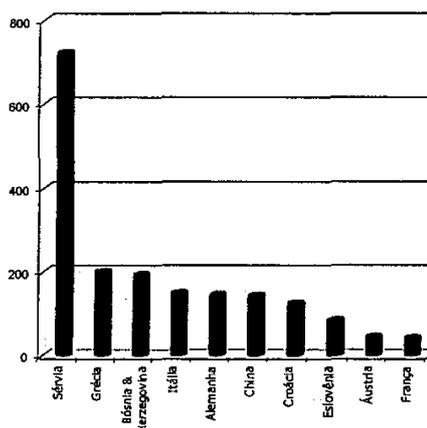
(1) Última posição disponível em 11/03/2013.

As exportações do país são destinadas, em grande parte, aos países vizinhos da Europa. A Sérvia foi o principal destino das vendas montenegrinas em 2011, com 17,7% do total exportado. Seguiram-se: Hungria (17%); Croácia (10,2%) e Grécia (8,75). O Brasil posicionou-se no 65º lugar entre os principais compradores em 2011.

## MONTENEGRO : ORIGEM DAS IMPORTAÇÕES

US\$ milhões

DESCRIÇÃO	2 0 1 1 <sup>(1)</sup>	% no total
Sérvia	723,7	28,4%
Grécia	201,2	7,9%
Bósnia & Herzegovina	193,7	7,6%
Itália	149,9	5,9%
Alemanha	145,7	5,7%
China	143,8	5,7%
Croácia	125,6	4,9%
Eslovênia	85,8	3,4%
Áustria	46,4	1,8%
França	43,6	1,7%
...		
<b>Brasil</b>	<b>35,06</b>	<b>1,4%</b>
<b>Subtotal</b>	<b>1.894</b>	<b>74,5%</b>
<b>Outros países</b>	<b>650</b>	<b>25,5%</b>
<b>Total</b>	<b>2.544</b>	<b>100,0%</b>



Elaborado pelo NRE/DP/IDIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do UNCTAD/ITC/CONTRADE/Trademap, March 2013.

(1) Última posição disponível em 11/03/2013.

A exemplo das exportações, as importações montenegrinas são provenientes, sobretudo, de seus vizinhos da Europa. Em 2011, a Sérvia foi a principal fornecedora de bens ao país, abastecendo 28,4% do mercado importador. Seguiram-se: Grécia (7,9%); Bósnia & Herzegovina (7,6%) e Itália (5,9%). O Brasil obteve o 15º lugar, com participação de 1,4% do total.

### MONTENEGRO : COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES 2011<sup>(1)</sup> - US\$ milhões

DESCRIÇÃO	2011	% do total
Alumínio	257,8	41,1%
Combustíveis	87,6	14,0%
Ferro e aço	62,6	10,0%
Bebidas	31,6	5,0%
Madeira	26,5	4,2%
Máquinas mecânicas	21,3	3,4%
Armas e munições	14,8	2,4%
Minérios	12,9	2,1%
Cobre	11,5	1,8%
<b>Subtotal</b>	<b>526,5</b>	<b>83,9%</b>
<b>Outros produtos</b>	<b>101,1</b>	<b>16,1%</b>
<b>Total</b>	<b>627,5</b>	<b>100,0%</b>

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do UNCTAD/ITC/COMTRADE/Trademap, March 2013.

(1) Última posição disponível em 11/03/2013.

Alumínio em formas brutas foi o principal produto da pauta de exportação montenegrina, com 41,1% do total em 2011. Em seguida, destacaram-se: energia elétrica e óleo de petróleo refinado, com 14% e Ferro e Aço, com 10%.

### MONTENEGRO : COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES 2011<sup>(1)</sup> - US\$ milhões

DESCRIÇÃO	2011	% do total
Combustíveis	462,5	18,2%
Máquinas mecânicas	159,8	6,3%
Máquinas elétricas	140,5	5,5%
Automóveis	136,2	5,4%
Químicos inorgânicos	90,1	3,5%
Carnes	79,7	3,1%
Farmacêuticos	75,5	3,0%
Bebidas	71,4	2,8%
Obras de ferro ou aço	71,0	2,8%
Móveis	70,5	2,8%
<b>Subtotal</b>	<b>1.357,2</b>	<b>53,3%</b>
<b>Outros produtos</b>	<b>1.186,9</b>	<b>46,7%</b>
<b>Total</b>	<b>2.544,0</b>	<b>100,0%</b>

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do UNCTAD/ITC/COMTRADE/Trademap, March 2013.

(1) Última posição disponível em 11/03/2013.

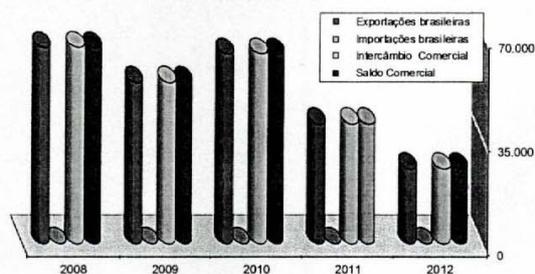
Os combustíveis se destacam na pauta de importações de Montenegro. Em 2011, energia elétrica e óleos de petróleo refinados, coque de petróleo, betume de petróleo e outros resíduos dos óleos de petróleo ou de minerais betuminosos, gás de petróleo e outros hidrocarbonetos gasosos representaram 18,2% do total das compras montenegrinas. Em seguida, destacaram-se: máquinas - mecânicas e elétricas (11,8% do total); automóveis (5,4%) e produtos químicos inorgânicos (3,5%).

**BRASIL-MONTENEGRO: EVOLUÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL**  
US\$ mil, fob

DESCRIÇÃO	2008	2009	2010	2011	2012	2012 (jan-fev)	2013 (jan-fev)
<b>Exportações brasileiras</b>	<b>66.113</b>	<b>54.369</b>	<b>63.986</b>	<b>40.610</b>	<b>25.350</b>	<b>3.694</b>	<b>2.702</b>
Variação em relação ao ano anterior	149,3%	-17,8%	17,7%	-36,5%	-37,6%	-37,6%	-26,8%
<b>Importações brasileiras</b>	<b>40,7</b>	<b>14,2</b>	<b>1,4</b>	<b>1,0</b>	<b>0,1</b>	<b>0,0</b>	<b>64,9</b>
Variação em relação ao ano anterior	(+)	-65,1%	-90,4%	-30,0%	-86,1%	n.a.	100,0%
<b>Intercâmbio Comercial</b>	<b>66.153</b>	<b>54.383</b>	<b>63.987</b>	<b>40.611</b>	<b>25.350</b>	<b>3.694</b>	<b>2.767</b>
Variação em relação ao ano anterior	149,5%	-17,8%	17,7%	-36,5%	-37,6%	-37,6%	-25,1%
<b>Saldo Comercial</b>	<b>66.072</b>	<b>54.355</b>	<b>63.984</b>	<b>40.609</b>	<b>25.350</b>	<b>3.694</b>	<b>2.637</b>

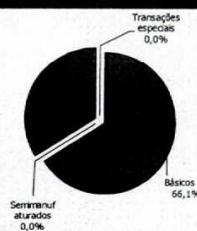
*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb.*

Montenegro foi o 137º parceiro comercial brasileiro em 2012, com participação de 0,01% no total. Entre 2008 e 2012, o intercâmbio comercial brasileiro com o país apresentou queda de 61,7%, de US\$ 66,2 milhões, para US\$ 25,4 milhões, tendo as exportações sofrido decréscimo de 61,7% e as importações de 99,7%. O saldo da balança comercial, favorável ao Brasil em todo o período sob análise, apresentou superávit de US\$ 25,3 milhões em 2012.



**BRASIL-MONTENEGRO : EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES, POR FATOR AGREGADO**  
US\$ mil, fob - 2 0 1 2

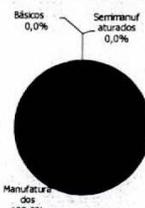
DESCRIÇÃO	EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS	
	VALOR	PART.%
Básicos	16.745	66,1%
Semimanufaturados	0	0,0%
Manufaturados	8.605	33,9%
Transações especiais	0	0,0%
<b>Total</b>	<b>25.350</b>	<b>100,0%</b>



As exportações brasileiras para Montenegro são compostas, em sua maior parte, por produtos básicos, que representaram 66,1% das vendas em 2012, com destaque para café e carne. Seguiram-se os manufaturados com 33,9%, com destaque para açúcar.

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC.*

DESCRIÇÃO	IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS	
	VALOR	PART.%
Básicos	0,0	0,0%
Semimanufaturados	0,0	0,0%
Manufaturados	0,1	100,0%
Transações especiais	---	---
<b>Total</b>	<b>0,1</b>	<b>100,0%</b>



Pelo lado das importações, os produtos manufaturados representaram a totalidade da pauta em 2012, com destaque para máquinas.

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC.*

**BRASIL-MONTENEGRO : COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS**  
US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2010	2011	2012		Exportações brasileiras para Montenegro, 2012
			Valor	% no total	
Café/chá/mate/especiarias	20.411	12.889	13.104	51,7%	Café/chá/mate/especiarias 13.104
Açúcar	4.125	24.367	7.610	30,0%	Açúcar 7.610
Carnes	6.355	3.052	3.639	14,4%	Carnes 3.639
Aviões	32.941	0	39	0,2%	Aviões 39
<b>Subtotal</b>	<b>63.832</b>	<b>40.308</b>	<b>24.392</b>	<b>96,2%</b>	
<b>Outros produtos</b>	<b>154</b>	<b>303</b>	<b>957</b>	<b>3,8%</b>	
<b>Total</b>	<b>63.986</b>	<b>40.610</b>	<b>25.350</b>	<b>100,0%</b>	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aceweb.

As exportações brasileiras destinadas a Montenegro apresentaram alto grau de concentração em produtos básicos, notadamente café não torrado, não descafeinado, em grão, cujos percentuais representaram 51,7% do total das vendas, em 2012. Seguiram-se o grupo de produtos açúcares (outros açúcares de cana ou de beterraba e sacarose quimicamente pura, no estado sólido) com 30% do total. Carnes bovinas e suínas congeladas e pedaços e miudezas de galos/galinhas representaram 14,4%.

**BRASIL-MONTENEGRO : COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS**  
US\$ mil, fob

DESCRIÇÃO	2010	2011	2012		Importações brasileiras originárias de Montenegro, 2012
			Valor	% no total	
Máquinas mecânicas	1,03	0,59	0,13	95,5%	Máquinas mecânicas 0,13
Máquinas elétricas	0,34	0,37	0,01	4,5%	Máquinas elétricas 0,01
<b>Subtotal</b>	<b>1,37</b>	<b>0,96</b>	<b>0,13</b>	<b>100,0%</b>	
<b>Outros produtos</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,0%</b>	
<b>Total</b>	<b>1,37</b>	<b>0,96</b>	<b>0,13</b>	<b>100,0%</b>	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aceweb.

A exemplo das exportações, as importações brasileiras originárias de Montenegro apresentaram, também, elevado grau de concentração. Máquinas - mecânicas e elétricas representaram a totalidade das compras brasileiras provenientes do país no ano de 2012. Outros mancais sem rolamentos de bronze, outros bronzes e outros transistores, exceto os fototransistores foram os produtos comprados pelo Brasil em 2012.

**BRASIL-MONTENEGRO : COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL**  
US\$ mil, fob

DESCRIÇÃO	2012 (jan-fev)	2013 (jan-fev)		Exportações bras. para Montenegro em 2013 (jan-fev)
		Valor	% no total	
<b>Exportações</b>				
Café/chá/especiarias	1.518	1.537	56,9%	Café/chá/especiarias 1.537
Açúcar	884	399	14,8%	Açúcar 399
Calçados	744	361	13,3%	Calçados 361
Carnes	514	325	12,0%	Carnes 325
<b>Subtotal</b>	<b>3.660</b>	<b>2.622</b>	<b>97,0%</b>	
<b>Outros produtos</b>	<b>34</b>	<b>80</b>	<b>3,0%</b>	
<b>Total</b>	<b>3.694</b>	<b>2.702</b>	<b>100,0%</b>	
<b>Importações</b>				
Máquinas mecânicas	0	65	100,0%	Máquinas mecânicas 65
<b>Subtotal</b>	<b>0</b>	<b>65</b>	<b>100,0%</b>	
<b>Outros produtos</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0,0%</b>	
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>65</b>	<b>100,0%</b>	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aceweb.

Aviso nº 546 - C. Civil.

Em 29 de julho de 2013.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador FLEXA RIBEIRO  
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor SERGIO LUIZ CANAES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Sérvia e, cumulativamente, junto a Montenegro.

Atenciosamente,



GLEISI HOFFMANN  
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil  
da Presidência da República

*(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)*

Publicado no DSF, de 24/07/2013.

---

Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado Federal - Brasília-DF

OS: 1(\$)/2013

2

---

## RELATÓRIO Nº , DE 2013

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem nº 65, de 2013 (nº 306, de 29 de julho de 2013, na origem), da Presidente da República, que *submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor APPIO CLAUDIO MUNIZ ACQUARONE FILHO, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Chipre.*

RELATOR: Senador **EDUARDO LOPES**

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a se manifestar sobre a indicação que a Senhora Presidente da República faz do Senhor APPIO CLAUDIO MUNIZ ACQUARONE FILHO, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores (MRE), para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Chipre.

A Constituição Federal atribui competência privativa ao Senado Federal para apreciar previamente, e deliberar por voto secreto, a escolha dos Chefes de Missão Diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV).

De acordo com o currículo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores, em razão de preceito regimental, o indicado nasceu em 15 de junho de 1949. Graduado em Direito pela Universidade Cândido Mendes do Rio de Janeiro, ingressou na carreira diplomática em 1984 e defendeu tese no Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco em 1999, intitulada “Acordos de Extradicação: Construção, Atualidade e Projeção do Relacionamento Bilateral Brasileiro”. Tornou-se Ministro de Segunda Classe, por merecimento, em 2004, e Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial em 2009.

Entre as funções desempenhadas no MRE destacam-se a de Conselheiro na Embaixada de Ottawa (1997) e na Haia (2001), Representante Alterno do Brasil na Organização para a Proibição de Armas Químicas (OPAQ) (2001), Coordenador-Geral da Coordenação-Geral de Imunidades e Privilégios (2003), Embaixador em Atenas (2008-10), Embaixador em Dar-Es-Salaam (2005) e Embaixador em Bridgetown (2009).

O Ministério das Relações Exteriores anexou à mensagem presidencial sumário executivo sobre a República do Chipre, cumprindo o disposto no parágrafo único do art. 1º do Ato nº 1, de 2011, desta Comissão, e com o art. 386 do Regimento Interno do Senado Federal. O documento apresentado dá notícia sobre o perfil desse País, sua política interna e externa, economia e relações bilaterais com o Brasil.

O Brasil e o Chipre intensificaram suas relações bilaterais após a criação da Embaixada cipriota em Brasília em 2009 e da Embaixada brasileira em Nicósia em 2010. Destacam-se os interesses externados nas missões diplomáticas de empresas cipriotas em importar papel, café, soja, animais silvestres, lentes de contato, óleos vegetais, e o de empresas brasileiras em exportar alimentos e máquinas de fabricação de biodiesel.

A República de Chipre é composta majoritariamente por gregos ortodoxos (78%), seguidos por islâmicos (18%), que reflete a divisão do País entre cipriotas de origem grega e os de origem turca, estes com o controle do norte da ilha. Nomeadamente, entre aqueles que desejam a união com a Grécia e os que defendem a separação da ilha em dois Estados. De fato, 36% do território, no norte da ilha, pertencem aos turco-cipriotas, em decorrência dos acontecimentos posteriores à independência do Reino Unido na década de 60 e da invasão turca de 1974. Assim, a ONU, que possui missão de paz desde 1964 no Chipre (a UNFICYP), busca avançar negociações com vistas à reunificação da ilha, mas sem sucesso, pois não conseguiu equacionar temas controversos envolvidos no litígio, tais como a estrutura de federação bizonal, a restituição de imóveis abandonados em razão da violência no norte da ilha, os limites das duas unidades federativas, a cidadania e o destino do petróleo e gás natural descobertos em 2011.

A economia, tal qual a política, enfrenta momento tumultuado, já que Chipre sofreu com a crise da Grécia em razão de ter adquirido considerável

quantidade de títulos públicos deste país, além de padecer com a incapacidade de seu Banco Central em fiscalizar operações de crédito, que foram concedidas sem lastro. Somado a isso, apesar de socorro financeiro do FMI, da Comissão Europeia e do Banco Central Europeu, tem tomado várias decisões impopulares para superar a crise, como a retenção de depósitos superiores a 100 mil euros.

Importa registrar, enfim, que o fluxo comercial entre Brasil e Chipre é modesto, sendo nossas exportações marcadas pela venda de combustíveis, calçados, café/chá/especiarias e carnes, e nossas importações focadas em máquinas elétricas e mecânicas, objetos de arte e minérios.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações no âmbito deste Relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



# SENADO FEDERAL

## MENSAGEM

### Nº 65, DE 2013

(nº 306/2013, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor APPIO CLAUDIO MUNIZ ACQUARONE FILHO, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Chipre.

Os méritos do Senhor Appio Claudio Muniz Acquarone Filho que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 29 de julho de 2013.

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'A. Russell', with a large, sweeping flourish extending downwards and to the right.

EM nº 00198/2013-MRE

Brasília, 7 de Junho de 2013.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação de **APPIO CLAUDIO MUNIZ ACQUARONE FILHO**, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador junto à República de Chipre.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e *curriculum vitae* de **APPIO CLAUDIO MUNIZ ACQUARONE FILHO** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Antonio de Aguiar Patriota*

EM Nº 00198 /DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-MRE/APES

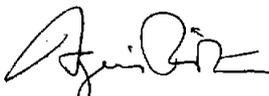
Brasília, 07 de junho de 2013.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação de **APPIO CLAUDIO MUNIZ ACQUARONE FILHO**, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador junto à República de Chipre.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e *curriculum vitae* de **APPIO CLAUDIO MUNIZ ACQUARONE FILHO** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,



ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA  
Ministro das Relações Exteriores

## I N F O R M A Ç Ã O

### CURRICULUM VITAE

**MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE DO QUADRO ESPECIAL APPIO CLAUDIO MUNIZ ACQUARONE FILHO**  
 CPF.: 267.320.507-10  
 ID.: 7606 MRE

1949 Filho de Appio Cláudio Muniz Acquarone e Neyde Moraes Acquarone, nasce em 15 de junho, no Rio de Janeiro/RJ

**Dados Acadêmicos:**

1974 Direito pela Universidade Cândido Mendes/RJ  
 1984 CAD – IRBR  
 1999 CAE, IRBR, Acordos de Extradicação: Construção, Atualidade e Projeção do Relacionamento Bilateral Brasileiro

**Cargos:**

1978 Terceiro-Secretário  
 1980 Segundo-Secretário  
 1988 Primeiro-Secretário, por merecimento  
 1995 Conselheiro, por merecimento  
 2004 Ministro de Segunda Classe, por merecimento  
 2009 Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial

**Funções:**

1978 Instituto Rio Branco, assistente  
 1979 Divisão de Europa II, assistente  
 1980 Embaixada em Berlim, Terceiro-Secretário e Segundo-Secretário  
 1982 Embaixada no Cairo, Segundo-Secretário  
 1985 Embaixada em La Paz, Segundo-Secretário  
 1987 Divisão da Organização dos Estados Americanos, assistente  
 1987 Departamento Consular e Jurídico, assessor  
 1990 Divisão Jurídica, Chefe  
 1990 Consulado-Geral em Buenos Aires, Cônsul-Adjunto  
 1994 Departamento Consular e Jurídico, assessor  
 1997 Embaixada em Ottawa, Conselheiro  
 1999-2000 XXVI e XXVII Reunião do Comitê de Rotulagem de Alimentos do Codex Alimentarius da FAO, Ottawa, Chefe de Delegação  
 2001 Embaixada na Haia, Conselheiro  
 2001 Representante alterno do Brasil na Organização para Proibição de Armas Químicas, Haia  
 2003 Coordenação-Geral de Privilégios e Imunidades, Coordenador-Geral  
 2005 Embaixada em Dar-Es-Salaam, Embaixador  
 2009 Embaixada em Bridgetown, Embaixador

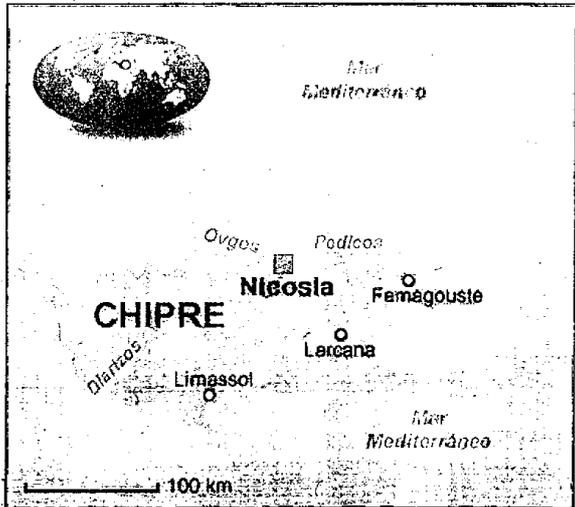
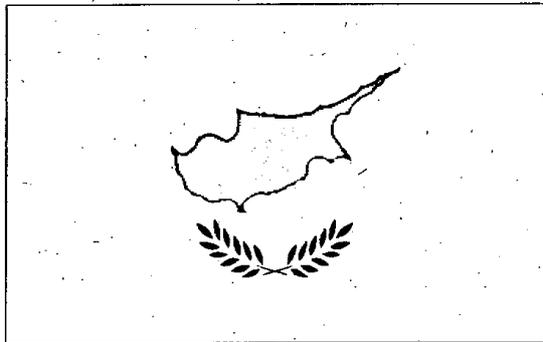
**Condecorações:**

1985 Ordem da República, Egito, Oficial  
 1987 Ordem do Condor de los Andes, Bolívia, Oficial

  
**JOSÉ BORGES DOS SANTOS JÚNIOR**  
 Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

REPÚBLICA DE CHIPRE



Informação para o Senado Federal  
OSTENSIVO  
Junho de 2013

### DADOS BÁSICOS

<b>NOME OFICIAL</b>	República de Chipre
<b>ADJETIVO GENTÍLICO</b>	cipriota
<b>CAPITAL</b>	Nicósia
<b>ÁREA</b>	9.251 km <sup>2</sup> (dos quais 3.355 km <sup>2</sup> ocupados pela não reconhecida "República Turca de Chipre do Norte" e 254 km <sup>2</sup> ocupados por bases militares britânicas)
<b>POPULAÇÃO (jul/2011)</b>	1,138 milhão
<b>IDIOMAS OFICIAIS</b>	Grego e turco
<b>PRINCIPAIS RELIGIÕES</b>	Gregos ortodoxos (78%), islâmicos (18%), outros 4%
<b>SISTEMA DE GOVERNO</b>	República presidencialista
<b>PODER LEGISLATIVO</b>	Unicameral – <i>Vuli ton Antiprosópon</i> (Casa dos Representantes)
<b>CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO</b>	Presidente Nicos Anastasiades (desde 28/02/2013)
<b>MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS</b>	Ioannis Cassulides (desde 01/03/2013)
<b>PIB NOMINAL</b>	US\$ 22,44 bilhões
<b>PIB PPP</b>	US\$ 23,56 bilhões
<b>PIB PER CAPITA</b>	US\$ 25.629
<b>PIB PER CAPITA PPP</b>	US\$ 26.908
<b>VARIAÇÃO DO PIB</b>	-2,3% (2012); 1,3% (2011); 0,5% (2010)
<b>ÍNDICE DE DESENV. HUMANO (IDH) 2012</b>	0,848 (30ª posição entre 185 países; Brasil é o 84º, com 0,730)
<b>EXPECTATIVA DE VIDA</b>	78 anos
<b>ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO</b>	97,6%
<b>ÍNDICE DE DESEMPREGO (est. 2012)</b>	8%
<b>UNIDADE MONETÁRIA</b>	Euro
<b>EMBAIXADOR EM NICÓSIA</b>	Dante Coelho de Lima
<b>EMBAIXADORA EM BRASÍLIA</b>	Martha Mavrommatis
<b>COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA</b>	80 pessoas

### INTERCÂMBIO COMERCIAL

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
<b>Intercâmbio</b>	12,9	65,0	110,5	216,6	222,7	274,3	6,1	17,5	19,7	109,0
<b>Exportações</b>	11,8	56,6	106,1	172,5	222,3	199,5	15,5	16,7	18,9	106,6
<b>Importações</b>	1,1	8,4	4,3	44,0	0,4	74,8	0,6	0,8	0,8	2,4
<b>Saldo</b>	10,6	48,2	101,8	128,4	221,9	124,7	14,9	15,9	18,1	104,2

## PERFIS BIOGRÁFICOS

### **NICOS ANASTASSIADES**

*Presidente da República*

Nicos Anastassiades nasceu em Pera Pedi, a 27 de setembro de 1946. Graduou-se em Direito pela Universidade de Atenas, em 1969, e pós-graduou-se em Direito Marítimo, em 1971, pela Universidade de Londres. No ano seguinte, fundou o escritório de advocacia "Nicos Anastassiades & Associados", ainda atuante em Nicósia e especializado em questões relativas ao transporte marítimo. É membro fundador da "União Democrática" (DISY), agremiação de centro-direita criada em 1976 e filiada ao Partido Popular Europeu. Foi eleito parlamentar em todos os seis pleitos legislativos realizados desde 1981. Desde 1997 ocupa o cargo de Presidente da DISY, cargo que já havia ocupado entre 1987 e 1990.

Foi eleito Presidente da República em 24 de fevereiro último, tendo alcançado 57,4% dos votos no segundo turno. Assumiu o cargo em 28 de fevereiro.

### **IOANNIS CASSULIDES**

*Ministro dos Negócios Estrangeiros*

Ioannis Cassulides nasceu em Nicósia, a 10 de agosto de 1948. Graduou-se em Medicina pela Universidade de Lyon, na França, em 1974. Entre 1975 e 1981, atuou como médico e professor em Londres, cidade na qual concluiu especialização em geriatria. Entre 1981 e 1993, atuou como médico em Nicósia.

Após ocupar várias funções na União Democrática (DISY), agremiação de centro-direita presidida pelo atual Presidente Nicos Anastassiades, foi eleito, em 1991, para o Parlamento cipriota.

Durante a Administração do Presidente Glafkos Clerides, atuou como Porta-Voz do Governo (1993-1997) e como Ministro dos Negócios Estrangeiros (1997-2003). Durante seu mandato à frente da diplomacia cipriota, seu país iniciou negociações para acessão à União Europeia, ocorrida a 1º de maio de 2004.

Em junho de 2004, foi eleito membro do Parlamento Europeu. Em 2008, concorreu à Presidência da República, tendo vencido o primeiro turno do pleito. No segundo turno, alcançou 46,63% dos votos, sendo derrotado pelo candidato comunista Demétris Christofias.

Em 2009, foi reeleito para o Parlamento Europeu. Em 1º de março último, foi nomeado Ministro dos Negócios Estrangeiros pelo Presidente Anastassiades.

## RELAÇÕES BILATERAIS

Brasil e Chipre mantêm relações diplomáticas desde 1966, quando a Embaixada do Brasil em Tel Aviv passou a responder, cumulativamente, pelas relações com Chipre, e a Embaixada cipriota em Lisboa passou a responder pelas relações com o Brasil.

Recentemente, e com o propósito de intensificar o diálogo e de expandir as relações (econômico-comerciais, os dois países decidiram estabelecer mutuamente Embaixadas residentes. A Embaixada da República de Chipre em Brasília foi aberta em agosto de 2009, e a Embaixada do Brasil em Nicósia foi aberta em fevereiro de 2010.

Tem sido frequente o apoio mútuo entre os dois países em candidaturas a organismos internacionais. A abertura da Embaixada também propiciou o aumento das consultas de empresas cipriotas e brasileiras a respeito de oportunidades comerciais e de investimento. A Embaixada do Brasil em Chipre recebeu manifestações de interesse em importação de produtos brasileiros por empresas cipriotas (papel, café, soja, animais silvestres, lentes de contato, óleos vegetais), e interesse de empresas brasileiras em exportar para Chipre (máquinas de fabricação de biodiesel, alimentos). Todos os interessados receberam listas de contatos comerciais para oferecimento de seus produtos e serviços. Em dezembro de 2012, foi realizado na Embaixada evento de promoção do turismo no Brasil, com participação de representantes de agências de viagem cipriotas.

O interesse pelo Brasil e sua presença no noticiário local cipriota em geral se manifestam de maneira positiva. Foram publicados artigos extensos sobre o progresso econômico do país e os grandes eventos desportivos a serem realizados nos próximos anos.

No que tange ao conflito interno que se estende há décadas na ilha (impasse entre cipriotas de origem grega e cipriotas de origem turca, apoiados respectivamente por Grécia e Turquia, sobre o controle do norte da ilha), o Brasil adota uma política de equilíbrio. Na visão brasileira, a questão cipriota deve ser tratada segundo a orientação das Nações Unidas, cujos parâmetros básicos são o respeito à soberania, a integridade territorial e à independência de Chipre, bem como a busca de uma solução pacífica e satisfatória para as duas comunidades (greco-cipriotas e turco-cipriotas).

O Brasil apoia todos os esforços multilaterais para resolver a questão de Chipre, inclusive a Força das Nações Unidas de Manutenção da Paz em Chipre (UNFICYP).

## **COMÉRCIO BILATERAL**

O fluxo de comércio entre Brasil e Chipre vinha apresentando taxas relativamente constantes de crescimento, particularmente entre 2004 e 2008. A crise financeira mundial, seguida da crise do euro, que atingiu fortemente a República de Chipre, gerou diminuição geral das importações cipriotas.

Em 2004, a Petrobras começou a prover óleo combustível de baixo teor de enxofre a duas usinas termoelétricas nas cidades de Limassol e Larnaca. O contrato foi renovado para o período 2006/2007, sendo responsável pelo extraordinário aumento das exportações brasileiras observado no período. A empresa voltou a vencer licitação para fornecimento de combustível em 2012.

## **ASSUNTOS CONSULARES**

A comunidade brasileira em Chipre conta com cerca de 80 nacionais e é formada, principalmente, por jogadores de futebol e suas famílias.

Ademais da seção consular da Embaixada do Brasil em Nicósia, o Brasil conta com um cônsul honorário na cidade, atuante desde agosto de 2004.

## **EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS OFICIAIS**

Não há registro de empréstimos ou financiamentos oficiais do Brasil a Chipre.

## **POLÍTICA INTERNA**

### **BREVE HISTÓRICO**

Em virtude de sua localização geográfica — na interseção de três continentes — África, Europa e Ásia —, a 75 km da Turquia, 105 km da Síria e do Líbano, 280 km da ilha grega de Castellorizo e 350 km do Egito —, Chipre sempre foi um território importante do ponto de vista estratégico. Isso explica as inúmeras vicissitudes de sua história, marcada por alternâncias de domínios estrangeiros, desde os gregos na Antiguidade até os britânicos a partir de 1878, passando por três séculos de domínio otomano.

Em 1878, num contexto de marcado declínio do Império Otomano após duas guerras contra a Rússia, a Coroa Britânica recebeu, por tratado internacional, o domínio da ilha de Chipre.

O ressurgimento de um Estado grego no século XIX e a gradativa incorporação a seu território de regiões anteriormente sob o controle otomano — bem como a conquista da soberania por diversas colônias britânicas — criaram a expectativa de que a ilha pudesse reunir-se à Grécia. A rejeição dos britânicos

ao projeto ensejou a organização de greco-cipriotas em milícias, com vistas a defender a unificação. A comunidade turco-cipriota, remanescente dos tempos do Império Otomano, – e que somava cerca de 20% da população – era em geral contrária à incorporação à Grécia e, em muitos casos, colaborou ativamente com a administração britânica para evitar esse desfecho.

A partir de 1955, intensificam-se ações de sabotagem e operações terroristas por parte de militantes greco-cipriotas, defensores da união com a Grécia. Daí decorre o agravamento das tensões entre as duas comunidades étnicas do país, que até então conviviam em relativa harmonia. Ao longo das décadas seguintes, gregos e turcos, de início voluntariamente, passaram a autossesregar-se, concentrando em regiões distintas dos povoados espalhados pelo país. Em reação à doutrina greco-cipriota da *enosis* (união com a Grécia), os turco-cipriotas desenvolvem a idéia de *taksim* (a partição do território da ilha em dois Estados).

Constatando a inviabilidade de manter o controle de Chipre pela via militar, e temendo que o quadro de tensões evoluísse para uma guerra civil entre as duas comunidades, o Reino Unido organizou diversos encontros e conferências com representantes das comunidades cipriotas, além de autoridades da Grécia e da Turquia, com vistas a negociar condições para a independência da ilha e a manutenção de bases militares britânicas em seu território.

Dois anos após o início das tratativas, em 16 de agosto de 1960, a República de Chipre passou a existir oficialmente. A Constituição do novo país procurou, sem sucesso, instituir complexo sistema de partilha de poder entre as duas comunidades, reservando para quase a totalidade dos órgãos públicos (inclusive o Gabinete ministerial) 30% das vagas à comunidade turco-cipriota. O próprio Parlamento, composto por 80 membros, seria dividido nessas mesmas proporções, e contaria ainda com três membros observadores de origem maronita, latina (católica) e armênia.

Reino Unido, Grécia e Turquia assinaram uma série de acordos que atribuíam aos três países o direito de intervir em Chipre caso houvesse ameaças internas ou internacionais à sua “soberania, integridade territorial e independência”. O objetivo concreto desses tratados era impedir que o país se dividisse ou tivesse o território incorporado, total ou parcialmente, pela Grécia ou Turquia.

Poucos anos após a independência, a violência intercomunitária acirrou-se consideravelmente, tendo em vista as insatisfações dos dois lados com os mecanismos de partilha do poder. Em 1963, as autoridades turco-cipriotas decidem abdicar de seus cargos (entre eles o de Vice-Presidente) e a comunidade de origem turca começa a migrar, em grandes números, para o norte da ilha. A eclosão de choques em Nicósia levou à criação, em 1964, da Força das Nações Unidas de Manutenção da Paz em Chipre (UNEICYP, da sigla em inglês).

A despeito de não contar com a chancela do Presidente da República, o Arcebispo Makarios III, o projeto de união com a Grécia continuava a ser acalentado por parte da comunidade greco-cipriota. A partir de 1974, a principal facção pela união com a Grécia, o EOKA-B, passou a ser controlada diretamente pela junta militar no poder em Atenas.

Em 1974, com apoio grego, golpe militar destituiu o Presidente Makarios, que fugiu de Chipre. Após a instauração do novo Governo controlado por Atenas, houve sensível incremento na violência entre as duas comunidades. A perspectiva de declaração da unificação com a Grécia, somada aos atos de violência, levou a Turquia a invocar os tratados assinados com a Grécia e o Reino Unido para invadir o país. A operação militar propiciou ao Governo turco o controle sobre uma faixa de território entre o litoral norte do país e a capital. O sucesso da invasão levou à queda do Governo provisório em Chipre e ao colapso da ditadura militar grega.

A reposta internacional foi imediata. A ONU votou resoluções deplorando a violência e instando as partes a respeitar a soberania e a integridade do território cipriota. Makarios III foi chamado a negociar os termos de um cessar-fogo. Como nenhuma solução imediata foi encontrada, em agosto de 1974 a Turquia lançou uma segunda invasão. Em apenas três dias estendeu seu controle a todo o norte da ilha (36% do território), forçando cidadãos greco-cipriotas a abandonar suas casas rumo ao sul e criando uma divisão “*de facto*” que permanece basicamente a mesma até os dias de hoje.

Em 1983, a região norte da ilha declarou-se independente, denominando-se “República Turca de Chipre do Norte” (RTCN). A RTCN é reconhecida diplomaticamente apenas pela Turquia.

Em 2002, após dois anos de negociações mediadas pela ONU, os líderes greco-cipriotas e turco-cipriotas chegaram a um acordo para a reunificação da ilha (o “Plano Annan”), que, aprovado por 64% da população do norte da ilha, foi rejeitado por três quartos da comunidade greco-cipriota.

## SITUAÇÃO ATUAL

Chipre é uma República presidencialista regida, ainda hoje, pela Constituição de 1960 (que previa 30% de participação dos turco-cipriotas nos cargos públicos). O descumprimento das cláusulas de coparticipação turco-cipriota tem sido justificado, por Nicósia, com base na teoria do *estado de necessidade*.

Nos termos da Constituição, o Presidente da República exerce as funções tanto de Chefe de Estado como de Chefe de Governo. O Presidente é eleito por sufrágio popular direto a cada cinco anos. Desde 1963, o posto de Vice-Presidente — constitucionalmente reservado a um turco-cipriota — permanece vago. O Conselho de Ministros (atualmente com onze integrantes) é designado

pelo Presidente. O atual Presidente é Nicos Anastasiades, eleito a 24 de fevereiro de 2013.

O Poder Legislativo é exercido por Câmara de Representantes unicameral, composta, em teoria, por 80 integrantes eleitos para mandatos de cinco anos. 56 membros são greco-cipriotas. Os restantes 24 assentos, reservados aos turco-cipriotas, permanecem vagos desde 1963. Há três membros observadores, sem direito a voto, representantes das comunidades maronita, católica e armênia.

O sistema político estrutura-se em torno a três partidos com forças equivalentes: o centrista Partido Democrata, o comunista Partido Progressista dos Trabalhadores (AKEL), do ex-Presidente Dimitris Christofias, e a agremiação conservadora União Democrática (filiada ao Partido Popular Europeu), do Presidente Nicos Anastasiades.

Desde a invasão turca de 1974, a autoridade do Governo da República de Chipre limita-se a dois terços do território do país. A porção restante, ao norte da ilha, encontra-se sob o controle *de facto* das autoridades da autoproclamada República Turca do Norte de Chipre, cuja existência, conforme já mencionado, é reconhecida apenas pela Turquia.

## POLÍTICA EXTERNA

Chipre foi admitido na União Europeia (UE) em 2004. No segundo semestre de 2012, o país ocupou a Presidência de Turno do Conselho da UE. O acontecimento elevou o perfil do Estado cipriota e consolidou suas relações com a UE. A presidência, contudo, gerou obstáculos intransponíveis para avanços na “questão cipriota”, devido à manifesta recusa da Turquia e da comunidade turco-cipriota em negociar a reunificação enquanto o país ocupava a função.

### QUESTÃO DE CHIPRE

Depois de mais de quatro anos de negociações entre os líderes greco-cipriota e turco-cipriota, sob a égide da ONU, com vistas à reunificação da ilha, são escassos os resultados obtidos até o momento.

As partes mantêm divergências importantes em diversas áreas, em particular governança (estrutura da federação bizonal e partilha de poder), propriedade (restituição de imóveis abandonados por pessoas que fugiram da violência política nos anos 1960), território (fronteira entre as duas unidades da futura federação) e cidadania.

Com vistas a pressionar as partes, o Secretário-Geral das Nações Unidas (SGNU) envolveu-se pessoal e intensamente nas negociações. No entanto, em abril de 2012, Ban Ki-moon demonstrou seu desapontamento com a falta de

progressos e anunciou que abandonara plano de convocar conferência multilateral sobre a reunificação da ilha.

Nesse cenário, ganham apelo algumas "medidas de construção de confiança" intercomunitárias, como a proposta de constituir Comissão da Verdade para investigar os cerca de dois mil casos de desaparecimento durante o conflito na ilha. Além disso, o Assessor Especial do SGNU para Chipre, Alexander Downer, tem buscado dialogar com as duas comunidades para identificar os contornos de uma nova proposta mutuamente aceitável. Segundo Downer, o conceito de "bizonalidade" é problemático para os turco-cipriotas, ao passo que os greco-cipriotas não aceitam uma chefia do Executivo rotativa. O possível abandono da fórmula de "federação bicomunal e bizonal com igualdade política" foi repudiado pelo partido greco-cipriota AKEL, do ex-Presidente Dimitris Christofias (2008-2013).

Na ausência de acordo político entre as partes, mantém-se, na ilha, desde 1964, a Força das Nações Unidas em Chipre (UNFICYP), cujo atual mandato – estendido pela Resolução 2089 (2012) até 31/7/13 – prevê a supervisão das linhas de cessar-fogo, a manutenção da zona-tampão, a prestação de assistência humanitária e o apoio aos bons ofícios do SGNU. Em dezembro de 2012, o efetivo militar da missão era de 930 membros. Força militar turca também permanece estacionada na parte norte da ilha, desde 1974.

Aos diversos aspectos tradicionais da disputa, somou-se, em 2011, diferendo importante quanto à exploração de petróleo e gás natural na ilha. Nicósia autorizou a exploração desses recursos natufais na zona econômica exclusiva cipriota por empresas norte-americanas e israelenses. Por considerar que a área está em disputa, a Turquia reagiu firmemente, embora não se tenham registrado incidentes. A despeito de acirrar as tensões, a descoberta de reservas de hidrocarbonetos abre também, no entender de Alexander Downer, Assessor do Secretário-Geral das Nações Unidas para Chipre, possibilidades no processo negociador. A mesma sugestão foi feita pelo Presidente do Conselho Europeu, Herman Von Rompuy, durante sua visita ao país.

Registre-se, por fim, que, durante visita a Atenas, em 11 de março último, o então Presidente recém-eleito, Nicos Anastasiades, ressaltou a necessidade de resolver a crise da dívida de seu país antes de prosseguir as negociações para a reunificação de Chipre.

## **ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS**

### **CONTEXTO ATUAL**

Chipre é estruturalmente dependente de importações e não possui indústria exportadora de relevância. Essa situação leva à existência sistemática de saldo negativo no comércio exterior. Os fundamentos da economia cipriota são o tripé turismo, transportes marítimos e serviços financeiros. Enquanto as

receitas geradas pelos dois primeiros setores têm-se mantido essencialmente constantes, o setor financeiro sofreu duro golpe nos dois últimos anos.

O sistema financeiro cipriota, que absorveu ao longo dos últimos anos uma grande quantidade de títulos soberanos da Grécia, foi atingido pesadamente pela crise e pelo cancelamento (*write-off*) da dívida daquele país. A isso se somou a incapacidade do Banco Central de fiscalizar adequadamente operações de crédito – concedido pelos bancos sem avaliação de risco apropriada – além das proteções que as leis locais concedem aos tomadores, o que dificulta a liquidação das dívidas, gerando o quadro atual de prejuízos elevados nos balanços das instituições financeiras.

Diante desse quadro, o país assinou com a troica (FMI, Comissão Europeia e Banco Central Europeu), a 15 de março último, acordo para empréstimo de 10 bilhões de euros para manutenção da liquidez de parte do sistema financeiro e cobertura do déficit fiscal do país. Além do valor a ser emprestado pela troica, o Governo cipriota deverá arrecadar valor da ordem de 8 bilhões de euros. Com vistas a cumprir o acordado, o Governo comprometeu-se a reduzir gastos públicos e aumentar a receita tributária do país, por meio da privatização de empresas e redução do número de servidores públicos. De modo a acelerar a reestruturação das contas do país, o Governo adotou medida polêmica que prevê a retenção de todos os depósitos superiores a 100 mil euros. Estima-se que os clientes terão acesso, em um futuro indeterminado, a cerca de 40% do que tinham antes da crise.

## **SETORES ECONÔMICOS**

No plano produtivo e no comércio exterior, o país encontra pouca margem de manobra para atrair divisas: a economia cipriota é fortemente dependente de importações e intensamente concentrada no setor de serviços.

Embora a produção agrícola seja importante do ponto de vista social e os produtos tenham excelente qualidade, além de suprir, em função do clima, o mercado europeu com alimentos de origem subtropical e tropical, o setor encontra seus limites na pequena área agricultável do país (partes da planície central) e na escassez de água. A expansão da produção industrial, além de enfrentar a conjuntura de insuficiência de crédito, esbarra no custo da energia elétrica: Chipre tem a tarifa mais elevada da Europa por kW/hora.

O barateamento da energia e o incremento nas exportações são esperanças cipriotas, tendo em vista o início da exploração do gás natural encontrado na plataforma continental. O primeiro bloco foi concedido a consórcio norte-americano, e a disponibilidade do gás para utilização doméstica é esperada para 2017 (o início das exportações está previsto para 2019). As reservas desse primeiro bloco são estimadas em 220 bilhões de m<sup>3</sup>, o que coloca o pequeno país entre os 40 maiores detentores de reservas, muito além de sua capacidade de consumo. Por ora, a geração de energia é quase que

exclusivamente proveniente da queima de combustíveis fósseis importados. A taxa de geração de energia “limpa” é uma das mais baixas da Europa: apenas 0,7%.

O país também enfrenta o problema da perda de “capital humano”. Com um sistema educacional de primeiro nível e a mais alta taxa europeia de conclusão de curso secundário (88%), Chipre corre o risco de não contar, para a necessária recuperação econômica, com a mão de obra qualificada que produz. A taxa de emigração, já tradicionalmente alta desde os tempos dos conflitos intercomunais, tem aumentado nos últimos anos. A diáspora cipriota é numerosa em países como o Reino Unido, a Austrália e os Estados Unidos.

Quanto à pauta do comércio exterior, os principais itens de importação são petróleo e seus subprodutos, equipamentos de transporte e bens de consumo. Os principais produtos exportados são farmacêuticos, cimento, artigos de vestuário, frutas e sucos.

O setor de serviços representa 78% do PIB do país, e seus principais ramos são turismo, serviços financeiros e bancários e serviços de transporte (principalmente marítimo). A indústria responde por 19% e a agricultura por 3% do PIB.

Entre janeiro e novembro de 2012, as importações totalizaram 5,8 bilhões de euros, contra apenas 1,3 bilhões de volume exportado – resultado não muito distinto do obtido no mesmo período do ano anterior e consistente com o padrão deficitário do comércio exterior cipriota.

## **INVESTIMENTOS**

Em decorrência da crise financeira, a agência de classificação de risco Moody's rebaixou, em janeiro último, a nota de Chipre, com perspectiva negativa. A ação conclui a revisão para um possível rebaixamento iniciada em 16 de novembro de 2012. Tais rebaixamentos são reflexos da crise financeira em Chipre. O setor bancário cipriota está muito exposto à crise da dívida grega e o país tenta buscar resgate financeiro junto ao Banco Central Europeu.

### **Perfil dos Investimentos**

Os ingressos de investimento direto de Chipre no Brasil, em 2012, somaram cerca de US\$ 120 milhões, segundo dados do Banco Central. Chipre tem direcionado quase a totalidade de seus investimentos no Brasil para a fabricação de medicamentos. Vale ressaltar que, segundo a legislação brasileira, Chipre se enquadra na categoria de país com tributação favorecida (“paraíso fiscal”).

De acordo com o Banco Central do Brasil, não há registro de investimentos diretos brasileiros em Chipre.

	Estoque		Fluxo				
	2010	2007	2008	2009	2010	2011	2012
<b>IEDs de Chipre</b>	n.d	4,97	45,71	70,28	41	134	120

Fonte: Dados do Banco Central do Brasil

n.d.: Não disponível

OBS: O **estoque** de investimento é o investimento acumulado no país de destino desde o primeiro registro da série histórica até a última data disponível. O **fluxo** de investimento é medido em um dado intervalo de tempo.

## ANEXOS

### CRONOLOGIA HISTÓRICA

<b>1960</b>	Chipre obtém independência do Reino Unido em 16 de agosto; constituição prevê partilha de poder entre gregos e turcos cipriotas
<b>1963</b>	Turco-cipriotas retiram-se de seus cargos e aumenta violência intercomunal
<b>1964</b>	Criação e início das operações da Força de Manutenção da Paz da ONU para Chipre (UNFICYP)
<b>1974</b>	Golpe de Estado da Guarda Nacional contra o Governo de Chipre (julho)
<b>1974</b>	Ofensiva militar turca assume controle do norte da ilha (julho/agosto)
<b>1983</b>	Proclamação da "República Turca de Chipre do Norte", reconhecida apenas pela Turquia
<b>2002</b>	O Secretário-Geral da ONU, Kofi Annan, apresenta plano para reunificação do país, com federação de dois Estados e Presidência rotativa
<b>2003</b>	Abertura dos primeiros pontos de travessia entre o Sul e o Norte de Chipre
<b>2004</b>	Apenas 25% dos gregos cipriotas apoiam em referendo o "Plano Annan" (aceito por 64% dos turcos cipriotas)
<b>2004</b>	Chipre é admitido na União Europeia
<b>2008</b>	País substitui a libra cipriota pelo euro
<b>2008</b>	Abertura de ponto de travessia na Lidas, principal rua comercial de Nicósia
<b>2010</b>	Eleito novo líder da comunidade turco-cipriota, Dervis Eroglu é considerado menos flexível nas negociações para

	reunificação
<b>2011</b>	Atritos com a Turquia após início das prospecções de hidrocarbonetos na costa sul de Chipre
<b>2012</b>	Em meio a grave crise financeira, Chipre solicita empréstimo emergencial ao FMI e UE
<b>2013</b>	Eleição do Presidente Nicos Anastassiades. Agravamento da crise econômica após a adoção do pacote de medidas de março, que prevê a tributação de depósitos acima de 100 mil euros.

### **CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS**

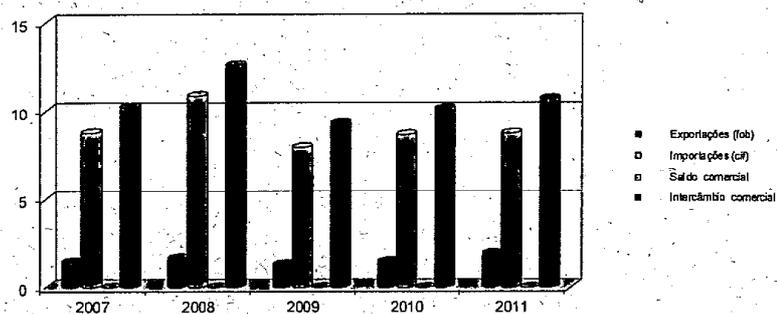
<b>1966</b>	Estabelecimento de Relações Diplomáticas e de Embaixadas cumulativas (a do Brasil, em Tel Aviv; a de Chipre, em Lisboa).
<b>1972</b>	Abertura de Consulado-Honorário do Brasil em Nicósia
<b>2004</b>	Petrobrás obtém contrato para fornecimento de óleo para geração de energia em Chipre; volume de comércio bilateral aumenta consideravelmente desde então.
<b>2004</b>	Lançamento do primeiro “mês do Brasil em Chipre”, programa cultural atualmente promovido pela Embaixada em Nicósia
<b>2005</b>	Visita a Chipre do Ministro do Desenvolvimento, Luiz Fernando Furlan
<b>2006</b>	Voo de demonstração do EMBRAER 190 em Chipre
<b>2009</b>	Visita ao Brasil do Chanceler de Chipre, Markos Kyprianou
<b>2009</b>	Abertura da Embaixada de Chipre em Brasília
<b>2010</b>	Abertura da Embaixada do Brasil em Nicósia

## DADOS ECONÔMICOS-COMERCIAIS

### CHIPRE: COMÉRCIO EXTERIOR US\$ bilhões

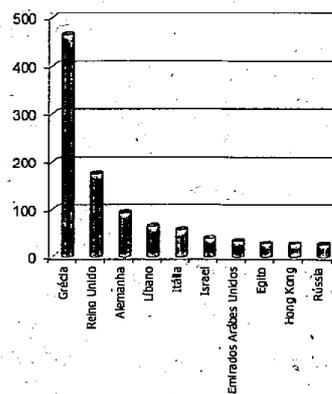
DESCRIÇÃO	2007	2008	2009	2010	2011	2011 (jan-set)	2012 (jan-set)
Exportações (fob)	1,5	1,7	1,4	1,5	2,0	1,4	1,3
Importações (cif)	8,7	10,8	7,9	8,6	8,7	6,6	5,5
Saldo comercial	-7,3	-9,1	-6,6	-7,1	-6,8	-5,2	-4,2
Intercâmbio comercial	10,2	12,6	9,3	10,2	10,7	7,9	6,9

*Elaborado pelo NRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC/TradeMap, February 2013.*



**CHIPRE : DIREÇÃO DAS EXPORTAÇÕES**  
US\$ milhões

DESCRIÇÃO	2 0 1 1	% no total	2 0 1 2 (jan-set)	% no total
Grécia	465,0	23,8%	290,4	21,9%
Reino Unido	173,9	8,9%	122,7	9,3%
Alemanha	94,0	4,8%	35,2	2,7%
Libano	66,1	3,4%	35,2	2,7%
Itália	58,5	3,0%	39,0	2,9%
Israel	40,5	2,1%	33,2	2,5%
Emirados Arábios Unidos	35,0	1,8%	22,6	1,7%
Egito	29,0	1,5%	10,9	0,8%
Hong Kong	28,4	1,4%	20,2	1,5%
Rússia	26,6	1,4%	22,8	1,7%
...				
<b>Brasil</b>	<b>0,7</b>	<b>0,03%</b>	<b>0,21</b>	<b>0,02%</b>
<b>Subtotal</b>	<b>1.018</b>	<b>52,0%</b>	<b>632</b>	<b>47,7%</b>
<b>Outros países</b>	<b>939</b>	<b>48,0%</b>	<b>693</b>	<b>52,3%</b>
<b>Total</b>	<b>1.957</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.325</b>	<b>100,0%</b>

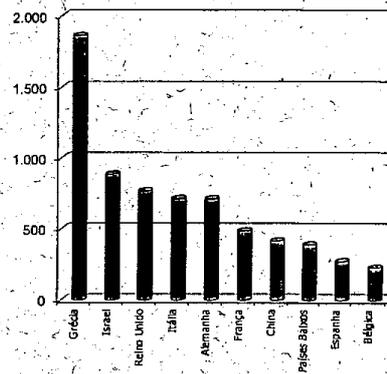


Elaborado pelo NIRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC/Trademap, February 2013.

As exportações do país foram destinadas em grande parte aos países desenvolvidos. Individualmente, a Grécia destacou-se como principal destino das vendas cipriotas (24%), seguida do Reino Unido (9%), Alemanha (5%), Libano (3%) e Itália (3%). O Brasil obteve o 97º lugar entre os principais compradores em 2011, com participação de 0,03%.

**CHIPRE : ORIGEM DAS IMPORTAÇÕES**  
US\$ milhões

DESCRIÇÃO	2 0 1 1	% no total	2 0 1 2 (jan-set)	% no total
Grécia	1.862	21,4%	1.130	20,4%
Israel	888	10,2%	636	11,5%
Reino Unido	768	8,8%	422	7,6%
Itália	709	8,1%	457	8,3%
Alemanha	707	8,1%	390	7,1%
França	488	5,6%	327	5,9%
China	418	4,8%	261	4,7%
Países Baixos	393	4,5%	369	6,7%
Espanha	277	3,2%	207	3,8%
Bélgica	232	2,7%	140	2,5%
...				
<b>Brasil</b>	<b>21</b>	<b>0,2%</b>	<b>109</b>	<b>2,0%</b>
<b>Subtotal</b>	<b>6.764</b>	<b>77,6%</b>	<b>4.449</b>	<b>80,5%</b>
<b>Outros países</b>	<b>1.954</b>	<b>22,4%</b>	<b>1.080</b>	<b>19,5%</b>
<b>Total</b>	<b>8.718</b>	<b>100,0%</b>	<b>5.529</b>	<b>100,0%</b>

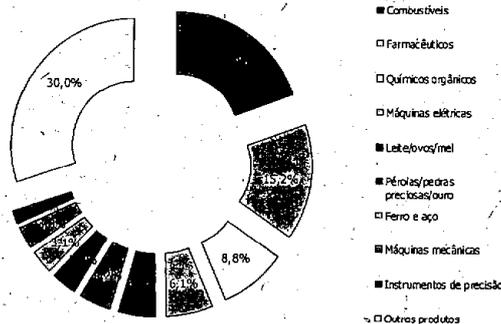


Elaborado pelo NIRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do FMI/COMTRADE - Direction of Trade Statistics, February 2013.

A exemplo das exportações, a principal origem das importações cipriotas também é a Grécia, que, em 2011, correspondeu a 21% do total importado pelo Chipre. Israel, Reino Unido, Itália e Alemanha destacaram-se em seguida com respectivamente 10%, 9%, 8% e 8%. O Brasil foi 41º fornecedor de bens ao Chipre em 2011, participando com 0,2% do total.

**CHIPRE : COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES**  
2012 (jan-set) - Em US\$ milhões

DESCRIÇÃO	2012	% do total
Combustíveis	260	19,6%
Farmacêuticos	201	15,2%
Químicos orgânicos	116	8,8%
Máquinas elétricas	81	6,1%
Leite/ovos/mel	65	4,9%
Pérolas/pedras preciosas/ouro	56	4,2%
Cobre	44	3,4%
Ferro e aço	41	3,1%
Máquinas mecânicas	39	3,0%
Instrumentos de precisão	23	1,7%
<b>Subtotal</b>	<b>928</b>	<b>70,0%</b>
<b>Outros produtos</b>	<b>397</b>	<b>30,0%</b>
<b>Total</b>	<b>1.325</b>	<b>100,0%</b>

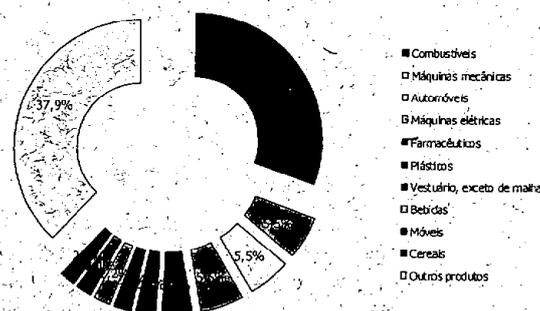


Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC/Trademap, February 2013.

Os principais grupos de produtos exportados pelo país entre janeiro e setembro de 2012 (última posição disponível em 27/02/2013) foram: combustíveis (óleos brutos de petróleo) representando 19,6% do total. Seguiram-se produtos farmacêuticos (medicamentos terapêuticos ouroprofiláticos, sangue humano, etc), com 15,2%, químicos orgânicos (8,8%), e máquinas elétricas (6,1%).

**CHIPRE : COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES**  
2012 (jan-set) - Em US\$ milhões

DESCRIÇÃO	2012	% do total
Combustíveis	1.697	30,7%
Máquinas mecânicas	303	5,5%
Automóveis	303	5,5%
Máquinas elétricas	302	5,5%
Farmacêuticos	216	3,9%
Plásticos	139	2,5%
Vestuário, exceto de malha	125	2,3%
Bebidas	120	2,2%
Móveis	114	2,1%
Cereais	113	2,0%
<b>Subtotal</b>	<b>3.433</b>	<b>62,1%</b>
<b>Outros produtos</b>	<b>2.096</b>	<b>37,9%</b>
<b>Total</b>	<b>5.529</b>	<b>100,0%</b>



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC/Trademap, February 2013.

Os principais produtos importados pelo Chipre entre janeiro e setembro de 2012 (última posição disponível em 27/02/2013) foram combustíveis - óleos brutos de petróleo (30,7%); máquinas mecânicas (5,5%); e automóveis (5,5%).

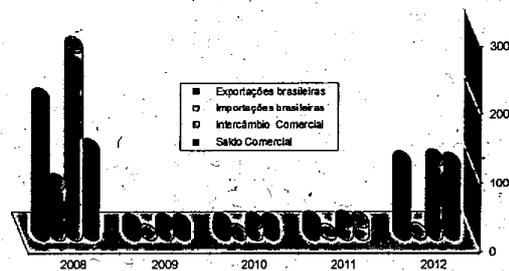
**BRASIL-CHIPRE: EVOLUÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL**  
US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2008	2009	2010	2011	2012	2012 (jan)	2013 (jan)
<b>Exportações brasileiras</b>	<b>199,5</b>	<b>15,5</b>	<b>16,7</b>	<b>18,9</b>	<b>106,6</b>	<b>3,4</b>	<b>1,4</b>
Varição em relação ao ano anterior	-10,2%	-92,2%	7,6%	13,0%	465,2%	326,9%	-58,1%
<b>Importações brasileiras</b>	<b>74,8</b>	<b>0,6</b>	<b>0,8</b>	<b>0,8</b>	<b>2,4</b>	<b>0,2</b>	<b>0,2</b>
Varição em relação ao ano anterior	(+)	-99,2%	37,9%	1,8%	198,4%	305,3%	44,8%
<b>Intercâmbio Comercial</b>	<b>274,4</b>	<b>16,1</b>	<b>17,5</b>	<b>19,7</b>	<b>108,9</b>	<b>3,6</b>	<b>1,7</b>
Varição em relação ao ano anterior	23,2%	-94,1%	8,7%	12,5%	454,4%	326,0%	-53,7%
<b>Saldo Comercial</b>	<b>124,7</b>	<b>14,9</b>	<b>15,9</b>	<b>18,1</b>	<b>104,2</b>	<b>3,3</b>	<b>1,2</b>

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Akceweb.

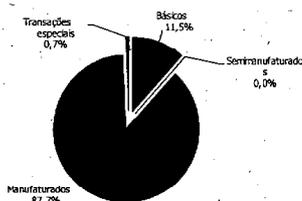
(+) Variação igual ou superior a 1.000%.

O Chipre foi o 104º parceiro comercial brasileiro em 2012, com participação de 0,02%. Entre 2008 e 2012, o intercâmbio comercial brasileiro com o país reduziu-se em 60,3%, de US\$ 274,4 milhões, para US\$ 108,9 milhões, havendo um declínio de 46,6% nas exportações e 96,8% nas importações. O saldo da balança comercial, favorável ao Brasil em todo o período sob análise, apresentou superávit de US\$ 104,2 milhões em 2012.



**BRASIL-CHIPRE : EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES, POR FATOR AGREGADO**  
US\$ bilhões, fob - 2 0 1 2

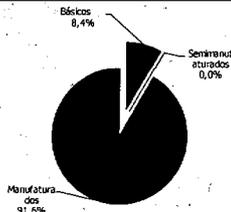
DESCRIÇÃO	EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS	
	VALOR	PART.%
Básicos	12,3	11,5%
Seminanufacturados	0,0	0,0%
Manufaturados	93,4	87,7%
Transações especiais	0,8	0,7%
<b>Total</b>	<b>106,6</b>	<b>100,0%</b>



As exportações brasileiras para o Chipre são compostas em sua maior parte por produtos manufaturados, que representaram 87,7% das vendas em 2012, com destaque para "fuel-oil". Em seguida posicionaram-se os básicos com 11,5%.

Elaborado pelo MRE/DP/IDIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC.

DESCRIÇÃO	IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS	
	VALOR	PART.%
Básicos	0,2	8,4%
Seminanufacturados	0,0	0,0%
Manufaturados	2,2	91,6%
Transações especiais	...	...
<b>Total</b>	<b>2,4</b>	<b>100,0%</b>



Pelo lado das importações, observa-se que os produtos manufaturados representaram 91,6% do total em 2012, com destaque para máquinas, seguido dos básicos, com 8,4%, com destaque para minérios.

Elaborado pelo MRE/DP/IDIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC.

**BRASIL-CHIPRE : COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS**  
US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2 0 1 0	2 0 1 1	2 0 1 2		Exportações brasileiras para o Chipre, 2012
			Valor	% no total	
Combustíveis	0,0	0,0	87,9	82,5%	Combustíveis 87,9
Resíduos inds alimentares	0,0	3,1	5,9	5,5%	Resíduos inds alimentares 5,9
Café/chá/especiarias	3,1	5,8	4,0	3,8%	Café/chá/especiarias 4,0
Carnes	2,5	3,5	2,5	2,3%	Carnes 2,5
Preparações hortícolas	2,7	1,4	2,3	2,1%	Preparações hortícolas 2,3
<b>Subtotal</b>	<b>8,2</b>	<b>13,8</b>	<b>102,6</b>	<b>96,2%</b>	
<b>Outros produtos</b>	<b>8,5</b>	<b>5,1</b>	<b>4,0</b>	<b>3,8%</b>	
<b>Total</b>	<b>16,7</b>	<b>18,9</b>	<b>106,6</b>	<b>100,0%</b>	

Elaborado pelo MRE/DP/IDIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AlteWeb.

"Fuel-oil" foi o principal produto brasileiro vendido para o Chipre em 2012, representando 82,5% da pauta. Seguiram-se resíduos das indústrias alimentares, principalmente bagaços e outros resíduos sólidos, da extração do óleo de soja, com 5,5% e café/chá/mate/especiarias, principalmente café não torrado, não descafeinado, em grão com 3,8%.

**BRASIL-CHIPRE : COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS**  
US\$ mil, fob

DESCRIÇÃO	2010	2011	2012		Importações brasileiras originárias do Chipre, 2012
			Valor	% no total	
Máquinas elétricas	4	7	765	32,2%	Máquinas elétricas 765
Objetos de arte	0	0	623	26,2%	Objetos de arte 623
Máquinas mecânicas	409	370	333	14,0%	Máquinas mecânicas 333
Minérios	0	76	199	8,4%	Minérios 199
Instrumentos de precisão	44	15	142	6,0%	Instrumentos de precisão 142
Químicos orgânicos	38	51	111	4,7%	Químicos orgânicos 111
Automóveis	0	15	86	3,6%	Automóveis 86
Obras de pedra, gesso	105	149	49	2,1%	Obras de pedra, gesso 49
<b>Subtotal</b>	<b>600</b>	<b>682</b>	<b>2.308</b>	<b>97,2%</b>	
<b>Outros produtos</b>	<b>181</b>	<b>113</b>	<b>67</b>	<b>2,8%</b>	
<b>Total</b>	<b>781</b>	<b>796</b>	<b>2.374</b>	<b>100,0%</b>	

Elaborado pelo MRE/DPH/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aicweb.

As importações brasileiras originárias do Chipre apresentaram alto grau de concentração. Máquinas elétricas, especialmente aparelhos transmissores/receptores de telefone celular, com 32,2%. Objetos de arte (produções originais de arte estatutuária ou de escultura e quadros, pinturas e desenhos, feitos à mão) com 26,2%, posicionaram-se em segundo lugar em importados do Chipre. Seguiram-se máquinas mecânicas (extintores, mesmo carregados, partes de outros aparelhos mecânicos para projetar, etc) com 14% e minérios ( outros minérios de titânio e seus concentrados) com 8,4%.

**BRASIL-CHIPRE : COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL**  
US\$ mil, fob

DESCRIÇÃO	2012 (jan)	2013 (jan)		Exportações brasileiras para o Chipre em 2013 (jan)
		Valor	% no total	
<b>Exportações</b>				
Calçados	115	472	32,9%	Calçados 472
Café/chá/especiarias	130	316	22,0%	Café/chá/especiarias 316
Preparações hortícolas	264	309	21,5%	Preparações hortícolas 309
Carnes	225	100	7,0%	Carnes 100
Madeira	42	73	5,1%	Madeira 73
Preparações de carne	0	36	2,5%	Preparações de carne 36
<b>Subtotal</b>	<b>776</b>	<b>1.306</b>	<b>91,0%</b>	
<b>Outros produtos</b>	<b>2.649</b>	<b>129</b>	<b>9,0%</b>	
<b>Total</b>	<b>3.425</b>	<b>1.435</b>	<b>100,0%</b>	

**Importações brasileiras originárias do Chipre em 2013 (jan)**

<b>Importações</b>				
Minérios	0,0	186,9	83,7%	Minérios 186,9
Químicos inorgânicos	0,0	20,8	9,3%	Químicos inorgânicos 20,8
Borracha	0,0	0,9	0,4%	Borracha 0,9
<b>Subtotal</b>	<b>0,0</b>	<b>208,6</b>	<b>93,4%</b>	
<b>Outros produtos</b>	<b>154,3</b>	<b>14,9</b>	<b>6,6%</b>	
<b>Total</b>	<b>154,3</b>	<b>223,5</b>	<b>100,0%</b>	

Elaborado pelo MRE/DPH/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aicweb.

Aviso nº 547 - C. Civil.

Em 29 de julho de 2013.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador FLEXA RIBEIRO  
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor APPIO CLAUDIO MUNIZ ACQUARONE FILHO, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Chipre.

Atenciosamente,



GLEISI HOFFMANN  
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil  
da Presidência da República

*(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)*

Publicado no DSF, de 24/07/2013.

---

Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado Federal - Brasília-DF

OS: 1(\$)\*/2013

3

---

## RELATÓRIO Nº      , DE 2013

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem nº 68, de 2013 (nº 309, de 29 de julho de 2013, na origem), da Presidenta da República, que *submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor RUY CARLOS PEREIRA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Bolivariana da Venezuela.*

RELATOR: Senador **ROBERTO REQUIÃO**

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a se manifestar sobre a indicação que a Senhora Presidente da República faz do Senhor RUY CARLOS PEREIRA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores (MRE), para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Bolivariana da Venezuela.

A Constituição Federal atribui competência privativa ao Senado Federal para apreciar previamente, e deliberar por voto secreto, a escolha dos Chefes de Missão Diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV).

De acordo com o currículo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores, em razão de preceito regimental, o indicado, nascido em 5 de fevereiro de 1954, ingressou na carreira diplomática em 1975 e tornou-se Conselheiro em 1988, Ministro de Segunda Classe em 1995 e Ministro de Primeira Classe em 2003. Concluiu o curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco em 1994, com tese intitulada “O Uruguai e o Mercosul: cidadania e sistema de decisão”.

Entre as funções públicas desempenhadas pelo Senhor Ruy Pereira destacam-se a de Encarregado de Negócios na Embaixada em Lomé (1991), Conselheiro na Embaixada em Paris (1989) e na Delegação Permanente junto à ALADI, em Montevideu (1991), Chefe de Gabinete do Secretário de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda (1995), Assessor Especial do Ministro de Indústria, Comércio e Turismo (1998), Assessor da Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior da Presidência da República (1999), Ministro-

Conselheiro na Embaixada em Lima (2001) e na Embaixada em Buenos Aires (2002), Chefe de Gabinete da Secretaria-Geral do MRE (de 2003 a 2006), Cônsul-Geral do Consulado-Geral em Montevidéu (de 2006 a 2011) e Delegado Permanente junto à ALADI e ao Mercosul, em Montevidéu (2012 até o presente).

Integrou a Comissão de Ética do Itamaraty (2004) e foi examinador do Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata do Instituto Rio Branco, bem como da Banca Examinadora do Curso de Altos Estudos do mesmo Instituto, a qual presidiu em 2010. Coordenou o Grupo de Trabalho que preparou a Cúpula da América Latina e Caribe sobre Integração e Desenvolvimento (CALC), em 2008, em Sauípe, na Bahia, que deu origem à Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC); assim como o Grupo de Trabalho da Cúpula Brasil-Caribe, em 2010, em Brasília. Em 2011, chefiou a campanha que elegeu o Dr. José Graziano da Silva para o cargo de Diretor-Geral da FAO e, no primeiro semestre do corrente ano, a campanha que elegeu o Embaixador Roberto Azevêdo para a Direção-Geral da Organização Mundial do Comércio (OMC).

O Ministério das Relações Exteriores anexou à mensagem presidencial sumário executivo sobre a Venezuela, cumprindo, inclusive, o disposto no parágrafo único do art. 1º do Ato nº 1, de 2011, desta Comissão, que determina que o Ministério apresente a *relação dos tratados e acordos assinados com o respectivo Estado*. O documento apresentado dá notícia sobre o perfil desse País, sua política interna e externa, economia e relações bilaterais com o Brasil, além de nomear os acordos por nós celebrados.

As relações diplomáticas entre o Brasil e a Venezuela foram estabelecidas em 1843. No entanto, o primeiro encontro entre Chefes de Estado dos dois países só ocorreu em 1973, quase 150 anos depois. As relações bilaterais muito se intensificaram com a redemocratização, no Brasil, como se vê pela multiplicação dos acordos bilaterais adotados a partir do Governo do Presidente e Senador José Sarney.

Já as relações bilaterais econômicas entre Brasil e Venezuela tiveram grande aporte desde o Governo de Hugo Chávez: o comércio cresceu 585% desde 2003, somando US\$ 6 bilhões, sendo o saldo comercial favorável ao Brasil de US\$ 4 bilhões em 2012. A Venezuela é o oitavo principal mercado brasileiro de bens e importante destino de nossos serviços, sobretudo da construção civil, e o 18º parceiro comercial do Brasil no mundo. O Brasil tem uma pauta exportadora bastante diversificada, de carnes e açúcar a máquinas e aviões, enquanto nossas importações da Venezuela se concentram basicamente

em naftas para a petroquímica, coque de petróleo não calcinado, metanol, energia elétrica e uréia.

Do ponto de vista político, igualmente, a relação tem sido próxima, tendo o Brasil sido decisivo para a entrada da Venezuela no Mercosul, corroborando a política externa daquele País, que se pautou pela integração regional, multilateralismo e relações sul-sul. Nesse sentido, também se destacam as atuações de ambos os países na UNASUL (União de Nações Sul-Americanas).

A boa relação entre os dois Países também é refletida do ponto de vista convencional, já foram firmados dezenas de tratados bilaterais, ligados a temas como limites e fronteiras, cooperação (penal, esportiva, espacial, sobre comunicações, científica, cultural, energia, sanitária, entre outras), isenção de vistos, turismo, transporte e comércio. Essa base jurídica serve tanto para a macropolítica como o relacionamento regional, bem como para gerir a vida de cerca de 26 mil brasileiros que vivem em solo venezuelano.

Por fim, destaca-se que a cooperação e o bom relacionamento entre Brasil e Venezuela se mantém no Governo de Nicolás Maduro Moros, que foi eleito Presidente no último dia 14 de abril, sucedendo Hugo Chávez. Essa realidade é atestada pelas visitas recíprocas de autoridades e pelo suporte brasileiro à Presidência Pro tempore venezuelana do Mercosul, assumida desde julho.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações no âmbito deste Relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



**SENADO FEDERAL**  
**MENSAGEM**  
**Nº 68, DE 2013**  
**(nº 309/2013, na origem)**

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor RUY CARLOS PEREIRA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Bolivariana da Venezuela.

Os méritos do Senhor Ruy Carlos Pereira que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 29 de julho de 2013.

Assinatura manuscrita em tinta preta, aparentemente de um ministro de Estado, sobreposta ao texto da data.

EM nº 00200/2013 MRE

Brasília, 7 de Junho de 2013

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal relativa à indicação de **RUY CARLOS PEREIRA**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Bolivariana da Venezuela.

Encaminho, igualmente em anexo, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **RUY CARLOS PEREIRA** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Antonio de Aguiar Patriota*

EM Nº 00200 /DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-MRE/APES

Brasília, 07 de junho de 2013.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal relativa à indicação de **RUY CARLOS PEREIRA**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Bolivariana da Venezuela.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **RUY CARLOS PEREIRA** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,



ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA  
Ministro das Relações Exteriores

## INFORMAÇÃO

### CURRICULUM VITAE

#### **MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE RUY CARLOS PEREIRA**

CPF.: 363.813.907-78

ID.: 5692 MRE

1954 Filho de Romeo Pereira e Esther dos Anjos Pereira, nasce em 5 de fevereiro, em Blumenau/SC

#### **Dados Acadêmicos:**

1981 CAD-IRBr

1994 CAE-IRBr, O Uruguai e o MERCOSUL: cidadania e sistema de decisão.

#### **Cargos:**

1975 Terceiro-Secretário

1978 Segundo-Secretário, por merecimento

1981 Primeiro-Secretário, por merecimento

1988 Conselheiro, por merecimento

1995 Ministro de Segunda Classe

2003 Ministro de Primeira Classe

#### **Funções:**

1974 CPCD, IRBr

1975 Departamento Econômico, assistente

1975 Divisão de Política Financeira e de Desenvolvimento, assistente

1979 Divisão de Atos Internacionais, assistente

1979 Consulado-Geral em Marselha, Encarregado do Consulado-Geral em missão transitória

1980 Departamento de Comunicação e Documentação, assessor e Coordenador Técnico

1982 Coordenadoria Técnica, Chefe

1983 Embaixada em Madri, Primeiro Secretário

1986 Divisão Econômica Latino-Americana, assistente e Chefe

1988 Comissão Nacional para Assuntos da Associação Latino-Americana de Integração, CNAALADI, Secretário-Executivo

1989 IX Sessão do Comitê sobre Princípios Gerais do CODEX ALIMENTARIUS, Paris, Chefe de delegação

1989 Embaixada em Paris, Conselheiro

1990 XLIX Reunião Plenária do Comitê Consultivo Internacional do Algodão, Montpellier, Chefe de delegação

1991 Embaixada em Lomé, Encarregado de Negócios em missão transitória

1991 Delegação Permanente junto à ALADI, Montevidéu, Conselheiro

1994 Gabinete do Ministro de Estado, assessor

1995 Ministério da Fazenda, Chefe de Gabinete do Secretário de Assuntos Internacionais

1995 Direção-Geral de Integração Latino-Americana, assessor

1998 Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo, Assessor Especial

1999 Presidência da República, Secretaria-Executiva do Comitê de Créditos à Exportação, Assessor;

Representação Especial para Assuntos do Mercosul, Assessor

2001 Embaixada em Lima, Ministro-Conselheiro

2002 Embaixada em Buenos Aires, Ministro-Conselheiro

2003 Secretaria-Geral, Chefe de Gabinete

2004 Comissão de Ética do MRE, integrante

2006 Consulado-Geral em Montevidéu, Cônsul-Geral

2008 Banca Examinadora do Quinquagésimo-Terceiro Curso de Altos Estudos (LIII CAE) do Instituto Rio Branco, Membro

2008	Grupo de Trabalho para a organização da XXXVI Reunião de Cúpula do Mercosul e Reunião de Cúpula da América Latina e Caribe sobre Integração e Desenvolvimento (CALC), Coordenador
2009	Banca Examinadora do Quinquagésimo-Quarto Curso de Altos Estudos (LIV CAE) do Instituto Rio Branco, Vice-Presidente
2010	Grupo de Trabalho para preparar a Reunião de Cúpula Brasil-Comunidade do Caribe (CARICOM), Coordenador
2010	Banca Examinadora do LV Curso de Altos Estudos (CAE) do Instituto Rio Branco, Presidente
2011	Coordenador da campanha para eleição do Dr. José Graziano da Silva para o cargo de Diretor-Geral da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação-FAO, Brasília e Roma
2011	Reunião do Grupo de Trabalho sobre Cooperação em Segurança Pública e Judicial da Nova Agenda de Cooperação e Desenvolvimento Fronteiriço Brasil-Uruguai, Santana do Livramento, Chefe da Delegação
2011	Reunião do Grupo de Trabalho sobre Assuntos Consulares e Jurídicos do MERCOSUL e do Grupo de Trabalho sobre Assuntos Consulares e Jurídicos do MERCOSUL com Estados Associados, Montevidéu, Chefe da Delegação
2011	I Reunião do Grupo de Trabalho Ad Hoc Brasil-Uruguai sobre Livre Circulação de Pessoas, Montevidéu, Chefe da Delegação
2011	Reunião do Grupo de Trabalho sobre Assuntos Consulares e Jurídicos do MERCOSUL, Montevidéu, Chefe da Delegação
2011	Seminário sobre Gestão de Fronteiras, organizado pelo Parlamento do MERCOSUL - PARLASUL e União Européia, Montevidéu, Chefe da Delegação
2012	Designação como Delegado Permanente do Brasil junto à ALADI e ao MERCOSUL, Montevidéu
2012	Delegado Permanente do Brasil junto à ALADI e ao MERCOSUL, Montevidéu
2012	Presidente pro tempore da Comissão de Representantes Permanentes do MERCOSUL, Montevidéu
2012	Reunião da Rede de Bancos Internacionais da UNIGLOBAL UNION, Associação de Empregados Bancários de Montevidéu, Montevidéu, palestrante
2012	Seminário sobre "Comércio, Integração e Câmbio Climático", promovido pela Associação Latino-Americana de Integração - ALADI, Montevidéu, palestrante
2012	Reunião de Mecanismos Regionais e Sub-Regionais de Integração na América Latina e no Caribe da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos - CELAC, Montevidéu, representante da presidência pro tempore do MERCOSUL
2012	"Reflexiones del Embajador Ruy Pereira, Representante Permanente de Brasil ante la ALADI y el MERCOSUR", in Boletín Informativo nr. 4, julio-agosto 2012, ALADI, Montevidéu
2012	Seminário sobre "Capacitación en integración regional: MERCOSUR y UNASUR en la actual conyuntura", do Centro de Formación para la Integración Regional - CEFIR, Montevidéu, palestrante
2012	Seminário sobre "Competitividade na exportação por meio da integração digital", da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina - FIESC, Florianópolis, palestrante
2012	Seminário sobre "Uma plataforma para a integração para a América Latina e o Caribe", organizado pelo MRE e a Secretaria-Geral da ALADI, Brasília, palestrante
2012	III Seminário de Integração Regional do MERCOSUL - JUVENSUR, organizado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, Foz de Iguaçu, palestrante
2012	XII Congresso Internacional do Forum Universitário MERCOSUL - FoMerCo, Montevidéu, coordenador e expositor do painel de abertura "UNASUL e MERCOSUL: os desafios da integração em tempos de crise global"
2012	Seminário "MERCOSUL: novas perspectivas", organizado pelo MRE e pelo Governo do Estado da Bahia, Salvador, moderador
2012	XLII Reunião do Grupo Mercado Comum do MERCOSUL, Brasília, membro da delegação
2012	XLIV Reunião do Conselho do Mercado Comum do MERCOSUL, Brasília, membro da delegação
2012	XVII Reunião dos Chefes de Estado do MERCOSUL e Reunião dos Chefes de Estado do MERCOSUL e dos Estados Associados e Países Convidados, Brasília, membro da delegação
2013	Coordenador da equipe de apoio à candidatura do Embaixador Roberto Azevêdo à Direção-Geral da Organização Mundial do Comércio - OMC, Brasília e Genebra
<b>Condecorações:</b>	
1986	Ordem ao Mérito de Brasília, Brasil, Oficial
1997	Medalha da Ordem do Mérito Mauá, Ministério dos Transportes, Brasil
1998	Ordem do Libertador San Martín, Argentina, Grande Oficial
2001	Ordem ao Mérito, Chile, Grande Oficial
2003	Real Ordem de Orange e Nassau, Países Baixos, Comendador
2003	Ordem de Rio Branco, Brasil, Grã-Cruz

2003 Real Ordem ao Mérito, Noruega, Grande Oficial  
2003 Ordem ao Mérito da Defesa, Brasil, Grande Oficial  
2005 Real Ordem de Wissam Alaouite, Marrocos, Grande Oficial  
2005 Medalha da Vitória da Ordem ao Mérito do Ministério da Defesa, Brasil  
2006 Legião de Honra, França, Oficial  
2008 Medalha do Pacificador, Brasil  
2012 Ordem do Mérito Naval, Grande Oficial

**Publicações:**

1995 O Brasil e seu futuro na integração latino-americana, in Cuaderno del Parlato n° 9, Parlamento Latino-Americano, São Paulo  
1997 Alca: os resultados da Reunião de Recife, in revista Comércio Exterior em Perspectiva, Confederação Nacional da Indústria  
2012 "El Mercosur y la Unasur en la actual coyuntura", in Voces en el Fénix, n° 19 (Algo en común: integración regional), Buenos Aires  
2012 "O MERCOSUL e a UNASUL na atual conjuntura", in Carta Maior  
([http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia\\_id=21445](http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=21445))



**JOSÉ BORGES DOS SANTOS JÚNIOR**  
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

## MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

## VENEZUELA



Informação para o Senado Federal  
OSTENSIVO  
Maio de 2013

### DADOS BÁSICOS

<b>NOME OFICIAL</b>	República Bolivariana da Venezuela
<b>CAPITAL</b>	Caracas
<b>AREA</b>	912.050 km <sup>2</sup> (6º maior da América do Sul); corresponde ao Estado de Mato Grosso
<b>POPULACAO</b>	29,7 milhões de habitantes (5º maior da América do Sul); corresponde às populações da Bahia e do Rio de Janeiro somadas
<b>IDIOMA</b>	Espanhol (oficial)
<b>PRINCIPAIS RELIGIÕES</b>	Católicos (96%); Protestantes (2%)
<b>SISTEMA DE GOVERNO</b>	República presidencialista
<b>PODER LEGISLATIVO</b>	Unicameral
<b>CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO</b>	Nicolás Maduro
<b>CHANCELER</b>	Elías Jaua
<b>PIB nominal (est. FMI 2012)</b>	US\$ 382 bilhões (Brasil: US\$ 2,4 trilhões)
<b>PIB PPP (est. FMI 2012)</b>	US\$ 402 bilhões (Brasil: US\$ 2,3 trilhões)
<b>PIB nominal per capita (est. FMI 2012)</b>	US\$ 12.956 (Brasil: US\$ 12.078)
<b>PIB PPP per capita (est. FMI 2012)</b>	US\$ 13.615 (Brasil: US\$ 11.875)
<b>VARIACAO DO PIB</b>	5,5% (est. FMI 2012); 4,2% (2011); -1,5% (2010); -3,2% (2009); 5,3% (2008); 8,8% (2007)
<b>UNIDADE MONETARIA</b>	Bolívar forte
<b>IDH 2012</b>	0,741 (71º) (Brasil: 0,730/85º)
<b>EXPECTATIVA DE VIDA</b>	74,6 anos (Brasil: 73,8º)
<b>ÍNDICE DE ALFABETIZACAO</b>	95,5% (Brasil: 90,3%)
<b>EMBAIXADOR EM BRASÍLIA</b>	Maximilen Sánchez Arveláiz
<b>EMBAIXADOR EM CARAGAS</b>	José Antonio Marcondes de Carvalho

### INTERCÂMBIO COMERCIAL BILATERAL (US\$ milhões FOB)

Brasil/ Venezuela	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2012 (Jan-mar)	2013 (Jan-mar)
<b>Intercâmbio</b>	1.668,9	2.479,3	4.156,9	5.069,8	5.688,7	4.191,9	4.686,5	5.861,1	6.052,8	1.403,2	1.187,8
<b>Exportações</b>	1.469,8	2.223,7	3.565,4	4.723,9	5.150,2	3.610,3	3.853,9	4.591,8	5.056,10%	1.076	902,5 (-16,13%)
<b>Importações</b>	119,1	255,6	591,5	345,9	538,5	581,6	832,6	1.269,3	996,7 -21%	327,2	285,3 (-12,83%)
<b>Saldo</b>	1.270,7	1.968,1	2.973,9	4.378	4.611,6	3.028,7	3.021,3	3.322,5	4.059,2	748,8	617,2

**PERFIS BIOGRÁFICOS****NICOLÁS MADURO MOROS**  
**Presidente da República**

Nasceu em Caracas, em 1963.

Foi delegado sindical e membro da Diretoria do Metrô de Caracas, fundador do Novo Sindicato do Metrô de Caracas e da Força Bolivariana de Trabalhadores.

Membro do Movimento Bolivariano Revolucionário 200 e de sua diretoria (1994-1997). Participou da fundação do MVR, do qual foi Diretor Nacional e Chefe da Equipe Parlamentar.

Foi eleito para a Câmara dos Deputados em 1998. No ano seguinte, foi eleito para a Assembleia Nacional Constituinte. Em 2000 e 2005, foi eleito Deputado da Assembleia Nacional, tendo sido seu Presidente entre janeiro de 2005 e janeiro de 2006.

Esteve à frente da Chancelaria venezuelana entre agosto de 2006 e janeiro de 2013.

Foi nomeado Vice-Presidente Executivo pelo Presidente Chávez, em 10 de outubro de 2012, em substituição a Elías Jaua.

Tomou posse como Presidente Encarregado, em 8 de março passado, e foi eleito Presidente da República em 14 de abril.

**ELÍAS JAUA**  
**Ministro das Relações Exteriores**

Nasceu em San José de Barlovento, Estado de Miranda, na Venezuela, em 1969. Em 1983, iniciou sua participação em movimentos de esquerda. Em 1996 participou, junto de Hugo Chávez, da criação do partido Movimento Quinta República (MVR), substituído pelo atual PSUV, do qual é hoje membro da Direção Nacional. Formado em Sociologia pela Universidade Central da Venezuela (1995), fez Pós-Graduação em Ciências Políticas pela Universidade Simón Bolívar, e foi professor pesquisador da Universidade Central da Venezuela, entre 1996 e 2000. Também participou da elaboração da Constituição venezuelana de 1999, como constituinte, pelo estado de Miranda. Em 2000, Elías Jaua ocupou o posto de Segundo Vice-Presidente da Comissão Legislativa Nacional.

Ocupou diversos cargos na administração de Chávez: Ministro da Economia Popular e da Agricultura, chefia da Secretaria da Presidência da República e Presidente do FIDES (Fundo Intergovernamental para a Descentralização). Foi Vice-Presidente Executivo entre janeiro de 2010 e outubro de 2012, sendo substituído no cargo pelo então Chanceler Nicolás Maduro. Foi derrotado na eleição para Governador de seu estado natal por Henrique Capriles, em 16 de dezembro de 2012. Em 15 de janeiro de 2013, o atual Vice-Presidente Executivo anunciou, em nome de Chávez, a indicação de Jaua para assumir a Chancelaria venezuelana e o cargo de Vice-Presidente Político do Governo.

**RELAÇÕES BILATERAIS**

As relações bilaterais foram impulsionadas durante o governo de Chávez, tanto do ponto de vista político como comercial. A Venezuela foi responsável pelo terceiro maior saldo comercial do Brasil em 2012 (US\$ 4 bilhões). Ademais, o país conta com

importante atuação de empresas brasileiras de construção civil. Agenda bilateral deverá ser relançada, aprofundando as linhas em curso e incorporando novas iniciativas. Em paralelo, deve ter seguimento o processo de implementação dos compromissos assumidos pela Venezuela por ocasião da adesão ao MERCOSUL (sobretudo diante da Presidência Pro-Tempore venezuelana do Bloco, no segundo semestre de 2013).

As relações bilaterais continuam em patamar elevado neste início do mandato do Presidente Nicolás Maduro. Os contatos com as autoridades locais permanecem fluidos e freqüentes, havendo alto nível de interlocução com quase todas as pastas relevantes para a política externa brasileira. Como resultado da recente visita do MRE a Caracas (9 de fevereiro), foi estabelecido mecanismo de consultas bilaterais de alto nível, com reuniões semestrais de Chanceleres, precedidas de encontros a cada dois meses no nível Vice-Ministerial. Ademais, reafirmou-se o compromisso de promover encontros regulares dos Presidentes Dilma Rousseff e Nicolás Maduro, com a participação dos titulares das principais pastas de Governo.

Nos últimos meses, a freqüência e intensidade das visitas de altas autoridades têm-se expandido de forma notável. Nos últimos dois meses a Presidenta Dilma Rousseff esteve duas vezes no país (participou das exéquias do Presidente Chávez e compareceu à posse do Presidente Maduro). O Chanceler Antonio de Aguiar Patriota visitou a Venezuela em três ocasiões (9 de fevereiro, 6 de março e 19 de abril), tendo ocorrido também visita do Chanceler Elías Jaua a Brasília em 9 de abril, para acompanhar concerto da Orquestra Sinfônica Simón Bolívar. Está prevista, ainda, visita de Maduro ao Brasil no início de agosto vindouro para participar de sessão do Foro de São Paulo, em homenagem ao Presidente Chávez. Com a assunção pela Venezuela da Presidência Pro-Tempore do MERCOSUL, a partir de junho, há forte expectativa de reuniões de alto nível com o Brasil.

No quadro do périplo pelos países do MERCOSUL após sua posse, o Presidente Nicolás Maduro esteve em Brasília, no dia 9 de maio, acompanhado de expressiva delegação, integrada por nove ministros de Estado. Na ocasião, o Presidente Maduro manteve reunião privada com a Presidenta Dilma, seguida de reunião ampliada entre os dois gabinetes ministeriais.

#### **Assuntos consulares**

A relação do Brasil com a Venezuela comporta importante dimensão humana. Atualmente, a comunidade brasileira no país é estimada em 26 mil nacionais, entre os quais se inclui importante contingente de garimpeiros em situação irregular.

Além do Consulado-Geral na cidade de Caracas, o Itamaraty mantém permanentemente funcionários em três Postos consulares permanentes – em Ciudad Guayana, em Puerto Ayacucho e em Santa Elena de Uairén. Há, ademais, Cônsules-Honorários em Maracaibo e em La Asunción.

#### **Empréstimos e financiamentos oficiais**

A carteira de créditos do BNDES para o país, com garantia do Governo brasileiro, totaliza US\$ 4 bilhões.

## POLÍTICA INTERNA

Em decorrência do falecimento do Presidente Hugo Chávez (5 de março), foi realizada eleição presidencial em 14 de abril, conforme definido pelo Conselho Nacional Eleitoral (CNE). O resultado foi divulgado no próprio dia 14, após a apuração de 99,12% dos votos. No dia seguinte, o CNE apresentou os números finais: 7.563.747 votos (50,75%) para Nicolás Maduro e 7.298.491 (48,97%) para Henrique Capriles Radonski. O comparecimento às urnas foi de 78,71% dos eleitores, percentual pouco inferior ao das eleições presidenciais de outubro (80,94%).

Nicolás Maduro foi juramentado Presidente da República Bolivariana da Venezuela ante a Assembleia Nacional, em 19 de abril. Representantes de 61 países e organismos internacionais compareceram ao evento, inclusive a Presidenta Dilma Rousseff.

O Presidente discorreu sobre os avanços na área social durante o Governo Chávez, e prometeu dar continuidade às Missões Sociais, sobretudo no que respeita à construção de moradias populares e urbanização dos “barrios”. Afirmou que a Revolução deve ser retomada, com a meta de promover “pobreza e miséria zero” em 2019. Ressaltou que a economia é o eixo da estabilidade e da prosperidade social e política.

Anunciou a criação da “*Gran Misión Eficiencia*”, que incluirá “*acciones de inteligencia*” para combater a corrupção, “*establecimiento de micromisiones*” para melhorar os processos de gestão e a instituição de “*gobierno de las calles*” para aproximar o poder público do cidadão. Maduro afirmou que viajará com seus Ministros pelo país, para observar diretamente os problemas que travam a eficiência administrativa e punir os responsáveis.

O Presidente falou também de uma “Revolução pela Paz”, combate à violência e à insegurança, que teria duas bases. Por um lado, a mudança de valores da sociedade, por meio da educação e da cultura. Por outro, o fortalecimento da presença do Estado na promoção da autoridade e da justiça.

As eleições municipais, previstas para julho vindouro, representarão termômetro do desempenho do Governo Maduro.

## POLÍTICA EXTERNA

A chamada Política Externa Bolivariana, implementada por Maduro entre 2006 e 2012, conferiu ênfase a três esferas: a) integração latino-americana e caribenha, b) fortalecimento das relações Sul-Sul e c) “formação de um mundo multipolar”. O Plano de Gestão Bolivariana Socialista 2013-2019, elaborado ainda na gestão Chávez, determina a continuidade desses princípios norteadores na elaboração da política externa venezuelana.

Em relação à integração regional, o plano de Governo apresentado durante a campanha para as eleições presidenciais de 2012 (e reapresentado por Maduro por ocasião do novo pleito de 2013) indica que a Venezuela continuará atribuindo prioridade

aos esquemas de integração que lidera, como a ALBA-TCP (*Alianza Bolivariana para el Pueblo de Nuestra América – Tratado de Comercio de los Pueblos*) e a PETROCARIBE. Seguirá impulsionando também a UNASUL (União de Nações Sul-Americanas) e a CELAC (Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos). Em particular, o ingresso do país no MERCOSUL desponta como medida de impacto significativo.

No que se refere às relações Sul-Sul, confere especial importância aos BRICS, procurando intensificar as relações com Brasil, China e Rússia, e alentar o diálogo com África do Sul e Índia. A Colômbia ocupa, igualmente, posição de destaque. O Plano também confere ênfase aos mecanismos inter-regionais ASA (*África – South America*) e ASPA (América do Sul – Países Árabes).

O plano de Governo reforça o enfoque “multipolar” da política externa do país, visando conformar uma rede de relações políticas com os polos de poder emergentes. Nesse aspecto, o Plano prevê, por exemplo, a denúncia a tratados multilaterais que limitem a soberania nacional e o estabelecimento de alianças necessárias para neutralizar as ações das “potências neocoloniais” nos organismos internacionais.

Após a designação de Elías Jáua como Chanceler, a Venezuela recebeu visitas das contrapartes da Colômbia e do Equador. O novo Ministro para as Relações Exteriores viajou a Cuba, acompanhou o então Vice-Presidente Maduro na reunião de Cúpula da CELAC (25 de janeiro) e participou da Cúpula América do Sul - África, em Malabo (20 de fevereiro).

## ECONOMIA

Os números divulgados pelo Banco Central, no início de 2013, referentes ao desempenho da economia venezuelana em 2012, foram alentadores. O crescimento do PIB foi de 5,5%. A inflação apresentou significativa redução em relação a 2011 (20,1%, em 2012, contra 27,6%, em 2011), assim como o déficit da balança de pagamentos (-75%). O crédito bancário apresentou crescimento (50,1%), voltado, sobretudo, para atividades produtivas e microempresas, assim como também aumentou a formação bruta de capital fixo (15,8%). O Governo anunciou ter cumprido quase integralmente a meta de construção de 350 mil habitações populares em dois anos, estipulada pelo programa “*Gran Misión Vivienda*”.

### **Crescimento econômico**

A economia venezuelana manteve trajetória de crescimento depois da recessão de 2009-2010. Em 2011, o PIB cresceu 4,2%, resultado bem superior ao de 2010 (queda de 1,5%), chegando a US\$ 315 bilhões. Se o PIB petroleiro cresceu 0,6% - abaixo, portanto, do incremento observado no ano anterior (1,3%) -, o PIB não-petroleiro registrou aumento de 4,3% - desempenho consideravelmente melhor do que o de 2010 (-0,7%) e 2009 (-1,7%).

Em 2012, o PIB expandiu-se 5,5%. O principal fator dinamizador da economia venezuelana tem sido o aumento dos gastos públicos, por meio da utilização das receitas

do petróleo em programas sociais e de infraestrutura. O setor de construção civil, em particular por meio da “*Gran Misión Vivienda*”, é importante motor do crescimento, tendo atingido incremento de 17,6% no segundo trimestre de 2012. Despontam, ainda, os setores de comércio e serviços (+9,8%), comunicações (+7,5%), e saúde e educação (+5,6%).

O setor petrolífero apresentou crescimento inferior ao do setor não-petrolífero. Tendo em vista a estagnação no volume de produção de petróleo no país nos últimos três anos, a manutenção de taxas positivas para o setor explica-se em função dos patamares elevados do preço do petróleo (ver item específico abaixo).

### **Mercado de trabalho**

Dados promissores têm sido alcançados no que se refere ao mercado de trabalho. Em julho de 2012, a taxa de desemprego no país foi de 7,4%, o que representa a metade do que era no início do Governo de Hugo Chávez em 1999. O índice de formalidade é de 57%.

### **Índice de Preços**

O Banco Central da Venezuela divulgou que, em 2012, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) do país somou 20,1%, ou seja, 7,5 pontos percentuais abaixo da inflação registrada no ano anterior. O valor final foi considerado um êxito, estando dentro dos parâmetros previstos pelo BCV no início do ano (20-22%). Trata-se do menor nível de inflação verificado desde o estabelecimento do INPC, confirmando trajetória declinante desde 2008.

Não obstante, é bem verdade que a inflação de dezembro de 2012 situou-se em 3,5% – superior aos 2,3% verificados no mês de novembro. Os números refletem tendência de elevação registrada ao longo dos últimos meses de 2012. Analistas independentes atribuem o aumento dos preços à elevação da cotação do dólar no mercado de câmbio paralelo, assim como à escassez de alimentos, bebidas não-alcóolicas e gêneros básicos. Registre-se, ademais, a elevação da demanda agregada na Venezuela.

O Banco Central tem prognóstico de taxa de inflação decrescente para 2013, mas reconhece que será um desafio atingir esse objetivo. Há de se assinalar que a base monetária ampliou-se a taxas muito superiores ao crescimento da economia nacional durante 2012.

### **Câmbio**

Em 8 de fevereiro de 2013, o Governo venezuelano anunciou desvalorização de 46% do bolívar forte. A taxa de câmbio oficial passou de BSF 4,3 para BSF 6,3 por dólar estadunidense.

O Ministro do Planejamento e Finanças, Jorge Giordani, explicou que a desvalorização do bolívar busca corrigir desequilíbrio estrutural da economia venezuelana, em que “*la economía privada no exporta 3 mil millones de dólares pero solicita 30 mil millones de dólares; produce 3 pero requiere 30*”. Além disso, a desvalorização proporciona alívio fiscal nas contas do Governo. O crescimento do déficit fiscal do país explica-se em função da alocação de parcela significativa do fluxo de dólares recebido pela Venezuela (gerado quase que exclusivamente pela exportação de

petróleo e derivados pela Petroleos de Venezuela S. A. - PDVSA) em fundos extra-orçamentários que financiam os programas sociais do Governo central.

Até então, a alocação de dólares vinha ocorrendo por meio de dois instrumentos: a Comissão de Administração de Divisas (CADIVI) e o Sistema de Transações com Títulos em Moeda Estrangeira (SITME).

Esse último, agora extinto, oferecia alternativa de acesso a dólares às empresas que não conseguiam obter divisas por meio do CADIVI, porém a uma cotação mais elevada que a oficial (BSF 5,3). O aumento das transações de papéis públicos por meio do SITME provocou, porém, aumento significativo dos gastos públicos e da dívida venezuelana, que, segundo dados do Banco Central da Venezuela (BCV), atingiu US\$ 100,96 bilhões ao final de setembro último, 35,6% maior em relação a 2011. Em quatro anos, a dívida do país dobrou, atingindo cerca de 52% do PIB ao final de 2012.

Em 19 de março, foi apresentado o novo mecanismo de disponibilização de divisas para o setor privado no país. O "*Sistema Complementario de Administración de Divisas*" (SICAD) funcionará por meio de leilões de dólares para empresas privadas, em substituição ao SITME. As autoridades econômicas ressaltam ter o SICAD o objetivo de melhorar a arrecadação em bolívares do Governo, ao mesmo tempo em que se mantém a política cambial atrelada a um valor fixo em relação ao dólar.

Em 27 de março, o BCV divulgou resultado do primeiro leilão de dólares para o setor privado realizado por meio do SICAD, que alcançou o valor total ofertado, de US\$ 200 milhões. Foram contempladas 383 empresas. O comunicado do BCV não informa o valor alcançado pelo dólar neste primeiro leilão de divisas do SICAD. Analistas indicam que a cotação poderá ter atingido até 15 bolívares por dólar. Caso tal cifra seja correta, o Governo estaria arrecadando, pelo mecanismo de leilão, quase 150% a mais, por cada dólar, do que obtém pela cotação oficial oferecida pela CADIVI.

### **Petróleo.**

O setor de extração de petróleo corresponde a cerca de 10% do PIB venezuelano, e a mais de 50%, se contabilizada toda a cadeia produtiva envolvida (refino, transporte, distribuição, exportação, etc.). A partir de 2006, a legislação venezuelana (Lei Orgânica de Hidrocarbonetos) passou a exigir que a PDVSA mantivesse o controle majoritário de todos os projetos de exploração, além de aumentar impostos e percentual de royalties. As atuais associações têm a PDVSA com participação acionária de ao menos 60%, e com controle gerencial das operações.

O último Relatório de Gestão da PDVSA disponível, publicado em abril de 2012 indica que a produção de petróleo encontrava-se estável, em volume, nos três anos anteriores. Os 19.115 poços ativos da PDVSA produziram 2,99 milhões de barris ao dia (b/d) em 2011, incremento de 16 mil b/d em relação à média de 2010. A média de exportações foi de 2,46 milhões b/d, praticamente igual à de 2010. Importante considerar que, de acordo com os dados do último relatório da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), a extração de petróleo na Venezuela encontrar-se-ia em queda, tendo atingido 2,36 milhões de barris ao dia em julho de 2012.

O destino das exportações de petróleo da Venezuela vem-se modificando. De acordo com os dados do último relatório financeiro da PDVSA disponível, relativo a 2011, cresceu a participação relativa dos mercados que se beneficiam de acordos

preferenciais (PETROCARIBE) ou de fundos de financiamento conjunto (China). Os Estados Unidos, embora sigam sendo o principal mercado da empresa, tiveram sua participação reduzida, de 51,3% em 2010 para 46,98% em 2011. A Ásia aumentou sua participação, de 22,36%, para 26,08% (sendo a China responsável por cerca de metade das importações daquela região). O Caribe também aumentou sua participação relativa no período, de 12,27% para 15,67%. A Europa, que representou 8,22% do mercado de exportação petrolífera venezuelano em 2010, teve sua fatia reduzida para 5,67%. A América do Sul manteve participação estável, em 3,36% (diminuição de apenas 0,02% em relação a 2010).

O futuro da exploração de petróleo na Venezuela encontra-se na Faixa Petrolífera do Orinoco – a qual compreende quatro grandes blocos (Carabobo, Boyacá, Junín e Ayacucho). Trata-se de área com reservas estimadas em 235 bilhões de barris, das quais 127,9 bilhões certificadas de “petróleo original em sítio” (POES). Segundo dados da PDVSA, a produção atual é de 1,2 milhão de bpd, e deverá alcançar 3 milhões de bpd em 2019. Embora a existência de petróleo na região seja conhecida há mais de vinte anos, as reservas não foram exploradas em razão da característica física do petróleo (pesado e extra-pesado) – o que torna sua exploração rentável apenas após atingidos níveis mais altos de preços do petróleo.

A PDVSA estima que a capacidade de produção de petróleo da Venezuela deverá passar de 3 para 4 milhões de barris diários em 2014, alcançando os 6 milhões de barris a partir de 2016.

Caso a demanda mundial por petróleo permaneça aquecida, as exportações venezuelanas poderiam elevar-se de maneira muito significativa no médio prazo, fortalecendo o país como uma das principais economias da América Latina.

### **Comércio bilateral**

Em 2012, a Venezuela foi o oitavo principal mercado brasileiro de bens e importante destino das exportações de serviços nacionais (v. “Construção Civil”, abaixo), ao passo que o Brasil foi o terceiro principal fornecedor venezuelano. No ano passado, pela primeira vez, o comércio bilateral superou a cifra de US\$ 6 bilhões (exportações brasileiras de US\$ 5,05 bilhões e importações de US\$ 996 milhões), tendo-se verificado ampliação das vendas brasileiras de maior valor agregado, como aparelhos para a fabricação de papel e aviões. Nos últimos anos, o comércio com a Venezuela tem gerado importantes saldos no comércio exterior brasileiro. Em 2012, o país foi responsável pelo terceiro maior superávit do Brasil (US\$ 4 bilhões).

Desde 2003, o comércio bilateral cresceu 585%, saltando de US\$ 883 milhões, em 2003, para US\$ 6,05 bilhões em 2012. Essa trajetória recente pode ser dividida em três fases: 2003-2008; o intervalo de 2009; e a partir de 2010.

Entre 2003 e 2008, as exportações brasileiras para a Venezuela cresceram a uma taxa média anualizada de 53,3%. Contribuíram para esse índice o aumento das importações venezuelanas de alimentos, telefones celulares e automóveis. Como resultado, em 2008, a Venezuela representou o maior saldo comercial do Brasil (US\$ 4,6 bilhões).

Após forte expansão, o comércio bilateral sofreu retração em 2009, em função dos efeitos da crise internacional nas duas economias. Naquele ano, a corrente de comércio

alcançou US\$ 4,19 bilhões, redução significativa em relação ao ano de 2008, quando o intercâmbio bilateral registrou US\$ 5,68 bilhões. Em 2010, iniciou-se trajetória de recuperação do intercâmbio comercial bilateral, que totalizou US\$ 4,68 bilhões (crescimento de 11,8%). Em 2011, manteve-se trajetória ascendente do intercâmbio, cuja cifra alcançou US\$ 5,86 bilhões (crescimento de 25%). Em 2012, o comércio bilateral continuou em expansão e alcançou o recorde histórico de US\$ 6,05 bilhões.

### **Exportações**

Em 2007, as exportações de manufaturados brasileiros para a Venezuela atingiram seu pico: US\$3,9 bilhões (83% da pauta) – a partir de apenas US\$ 560 milhões em 2003. Nos anos seguintes, esse valor caiu, tanto em termos absolutos como relativos, chegando a apenas US\$ 2 bilhões em 2010. A partir de 2011, tem sido observada tendência de recuperação gradual da importância dos produtos manufaturados na pauta bilateral. Naquele ano, a venda de manufaturados brasileiros para a Venezuela cresceu 25%, atingindo 55% da pauta bilateral, totalizando US\$ 2,5 bilhões. Em 2012, a exportação de manufaturados cresceu 29,84%, atingindo de US\$ 3,2 bilhões (ou 65% da pauta).

A pauta de exportação do Brasil para a Venezuela é bastante diversificada: em 2012, os cem principais produtos exportados corresponderam a 75,29% do total. Os dez principais produtos foram: carnes bovinas desossadas e congeladas (8,86%); gado vivo (8,08%); açúcares de cana (5,65%); carnes de frango congeladas (4,03%); aparelhos de destilação de álcool (2,83%); máquinas e aparelhos para a fabricação de papéis (2,72%); preparações para elaboração de bebidas (2,43%); pneus novos para ônibus (2,25%); aviões/veículos aéreos (2,16%); e construções pré-fabricadas de ferro ou aço (1,77%). Hoje, o Brasil é a terceira principal origem de importações da Venezuela, depois de Estados Unidos e China.

Em 2012, as exportações brasileiras para a Venezuela totalizaram US\$ 5,05 bilhões, aumento de 10% em relação ao ano anterior. O incremento pode ser atribuído, sobretudo, à venda de gado vivo, açúcares, máquinas e aparelhos para a fabricação de papel e aviões, produtos que não fizeram parte da pauta exportadora em 2011, mas que em 2012 representaram mais de 18% do total.

### **Importações**

De 2003 a 2012, as importações brasileiras provenientes da Venezuela tiveram um aumento de US\$ 275 milhões para US\$ 996 milhões - redução de 21% em relação ao ano anterior, quando haviam atingido o pico de US\$ 1,266 bilhões.

A pauta de importações brasileiras provenientes da Venezuela é fortemente concentrada – os 5 principais produtos perfazem 75% do total importado do país vizinho. Em 2012, foram os seguintes os cinco primeiros produtos da pauta venezuelana: naftas para petroquímica (46,26%); coque de petróleo não calcinado (13,55%); metanol (6,92%); energia elétrica (4,60%); ureia (3,98%).

É digna de nota a retomada, após o gerenciamento da crise de abastecimento de energia elétrica no país vizinho, das exportações de energia elétrica a partir da Usina Hidrelétrica de Guri para o Estado de Roraima. Em 2012, essa rubrica das vendas venezuelanas totalizou US\$ 45,8 milhões.

## ANEXO I – CRONOLOGIA HISTÓRICA

1811	Independência declarada em 5 de julho, seguida de guerra contra a Espanha.
1829	Venezuela é declarada independente da Grã-Colômbia (união dissolvida em 1831).
1914	Descoberto o poço Zumaque, a 19km do Lago de Maracaibo.
1922	Shell perfura o poço Los Barrosos e chega à produção de 100 mil barris/dia.
1929	Venezuela torna-se maior exportador de petróleo do mundo.
1948	Movimento militar depõe o Presidente Rómulo Gallegos. Junta Militar assume o Governo.
1958	Pérez Jiménez é deposto. Firmado “Pacto de Punto Fijo”, com principais partidos (sem comunistas).
1960	Iniciativa do Ministro venezuelano J. Pablo Pérez Alfonso leva à fundação da OPEP
1970	Protocolo com a Guiana congela por 12 anos disputa territorial sobre Essequibo.
2000	Chávez visita membros da OPEP, inclusive Saddam Hussein. Cúpula da OPEP em Caracas.
2002	Golpe liderado por Pedro Carmona. Governo é reconhecido por EUA e Espanha. Forças legalistas reconduzem Chávez à Presidência.
2002	Greve geral paralisa indústria petroleira.
2004	Referendo revocatório confirma mandato de Chávez. Chavismo vence nos Estados.
2005	Governo Chávez declara a Venezuela território livre de analfabetismo.
2006	Venezuela firma Protocolo de Adesão ao Mercosul e deixa a Comunidade Andina.
2006	Chávez é reeleito e promove nacionalizações do setor energético e das telecomunicações.
2007	Referendo recusa reforma constitucional. Primeira derrota eleitoral de Chávez.
2008	Eleições regionais para cargos Legislativos e Executivos de Estados e Municípios. Os candidatos do PSUV vencem a maioria dos cargos em disputa, mas perdem nos Estados mais populosos (Carabobo, Miranda, Nueva Esparta, Táchira, Zulia) e no Distrito Metropolitano de Caracas.
2009	Em fevereiro, o Presidente Chávez sai vitorioso em referendo popular sobre emenda constitucional que permitiu a reeleição por número ilimitado de vezes para todos os cargos eletivos do país.
2010	Em setembro, são realizadas eleições para a Assembleia Nacional. Governo mantém maioria, mas oposição aumenta consideravelmente sua representação.
2011	Chávez inicia tratamento contra o câncer em Cuba.
2012	Eleições presidenciais. Chávez é reeleito.
2013	Morte de Hugo Chávez.

<b>2013</b>	Nicolás Maduro assume como Presidente Encarregado e convoca eleições presidenciais.
<b>2013</b>	Nicolás Maduro é eleito Presidente.

## ANEXO II – CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

<b>10/03/2003</b>	Reunião do Grupo de Amigos do Secretário Geral da Organização dos Estados Americanos para a Venezuela (Brasília).
<b>13 e 14/02/2005</b>	Lançamento da Aliança Estratégica entre Brasil e Venezuela. Petrobras e PDVSA intensificam a cooperação na área energética.
<b>01/03/2005</b>	Primeira reunião-trilateral entre os Presidentes do Brasil, da Argentina e da Venezuela, em Montevidéu. Emitem declaração conjunta, de que consta a decisão de convocar reuniões de Ministros da Economia, Energia, Área Social e Presidentes dos Bancos Centrais dos três países.
<b>16/12/2005</b>	Lançamento da pedra fundamental da refinaria binacional Abreu e Lima, em Suape, Pernambuco, com a presença dos Presidentes Lula e Chávez.
<b>19/01/2006</b>	Visita do Presidente Chávez ao Brasil para encontro presidencial trilateral Brasil-Argentina-Venezuela, realizado em Brasília.
<b>04/07/2006</b>	Adesão da Venezuela ao Mercosul. O Presidente Lula participa do ato de assinatura do Protocolo, em Caracas.
<b>13/11/2006</b>	Cerimônia de inauguração da segunda ponte sobre o Rio Orinoco e celebração do fim das fases de quantificação e de certificação das reservas petrolíferas de Carabobo 1. Ambos os atos contaram com a presença dos Presidentes Lula e Chávez.
<b>6 e 7/12/2006</b>	Reeleito em 3 de dezembro, o Presidente Chávez visita o Brasil.
<b>2007</b>	Visita, em janeiro, do Presidente Chávez ao Rio de Janeiro, por ocasião da reunião de Cúpula do MERCOSUL. O Presidente Chávez mantém encontro bilateral com o Presidente Lula. Avança o diálogo em torno da construção do Grande Gasoduto do Sul.
<b>09/2007</b>	Encontro dos Presidentes Lula e Chávez em Manaus, décima quarta reunião entre ambos em território brasileiro.
<b>03/2008</b>	Abertura de escritórios da EMBRAPA e da ABDI em Caracas. Implementação de programas de cooperação agrícola e industrial.
<b>03/2008</b>	Encontro dos Presidentes Lula e Chávez no Recife. Assinatura do Acordo de Associação para a Construção da Refinaria Abreu e Lima entre Petrobrás e PDVSA, localizada em Pernambuco.
<b>06/2008</b>	Presidente Lula visita Caracas para encontro com o Presidente Chávez. Os Presidentes assistem por videoconferência à primeira sementeira de soja em território venezuelano em decorrência das atividades de cooperação agrícola por meio da Embrapa e à demonstração das obras do Complexo Industrial e Petroquímico de José, que conta com a participação de empresas brasileiras.

<b>09/2008</b>	Presidente Lula recebe o Presidente Chávez em Manaus.
<b>01/2009</b>	Presidentes Lula, Chávez, Morales, Correa e Lugo encontram-se no Fórum Social Mundial, em Belém.
<b>01/2009</b>	Presidentes Lula e Chávez encontram-se em Maracaibo, na Venezuela.
<b>05/2009</b>	Presidente Lula recebe o Presidente Chávez em Salvador, na Bahia.
<b>11/2009</b>	Presidente Chávez recebe o Presidente Lula em Caracas e El Tigre.
<b>04/2010</b>	Presidentes Lula e Chávez encontram-se em Brasília.
<b>08/2010</b>	Presidentes Lula e Chávez encontram-se em Caracas.
<b>01/2011</b>	Presidente Chávez comparece à cerimônia de posse da Presidenta Dilma Rousseff.
<b>06/2011</b>	Presidentes Dilma e Chávez encontram-se em Brasília.
<b>11/2011</b>	Visita do Chanceler Antonio Patriota a Caracas.
<b>12/2011</b>	Presidentes Dilma e Chávez encontram-se em Caracas.
<b>06/2012</b>	O Chanceler Antonio Patriota recebe o Chanceler Nicolás Maduro no Rio de Janeiro.
<b>07/2012</b>	Presidentes Dilma e Chávez encontram-se por ocasião da Cúpula do MERCOSUL.
<b>11/2012</b>	Visita do Chanceler Antonio Patriota a Caracas.
<b>02/2013</b>	Visita do Chanceler Antonio Patriota a Caracas.
<b>04/2013</b>	Visita do Chanceler Elías Jaua a Brasília.
<b>05/2013</b>	Presidentes Dilma e Maduro encontram-se em Brasília.

### ANEXO III – ATOS BILATERAIS

Título	Data de Celebração	Situação
Tratado de Limites e Navegação Fluvial	05/05/1859	Em vigor
Acordo Administrativo para a Troca de Correspondência Diplomática em Malas Especiais	03/06/1919	Em vigor
Convênio Relativo à Manutenção da Ordem Interna	13/04/1926	Em vigor
Protocolo Relativo à Demarcação dos Limites	24/07/1928	Em vigor
Acordo de Demarcação da Fronteira Brasileiro-Venezuelana	07/11/1929	Em vigor
Tratado de Extradicação	07/12/1938	Em vigor
Tratado para a Solução Pacífica de Controvérsias	30/03/1940	Em vigor
Acordo Administrativo para Troca de Correspondência Oficial por Via Aérea	30/01/1946	Em vigor
Acordo para a Criação de Comissão Mista de Comércio Brasil-Venezuela	13/04/1960	Em vigor

Título	Data de Celebração	Situação
Acordo para a Reativação da Comissão Mista	20/05/1971	Em vigor
Acordô Constitutivo de um Mecanismo de Consulta sobre Transportes Marítimos entre os Dois Países	16/06/1971	Em vigor
Convênio Básico de Cooperação Técnica	20/02/1973	Em vigor
Acordo sobre Radioamadorismo	06/04/1976	Em vigor
Acordo Complementar ao Convênio Básico de Cooperação Técnica, nos Campos da Ciência e da Tecnologia, entre o CNPq e o CONICIT (Venezuela)	16/11/1977	Em vigor
Convênio de Amizade e Cooperação	17/11/1977	Em vigor
Convênio Complementar ao Convênio Básico de Cooperação Técnica de 20 de fevereiro de 1973, Referente à Cooperação em Matéria Sanitária para o Meio Tropical	17/11/1977	Em vigor
Acordo para a Instalação de uma Sucursal de um Banco Brasileiro na Venezuela e de uma Sucursal de um Banco Venezuelano no Brasil	17/11/1977	Em vigor
Acordo para a Dispensa de Vistos em Passaportes Diplomáticos	05/03/1979	Em vigor
Acordo Cultural	07/11/1979	Em vigor
Acordo para Evitar a Dupla Tributação em Matéria de Transporte Aéreo	07/11/1979	Em vigor
Acordo sobre Sanidade Animal em Áreas de Fronteira dos dois Países	07/11/1979	Em vigor
Acordo sobre Cooperação Sanitária Fronteiriça	19/02/1982	Em vigor
Convênio sobre Transporte Terrestre Fronteiriço de Carga	19/02/1982	Em vigor
Acordo de Cooperação na Área da Energia Nuclear para Fins Pacíficos	30/11/1983	Em vigor
Acordo sobre Prevenção, Controle, Fiscalização e Repressão ao uso Indevido e ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes de Substâncias Psicotrópicas	03/06/1987	Em vigor
Ajuste Complementar ao Convênio Básico de Cooperação Técnica de 20 de fevereiro de 1973, na Área das Comunicações	03/06/1987	Em vigor
Acordo para o Estabelecimento de uma Zona "Non Aedificandi" na Fronteira entre os Dois Países	17/05/1988	Em vigor

Título	Data de Celebração	Situação
Acordo para a Criação de Mecanismo Permanente de Cooperação	17/05/1988	Em vigor
Acordo relativo ao Programa de Cooperação Científica	17/05/1988	Em vigor
Acordo sobre Transporte Aéreo Regular	11/11/1988	Em vigor
Acordo, por Troca de Notas, para o Estabelecimento de um Grupo de Trabalho de Cooperação Técnica Bilateral, ao Convênio Básico de Cooperação Técnica de 20 de fevereiro de 1973	20/06/1990	Em vigor
Acordo sobre Circulação de Turistas	20/06/1990	Em vigor
Acordo sobre o Regulamento Interno do Comitê de Assuntos Fronteiriços	14/02/1992	Em vigor
Acordo que autoriza os Dependentes dos Funcionários acreditados Junto às Missões Diplomáticas e Consulares de ambos os Países a desempenharem Trabalho Remunerado	29/07/1994	Em vigor
Acordo de Transporte Rodoviário Internacional de Passageiros e Carga entre o Brasil e a Venezuela	04/07/1995	Em vigor
Acordo sobre Isenção de Visto em Passaportes Oficial e de Serviço	08/02/2000	Em vigor
Acordo de Cooperação em Matéria de Comunicações entre o Brasil e a Venezuela	14/02/2005	Em vigor
Acordo de Cooperação Mútua para Combater o Tráfego de Aeronaves Envolvidas com Atividades Ilícitas Transnacionais	30/12/2005	Em vigor
Acordo-Quadro de Cooperação em Ciência e Tecnologia Espacial entre o Brasil e a Venezuela	27/06/2008	Em tramitação na Câmara dos Deputados (Teve sua tramitação nas Comissões da Câmara concluída em 03/08/2011, aguarda, desde então, entrada na Ordem do Dia do Plêniário da Câmara dos Deputados)
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela sobre Cooperação Esportiva	30/10/2009	Em vigor

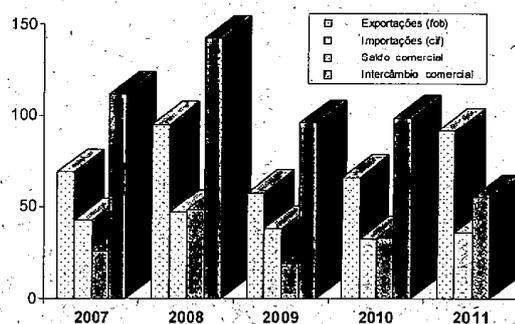
Título	Data de Celebração	Situação
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela sobre Localidades Fronteiriças Vinculadas	28/04/2010	Já aprovado pelo Parlamento venezuelano; no Brasil, encontra-se em tramitação na Casa Civil, que deverá encaminhá-lo para apreciação do Congresso Nacional para sua eventual entrada em vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela para o Estabelecimento de Regime Especial Fronteiriço	06/08/2010	Já aprovado pelo Parlamento venezuelano; no Brasil, encontra-se em tramitação na Casa Civil, que deverá encaminhá-lo para apreciação do Congresso Nacional para sua eventual entrada em vigor
Acordo para o Desenvolvimento do Transporte Turístico Internacional Ocasional por Rodovia entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela	06/08/2010	Já aprovado pelo Parlamento venezuelano; no Brasil, encontra-se em tramitação na Casa Civil, que deverá encaminhá-lo para apreciação do Congresso Nacional para sua eventual entrada em vigor

## ANEXO IV – DADOS ECONÔMICOS E FINANCEIROS

### VENEZUELA: COMÉRCIO EXTERIOR US\$ bilhões

DESCRIÇÃO	2007	2008	2009	2010	2011	2011 (jan-set)	2012 (jan-set)
Exportações (fob)	68,8	95,1	57,6	65,8	91,3	70,6	67,7
Importações (cif)	42,5	46,9	38,2	32,6	36,2	25,8	46,0
Saldo comercial	26,3	48,2	19,4	33,2	55,1	44,8	21,8
Intercâmbio comercial	111,3	142,1	95,8	98,4	127,6	96,4	113,7

Elaborado pelo MRE/OPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial com base em dados do FMI, Direction of Trade Statistics, February 2013

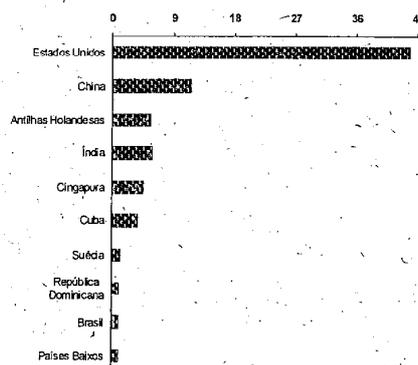


O comércio exterior da Venezuela, em 2011, cresceu 14,6% em relação a 2007, de US\$ 111,3 bilhões para US\$ 127,6 bilhões. No acumulado de janeiro a setembro de 2012, o intercâmbio comercial com o mundo cresceu 17,9%, de US\$ 96,4 bilhões para US\$ 113,7 bilhões. No ranking do FMI estimado para 2012, a Venezuela figurou como o 40º mercado mundial - o 40º exportador e o 58º importador.

## VENEZUELA: DIREÇÃO DAS EXPORTAÇÕES

US\$ bilhões

Descrição	2011	% no total	2012 (jan-set)	% no total
Estados Unidos	43,9	48,0%	26,7	39,4%
China	11,6	12,7%	10,5	15,5%
Antilhas Holandesas	5,6	6,1%	5,2	7,7%
Índia	5,9	6,5%	7,0	10,4%
Cingapura	4,6	5,0%	2,4	3,6%
Cuba	3,8	4,2%	3,1	4,5%
Suécia	1,4	1,5%	0,4	0,6%
República Dominicana	1,2	1,3%	0,9	1,4%
<b>Brasil</b>	<b>1,1</b>	<b>1,2%</b>	<b>0,8</b>	<b>1,1%</b>
Países Baixos	1,1	1,2%	0,4	0,6%
<b>Subtotal</b>	<b>80,1</b>	<b>87,7%</b>	<b>57,6</b>	<b>85,0%</b>
<b>Outros países</b>	<b>11,2</b>	<b>12,3%</b>	<b>10,2</b>	<b>15,0%</b>
<b>Total</b>	<b>91,3</b>	<b>100,0%</b>	<b>67,7</b>	<b>100,0%</b>



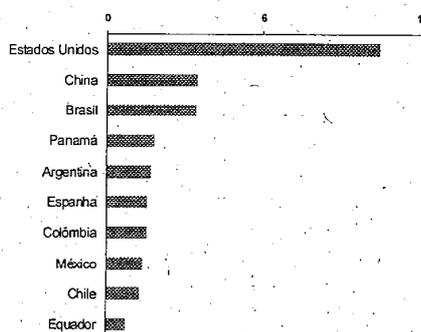
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do FMI, Direction of Trade Statistics, February 2013.

Quase metade das vendas venezuelanas é destinada ao mercado norte-americano. Em 2011, os Estados Unidos absorveram 48% das exportações do país, seguidos da China (12,7%); Antilhas Holandesas (6,1%); Índia (6,5%); Cingapura (5%); e Cuba (4,2%). O Brasil obteve a 9ª posição entre os principais destinos dos produtos venezuelanos, com 1,2% do total.

## VENEZUELA: ORIGEM DAS IMPORTAÇÕES

US\$ bilhões

DESCRIÇÃO	2011	% no total	2012 (jan-set)	% no total
Estados Unidos	10,4	28,8%	14,2	30,8%
China	3,5	9,6%	8,1	17,6%
<b>Brasil</b>	<b>3,4</b>	<b>9,5%</b>	<b>4,1</b>	<b>9,0%</b>
Panamá	1,8	5,0%	1,5	3,3%
Argentina	1,7	4,6%	1,4	3,0%
Espanha	1,5	4,2%	1,5	3,2%
Colômbia	1,5	4,2%	1,3	2,8%
México	1,4	3,7%	1,3	2,8%
Chile	1,2	3,4%	0,6	1,3%
Equador	0,8	2,1%	0,6	1,3%
<b>Subtotal</b>	<b>27,2</b>	<b>75,1%</b>	<b>34,5</b>	<b>75,1%</b>
<b>Outros países</b>	<b>9,0</b>	<b>24,9%</b>	<b>11,5</b>	<b>24,9%</b>
<b>Total</b>	<b>36,2</b>	<b>100,0%</b>	<b>46,0</b>	<b>100,0%</b>

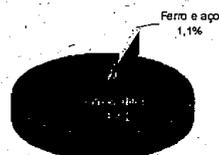


Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do FMI, Direction of Trade Statistics, February 2013.

Os Estados Unidos também são a principal origem das compras venezuelanas, representando 28,8% do total em 2011. Seguiram-se: China (9,6%); Brasil (9,5%); Panamá (5,0%); Argentina (4,6%); Espanha (4,2%); e Colômbia (4,2%).

VENEZUELA: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES  
2011 - US\$ milhões

DESCRIÇÃO	2011	% no total
Combustíveis	88,24	96,6%
Ferro e aço	1,0	1,1%
<b>Subtotal</b>	<b>89,2</b>	<b>97,7%</b>
Outros produtos	2,1	2,3%
<b>Total</b>	<b>91,3</b>	<b>100,0%</b>

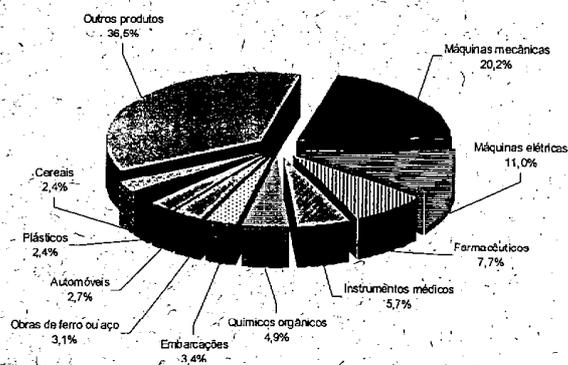


Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC/Trademap.

Combustíveis são o principal grupo de produto exportado pela Venezuela e representam a quase totalidade da pauta de exportações. Em 2011, os combustíveis somaram 96,6% do total, seguidos de produtos de ferro e aço com 1,1%.

VENEZUELA: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES  
2011 - US\$ milhões

DESCRIÇÃO	2011	% no total
Máquinas mecânicas	7,3	20,2%
Máquinas elétricas	4,0	11,0%
Farmacêuticos	2,8	7,7%
Instrumentos médicos	2,1	5,7%
Químicos orgânicos	1,8	4,9%
Embarcações	1,2	3,4%
Obras de ferro ou aço	1,1	3,1%
Automóveis	1,0	2,7%
Plásticos	0,9	2,4%
Cereais	0,9	2,4%
<b>Subtotal</b>	<b>23,0</b>	<b>63,5%</b>
Outros produtos	13,2	36,5%
<b>Total</b>	<b>36,2</b>	<b>100,0%</b>



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC/Trademap.

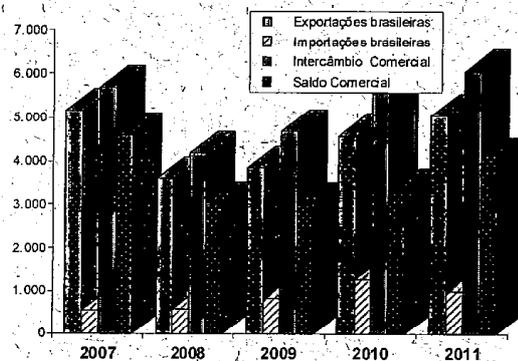
A pauta de importações da Venezuela é composta por bens com alto valor agregado: Máquinas, produtos farmacêuticos e instrumentos médicos representaram 45% das aquisições do país. Seguiram-se: produtos químicos orgânicos (4,9%); embarcações flutuantes (3,4%); obras de ferro/aço (3,1%).

**BRASIL-VENEZUELA: EVOLUÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL**  
US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2008	2009	2010	2011	2012
<b>Exportações brasileiras</b>	<b>5.150</b>	<b>3.610</b>	<b>3.854</b>	<b>4.592</b>	<b>5.056</b>
Variação em relação ao ano anterior	9,0%	-29,9%	6,7%	19,1%	10,1%
<b>Importações brasileiras</b>	<b>539</b>	<b>582</b>	<b>833</b>	<b>1.266</b>	<b>997</b>
Variação em relação ao ano anterior	55,7%	7,9%	43,2%	52,1%	-21,3%
<b>Intercâmbio Comercial</b>	<b>5.689</b>	<b>4.192</b>	<b>4.687</b>	<b>5.858</b>	<b>6.053</b>
Variação em relação ao ano anterior	12,2%	-26,3%	11,8%	25,0%	3,3%
<b>Saldo Comercial</b>	<b>4.611</b>	<b>3.029</b>	<b>3.021</b>	<b>3.325</b>	<b>4.059</b>

*Elaborado pelo INRE/DP/R/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.*

A Venezuela foi o 18º principal parceiro comercial brasileiro. Entre 2008 e 2012, o intercâmbio comercial brasileiro com o país cresceu cerca de 6%, de US\$ 5,7 bilhões, para US\$ 6,1 bilhões. Nesse período, as exportações reduziram-se 1,8%, enquanto as importações cresceram 85%. O saldo da balança comercial foi favorável ao Brasil em todo o período, registrando superávit de US\$ 4,1 bilhões em 2012.

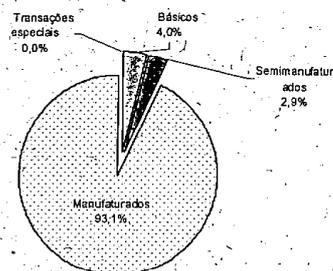
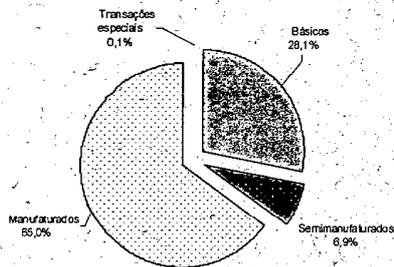


**BRASIL-VENEZUELA: EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES, POR FATOR AGREGADO**  
US\$ milhões, fob - 2 0 1 2

DESCRIÇÃO	EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS		IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS	
	VALOR	PART. %	VALOR	PART. %
Básicos	1.421	28,1%	40	4,0%
Semimanufaturados	347	6,9%	29	2,9%
Manufaturados	3.284	65,0%	928	93,1%
Transações especiais	4	0,1%	0	0,0%
<b>Total</b>	<b>5.056</b>	<b>100,0%</b>	<b>997</b>	<b>100,0%</b>

*Elaborado pelo MREDPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC.*

As exportações brasileiras para a Venezuela são compostas, em sua maior parte, por produtos manufaturados, que representaram 65% das vendas em 2012 (principalmente automóveis, borracha, produtos farmacêuticos), seguido dos básicos, com 28,1% (carnes), e dos semimanufaturados, com 6,9%. Os produtos manufaturados representaram a quase totalidade da pauta de importações de 2012 (93,1%), seguido dos básicos (4%) e semimanufaturados (2,9%).



**BRASIL-VENEZUELA: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS**  
US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2010	2011	2012		Exportações brasileiras para Venezuela, 2012
			Valor	% no total	
Máquinas mecânicas	325	420	752	14,9%	
Carnes	485	791	676	13,4%	
Animais vivos	631	366	468	9,2%	
Automóveis	283	437	421	8,3%	
Açúcar	441	542	329	6,5%	
Borracha	128	199	250	4,9%	
Farmacêuticos	150	178	230	4,6%	
Máquinas elétricas	176	185	196	3,9%	
Plásticos	133	129	158	3,1%	
Preps alimentícias	72	81	128	2,5%	
<b>Subtotal</b>	<b>2.825</b>	<b>3.328</b>	<b>3.609</b>	<b>71,4%</b>	
<b>Outros produtos</b>	<b>1.029</b>	<b>1.264</b>	<b>1.447</b>	<b>28,6%</b>	
<b>Total</b>	<b>3.854</b>	<b>4.592</b>	<b>5.056</b>	<b>100,0%</b>	

Elaborado pelo MRE/DP/IDIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/ALC/web.

Máquinas mecânicas (aparelhos de destilação; máquinas e aparelhos para fabricar papel; motores de explosão, diesel/semidiesel para automóveis); carne (bovina, de frango e suína) e animais vivos (bovinos, búfalos e galinhas para reprodução) somaram 37,5% das exportações brasileiras para a Venezuela em 2012. Destacaram-se também: automóveis (8,3%); açúcar (6,5%); borracha (4,9%); e produtos farmacêuticos (4,6%).

**BRASIL-VENEZUELA: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS**  
US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2010	2011	2012		Importações brasileiras originárias da Venezuela, 2012
			Valor	% no total	
Combustíveis	630	755	706	70,8%	
Químicos orgânicos	45	67	80	8,0%	
Ferro e aço	50	176	72	7,2%	
Alumínio	39	209	40	4,0%	
Adubos	8	15	21	2,1%	
Químicos inorgânicos	11	14	20	2,0%	
<b>Subtotal</b>	<b>783</b>	<b>1.237</b>	<b>938</b>	<b>94,1%</b>	
<b>Outros produtos</b>	<b>50</b>	<b>30</b>	<b>58</b>	<b>5,9%</b>	
<b>Total</b>	<b>833</b>	<b>1.266</b>	<b>997</b>	<b>100,0%</b>	

Elaborado pelo MRE/DP/IDIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/ALC/web.

Os combustíveis (naftas para petroquímica, coque de petróleo e hulha betuminosa) foram o principal grupo de produtos importados da Venezuela. Em 2012, representaram 70,8% da pauta, seguidos de produtos químicos (8%); ferro e aço (7,2%) e alumínio (4%).

Aviso nº 550 - C. Civil.

Em 29 de julho de 2013.

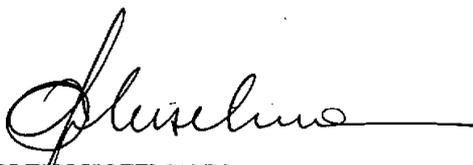
A Sua Excelência o Senhor  
Senador FLEXA RIBEIRO  
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor RUY CARLOS PEREIRA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Bolivariana da Venezuela.

Atenciosamente,



GLEISI HOFFMANN  
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil  
da Presidência da República

*(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)*

Publicado no DSF, de 24/0:/2013.

---

Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado Federal - Brasília-DF

OS: 1(\$) - /2013

**4**



SENADO FEDERAL  
Senador Armando Monteiro

## RELATÓRIO Nº , DE 2013

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem nº 79, de 2013 (Mensagem nº 341, de 14/8/2013, na origem), da Senhora Presidente da República, que submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor *FLAVIO MAREGA*, *Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Arábia Saudita e, cumulativamente, junto à República do Iêmen.*

RELATOR: Senador **ARMANDO MONTEIRO**

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente, por voto secreto, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV).

Nesse sentido, esta Casa é chamada a opinar sobre a indicação que a Senhora Presidente da República faz do Senhor Flavio Marega, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Arábia Saudita e, cumulativamente, junto à República do Iêmen.

De acordo com o currículo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE), em razão de preceito regimental, o indicado é filho de Guido Marega e Olga Dal Bem Marega, tendo nascido a 28 de maio de 1960, em Paranavaí, Paraná.

Graduou-se em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1984). Em 1985, ingressou no Curso de Preparação para a Carreira Diplomática. Titulou-se como Terceiro-Secretário em 1986. Tornou-se



SF/13548.87799-17

Página: 1/3 10/09/2013 19:44:16

3eab6810a63e26af77890b783ce9e4f252a591

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional  
Nº 79, de 2013, Fls. 50





SENADO FEDERAL  
Senador Armando Monteiro

2

Segundo-Secretário em 1992 e Primeiro-Secretário em 1999. Foi a Conselheiro em 2004. Ascendeu a Ministro de Segunda Classe em 2007.

Entre as funções desempenhadas no MRE destacam-se a de Subchefe da Divisão do Mercado Comum do Sul – Mercosul (1999); subchefe da Divisão de Comércio de Serviços, Investimentos e Assuntos Financeiros (2001); e Coordenador-Geral da Coordenação-Geral de Contenciosos (2006).

No exterior, exerceu, entre outros, os cargos de Conselheiro na Embaixada em Washington (2002); e Ministro Conselheiro na Embaixada em Londres (2008). Além disso, o indicado chefiou importantes delegações brasileiras no exterior.

O Ministério das Relações Exteriores anexou, ainda, à mensagem presidencial informe sobre as relações entre os países.

O estabelecimento de relações diplomáticas entre Brasil e Arábia Saudita se deu em 1968. Em 1973, foram abertas embaixadas em Brasília e Jedá. No ano de 1986, a Embaixada brasileira foi transferida para Riade, nova capital saudita.

O relacionamento bilateral, que teve momento de relevo nos anos 1980, foi incrementado em tempos recentes. Com efeito, nos últimos dez anos foram realizadas visitas de alto nível de parte a parte. Em 2009, o então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva tornou-se o primeiro Chefe de Estado brasileiro a visitar a Arábia Saudita. Desde então se observa incremento nas relações bilaterais nos planos público e privado.

Na esfera econômica, o intercâmbio comercial segue em crescimento. O comércio ultrapassa a casa dos 6 bilhões de dólares estadunidenses. O Reino saudita é o maior parceiro comercial do Brasil no Oriente Médio. Cuida-se do segundo maior fornecedor de petróleo ao Brasil, ficando atrás apenas da Nigéria. De nossa parte, seguimos exportando produtos agrícolas, mas, a partir de 2005, houve importante incremento na pauta de exportações. Ela passou a contar também com produtos de alto valor agregado (p.ex. aviões). As perspectivas são, ainda, promissoras nas áreas de petroquímica, mineração, engenharia e construção. O Brasil responde, de um



SF/13546.87799-17

Página: 2/3 10/09/2013 19:44:16

3eab6810a6e3e26a777890b783ce9e4f252a591

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional  
MSE nº 29/12013/Fis. 5A





SENADO FEDERAL  
Senador Armando Monteiro

3

lado, por cerca de 0,9% das exportações sauditas; de outro, representamos 2,3% das compras daquele país.

A comunidade brasileira em solo saudita conta com aproximadamente quatrocentas pessoas entre desportistas e profissionais de distintos setores (financeiro, tecnológico e de informação). Essa comunidade conta com a assistência do setor consular da Embaixada em Riade. De acordo com os dados do Departamento de Polícia Federal, residem no Brasil 25 súditos sauditas.

Com a unificação do Iêmen (do Norte e do Sul) em maio de 1990, o governo brasileiro optou pela Embaixada em Riade como responsável pelos assuntos junto a Sanaa. Os laços comerciais entre os dois países, apesar de superavitário para o Brasil, segue sendo pouco expressivo. Nossas exportações centram-se em: cereais, combustíveis, automóveis, máquinas mecânicas, açúcar. A economia iemenita, como de resto todo o país, enfrenta inúmeros desafios. A comunidade internacional, consciente dessas dificuldades, criou mecanismo denominado “Amigos do Iêmen” voltado a apoiar as iniciativas locais nos campos econômico, financeiro, político e de segurança. O Brasil é um dos 50 países que integram essa iniciativa.

Diante do exposto, julgamos que os integrantes desta Comissão possuem elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SF/13546.87799-17

Página: 3/3 10/09/2013 19:44:16

3eab6810a6e3e26af77890b783ce9e4f252a591

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional  
MGF nº 77/12013 Fls. 50





# SENADO FEDERAL

## **MENSAGEM** **Nº 79, DE 2013** (nº 341/2013, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor FLAVIO MAREGA, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Arábia Saudita e, cumulativamente, junto à República do Iêmen.

Os méritos do Senhor Flavio Marega que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 14 de agosto de 2013.

Assinatura manuscrita em tinta preta, provavelmente do Presidente do Senado Federal, com uma grafia cursiva e fluida.

EM nº 00293/2013/MRE

Brasília, 1 de Agosto de 2013

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação de **FLAVIO MAREGA**, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Arábia Saudita e, cumulativamente, junto à República do Iêmen.

2. Encaminho, igualmente anexos, informações sobre os países e *curriculum vitae* de **FLAVIO MAREGA**, que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Antonio de Aguiar Patriota*

EM Nº 00293 /DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-MRE/APES

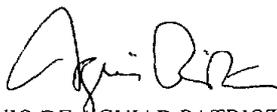
Brasília, 1º de agosto de 2013.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação de **FLAVIO MAREGA**, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Arábia Saudita e, cumulativamente, junto à República do Iêmen.

2. Encaminho, igualmente anexos, informações sobre os países e *curriculum vitae* de **FLAVIO MAREGA**, que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA  
Ministro das Relações Exteriores

## I N F O R M A Ç Ã O

### CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE *FLAVIO MAREGA*

CPF.: 070.799.528-08

ID.: 7560849 SSP-SP

1960 Filho de Guido Marega e Olga Dal Bem Marega , nasce em 28 de maio, em Paranavaí/PR

**Dados Acadêmicos:**

1984 Direito pela Pontifícia Universidade Católica/SP

1985 CPCD – IRBr

1989 Pós-graduação em Orçamento Governamental, Fundação Getúlio Vargas/DF

1995 CAD - IRBr

2005 CAE, IRBr, O Mecanismo Arbitral de Solução de Controvérsias Investidor-Estado nos Acordos Internacionais sobre Investimentos Estrangeiros: Implicações para o Brasil

**Cargos:**

1986 Terceiro-Secretário

1992 Segundo-Secretário

1999 Primeiro-Secretário, por merecimento

2004 Conselheiro, por merecimento

2007 Ministro de Segunda Classe, por merecimento

**Funções:**

1987 Divisão de Programas de Promoção Comercial, assistente

1987 Feira Internacional do Equador, Diretor do Pavilhão

1989 Feira de Intercâmbio Comercial Brasil/Argentina - ABRA'89, Diretor do Pavilhão

1990 Embaixada do Brasil em Riade, Terceiro-Secretário

1990 Feira Rebuild Kuwait, Bareine, Diretor do Pavilhão

1992 Delegação Permanente em Genebra, Terceiro e Segundo-Secretário

1995 Grupo Negociador sobre Serviços Financeiros, GATS/OMC, Chefe de delegação

1995 Grupo de Negociação sobre Telecomunicações Básicas, GATS/OMC, Chefe de delegação

1995 Grupo de Negociação sobre Serviços de Transporte Marítimo, GATS/OMC, Chefe de delegação

1996 Delegação Permanente junto à ALADI, Montevideo, Segundo e Primeiro-Secretário

1999 Divisão do Mercado Comum do Sul, Subchefe

2000 Núcleo de Apoio à Presidência Pro Tempore brasileira do MERCOSUL, Chefe

2001 V e VI Reunião do Comitê de Negociações Birregionais MERCOSUL-UE (CNB) em Montevideu e

Bruxelas; Grupo Técnico 2-Serviços e Grupo Técnico 3-Compras Governamentais, Chefe de delegação

2001 Divisão de Comércio de Serviços, Investimentos e Assuntos Financeiros, Subchefe

2001 Reuniões do Grupo Negociador de Serviços da ALCA em 2001 e 2002, Chefe de delegação

2001 Reuniões do Grupo de Serviços do Mercosul em 2001 e 2002, Chefe de delegação

2001 Reuniões do Grupo Ad Hoc de Compras Governamentais do MERCOSUL em 2001 e 2002, Chefe de delegação

2002 Embaixada em Washington, Primeiro Secretário e Conselheiro

2006 Coordenação-Geral de Contenciosos, Coordenador-Geral

2006 Contencioso Brasil-Medidas que Afetam a Importação de Pneus Reformados (DS 332), Chefe de delegação

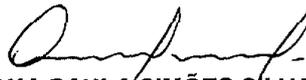
2007 Contencioso EUA-Subsídios ao Algodão (DS 267), Painel de Implementação, Chefe de delegação

2007 Contencioso Brasil-Medidas que Afetam a Importação de Pneus Reformados (DS 332), Apelação, Chefe de delegação

2007 Contencioso EUA-Subsídios ao Algodão (DS 267), Apelação, Chefe de delegação  
2008 Embaixada em Londres, Ministro-Conselheiro  
2008 78ª Sessão do Conselho da Organização Internacional do Cacau, Chefe de delegação  
2008 101ª Sessão do Conselho da Organização Internacional do Café, Chefe de delegação  
2008 34ª Reunião do Conselho Internacional do Açúcar, Chefe de delegação  
2009 102ª Sessão do Conselho da Organização Internacional do Café, Chefe de delegação  
2009 103ª Sessão do Conselho da Organização Internacional do Café, Chefe de delegação  
2009 80a. Sessão do Conselho da Organização Internacional do Cacau, Chefe de delegação  
2012 Reunião de Alto Nível do Comitê de Assistência ao Desenvolvimento da OCDE, Chefe de delegação

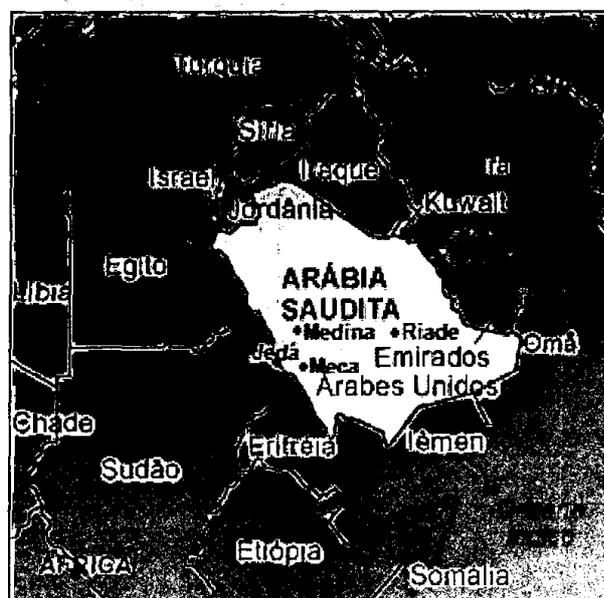
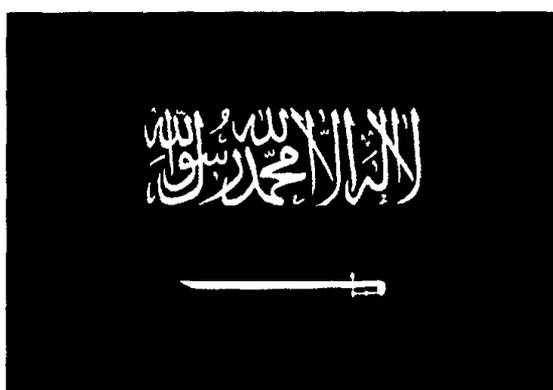
**Condecorações:**

2007 Ordem de Rio Branco, Brasil, Comendador  
2009 Medalha Mérito Tamandaré  
2010 Ordem do Mérito Naval, Grau de Comendador  
2012 Ordem do Mérito Aeronáutico, Grau de Comendador



**ANA PAULA SIMÕES SILVA**

Diretora, substituta, do Departamento do Serviço Exterior

**MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES****REINO DA ARÁBIA SAUDITA**

**Informação para o Senado Federal  
OSTENSIVO  
Julho de 2013**

<b>DADOS BÁSICOS</b>
----------------------

<b>NOME OFICIAL:</b>	Reino da Arábia Saudita
<b>CAPITAL:</b>	Riade
<b>ÁREA:</b>	2.153.168 km <sup>2</sup>
<b>POPULAÇÃO (2012):</b>	28,9 milhões de habitantes
<b>IDIOMA OFICIAL:</b>	Árabe
<b>RELIGIÃO OFICIAL:</b>	Islamismo (aproximadamente 100% da população)
<b>SISTEMA DE GOVERNO:</b>	Monarquia absolutista
<b>CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO:</b>	Rei e Primeiro-Ministro Abdullah bin Abdul-Aziz al Saud
<b>MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS:</b>	Príncipe Saud al Faisal Bin Abdul-Aziz al Saud
<b>PIB (2012)</b>	US\$ 749,7 bilhões
<b>PIB PPP (2012):</b>	US\$ 835,2 bilhões
<b>PIB per capita (2012):</b>	US\$ 25,9 mil
<b>PIB per capita PPP (2012)</b>	US\$ 28,9 mil
<b>VARIAÇÃO DO PIB:</b>	5,7% (2012); 4,1% (est. 2013)
<b>IDH - ÍNDICE DE DESENVOLV. HUMANO (2012):</b>	0,782 (56ª posição entre 185 países)
<b>EXPECTATIVA DE VIDA:</b>	74,1 anos
<b>ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO:</b>	86,6 %
<b>ÍNDICE DE DESEMPREGO:</b>	10,7%
<b>UNIDADE MONETÁRIA:</b>	Rial saudita (SR)
<b>EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:</b>	Hisham al Qahtani
<b>COMUNIDADE BRASILEIRA:</b>	400 (estimada)

**Intercâmbio Comercial Brasil – Arábia Saudita (em US\$) – Fonte: MDIC**

	<b>Intercâmbio</b>	<b>Exportações</b>	<b>Importações</b>	<b>Saldo</b>
<b>2003</b>	<b>1.560.958.395</b>	672.722.445	888.235.950	-221.750.545
<b>2004</b>	<b>2.057.681.080</b>	825.821.862	1.231.859.218	-405.968.728
<b>2005</b>	<b>2.542.842.223</b>	1.203.338.542	1.339.503.681	-135.797.260
<b>2006</b>	<b>3.128.420.714</b>	1.486.313.093	1.642.107.621	-155.794.528
<b>2007</b>	<b>2.693.818.520</b>	1.220.218.523	1.473.599.997	-253.381.474
<b>2008</b>	<b>5.473.793.991</b>	2.563.557.130	2.910.236.861	-346.679.731
<b>2009</b>	<b>3.550.197.956</b>	1.952.775.781	1.597.422.175	355.353.606
<b>2010</b>	<b>5.157.933.613</b>	3.098.779.807	2.059.153.806	1.039.626.001
<b>2011</b>	<b>6.569.391.140</b>	3.476.358.580	3.093.032.560	383.326.020
<b>2012</b>	<b>6.193.023.987</b>	3.000.113.126	3.192.910.861	-192.797.735

## PERFIS BIOGRÁFICOS

Rei Abdullah Bin Abdul Aziz al Saud  
Rei e Primeiro-Ministro

Nasceu em 1924, em Riade. Assumiu o comando da Guarda Nacional em 1962 e tornou-se Príncipe Herdeiro e Primeiro Vice-Primeiro-Ministro em 1975.

No final da década de 1990, assume *de facto* o Governo saudita, em função da delicada situação de saúde de seu irmão, o Rei Fahd.

Ainda na condição de Príncipe Herdeiro, foi responsável pelo Plano Saudita de Paz para o Oriente Médio (“Terra por Paz”), do início de 2002.

Após a morte do irmão, Abdullah foi coroado Rei em 1º de agosto de 2005. Em 2008, o Rei Abdullah foi o idealizador e proponente de Conferência para o Diálogo Inter-Religioso, que reuniu religiosos cristãos, judeus, budistas, hinduístas e taoístas. A Conferência foi realizada em Madri, e teve por anfitrião o Rei da Espanha, Juan Carlos II.

O Rei Abdullah visitou o Brasil em 2000. Recebeu o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva em Riade, em visita de Estado, em maio de 2009.

Ministro dos Negócios Estrangeiros  
Príncipe Saud al Faisal Bin Abdul Aziz al Saud

Nascido em 1940, em Taif, na província saudita de Meca, graduou-se em Economia pela Universidade de Princeton, Estados Unidos.

É filho do falecido Rei Faisal e sobrinho dos atuais Rei e Príncipe Herdeiro.

Em 1970, foi designado Vice-Presidente da Petromin, a principal companhia estatal petrolífera saudita; em 1971, assumiu o cargo de Vice-Ministro do Petróleo e Recursos Minerais.

Desde 1975, ocupa o cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros, o que o torna o Chanceler mais longo atualmente em exercício.

Em 2009, o Instituto Real de Relações Exteriores, sediado em Londres, indicou o Príncipe Abdul Aziz como um dos três finalistas ao prêmio “Chatham House”, entregue a político que tenha feito importante contribuição para as relações internacionais no ano em questão. O Príncipe não chegou a receber o prêmio, tendo sido superado, na votação da Chatham House, pelo então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

## SUA ALTEZA REAL O PRÍNCIPE SALMAN BIN ABDULAZIZ AL-SAUD

## PRÍNCIPE HERDEIRO

Nasceu em Riade, em 1935. É filho do Rei Abdulaziz al Saud, o fundador do Reino da Arábia Saudita. Graduou-se em Teologia em instituição religiosa saudita, em princípios da década de 1950. Foi nomeado Governador de Riade em 1954, tendo exercido a função, de maneira intermitente, entre 1954 e 2011, com status de Ministro.

Foi nomeado Ministro da Defesa em 5 de novembro de 2011, e indicado para a posição de Príncipe Herdeiro e Vice-Primeiro-Ministro em 18 de junho de 2012, pelo Rei Abdullah. Preside diversas organizações de caráter filantrópico e humanitário no Reino, em especial no campo da assistência a vítimas de desastres.

RELAÇÕES BILATERAIS
---------------------

Brasil e Arábia Saudita estabeleceram relações diplomáticas em 1968. Em 1973, houve abertura da Embaixada do Brasil em Jedá e da Embaixada da Arábia Saudita em Brasília. Em 1986, a Embaixada do Brasil foi transferida para Riade, dentro do processo de mudança da capital saudita.

Entre as visitas de altas autoridades sauditas na última década, destacam-se as do então Príncipe Herdeiro (hoje Rei) Abdullah, em 2000, e do Príncipe Bandar Bin Sultan, em 2004. O Chanceler, Príncipe Faisal, esteve em Brasília por ocasião da I Cúpula América do Sul – Países Árabes (ASPA), em maio de 2005.

Em 16 e 17 de maio de 2009, o então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva tornou-se o primeiro Chefe de Estado brasileiro a visitar a Arábia Saudita, acompanhado por missão empresarial de cerca de 50 pessoas. Durante a visita, Lula encontrou-se com o Rei Abdullah e com autoridades e empresários sauditas, com o objetivo de aprofundar o diálogo bilateral, ampliar as oportunidades de negócios para as empresas brasileiras, estimular investimentos no Brasil e obter o apoio da Arábia Saudita às negociações do Acordo de Livre Comércio Mercosul-Conselho de Cooperação do Golfo(CCG) e à candidatura do Rio de Janeiro à sede dos Jogos Olímpicos de 2016.

Segundo informações da Embaixada do Brasil em Riade, em março de 2012, a comunidade brasileira residente na Arábia Saudita montava a aproximadamente 400 pessoas, sendo basicamente formada por jovens profissionais altamente qualificados, em particular nos setores financeiros e de tecnologia da informação. Um pequeno grupo de desportistas brasileiros e suas famílias também integravam essa comunidade.

Em Damman, terceira cidade do Reino pelo critério de população, está sediada a base da empresa aérea SAMA, na qual trabalham cerca de 60 brasileiros, a maioria ex-pilotos e ex-funcionários da Varig.

No Brasil, residem em caráter permanente 22 sauditas e, em caráter temporário, 3, segundo informações da Polícia Federal.

### **Relações econômicas e comerciais bilaterais**

O intercâmbio comercial é crescente, tendo o comércio total bilateral superado os US\$ 6 bilhões em 2013. A Arábia Saudita é o principal parceiro comercial do Brasil no Oriente Médio, sendo o segundo maior fornecedor brasileiro de petróleo, atrás apenas da Nigéria. As exportações do Brasil para a Arábia Saudita - anteriormente dominadas por produtos agrícolas, sobretudo carnes e açúcar -, desde 2005, passaram a incluir produtos de alto valor agregado, graças à venda de aviões da Embraer. Ainda assim, o peso dos produtos agrícolas é forte.

O setor de energia saudita já conta com a participação de empresas brasileiras. A petroquímica Braskem, por exemplo, assinou memorando de entendimento com a Saudi Aramco para a cooperação técnica e tecnológica, treinamento de recursos humanos e estudo de oportunidades de novos negócios. Mantém, igualmente, conversações com a *Saudi Basic Industries Corporations* e com empresas de menor porte do setor petroquímico.

O exemplo mais representativo da evolução da pauta comercial pode ser encontrado no setor de aviação. Em dezembro de 2005, a Embraer vendeu 15 aeronaves EMB-170 à Saudi Airlines, no valor de US\$ 400 milhões. Em novembro de 2007, foi assinado contrato entre a empresa brasileira e outra empresa de aviação saudita, a NAS, para a venda de cinco jatos EMB-190, com opção para compra de cinco outras aeronaves (já confirmada). O contrato incluiu, também, direito de compra para outros 12 jatos de mesmo modelo. A NAS opera, ainda, outros cinco E-Jets (três EMB-190 e dois EMB-195), por meio de contrato de *leasing*.

Para o Brasil, há possibilidades de negócios e de investimentos nas áreas em que as empresas brasileiras têm reconhecida competência e experiência internacional (petróleo, gás, petroquímica, mineração, aviação, engenharia e construção).

### **O Brasil e a Segurança Alimentar Saudita**

Convém observar que, em tempos recentes, um dos assuntos que tem conhecido significativa visibilidade na Arábia Saudita é a questão de sua segurança alimentar. A agricultura é atividade de pouca amplitude no país,

quase todo tomado por áreas desérticas e com limitados recursos hídricos. A maior parte dos alimentos consumidos por sauditas vem do exterior, o que deixa o país sempre vulnerável às condições impostas pelo mercado internacional de alimentos.

Nesse contexto, o Rei Abdullah vem adotando uma série de medidas para garantir o fluxo necessário de alimentos para a Arábia Saudita. Uma dessas medidas diz respeito a investimentos sauditas em agricultura feitos no exterior de modo a garantir que parte da produção resultante desses investimentos seja exportada para o Reino. Para a realização desse objetivo, o Governo saudita criou a empresa Agroinvest, com capitalização inicial de US\$ 500 milhões. A empresa apresentou lista de países prioritários com os quais a Arábia Saudita deverá estabelecer cooperação em matéria de produção de alimentos, estando em primeiro lugar na nômima o Brasil.

A Arábia Saudita pretende transferir toda sua produção de trigo para o exterior até 2016, devido à exaustão de seus aquíferos subterrâneos domésticos por intensiva irrigação e busca países com condições adequadas para o processo de relocação desse cultivo. O país já dispõe de 1,6 milhão de hectares na Indonésia para o plantio de arroz. A Arábia Saudita importa mais de 60% de seu consumo de produtos agrícolas.

Há na Arábia Saudita conhecimento suficiente de que o Brasil é um dos maiores produtores agrícolas do mundo. O próprio mercado consumidor saudita é dominado por alguns produtos agroalimentares brasileiros, como as carnes de frango (mais de 85%) e de vaca (mais de 50%). Por outro lado, há pouco conhecimento, tanto por parte de autoridades de governo quanto de empresários, sobre condições de investimento no Brasil. Além do mais, a inexistência de acordo para a proteção de investimentos entre Brasil e Arábia Saudita agrava o problema.

### **Comunidade brasileira estimada**

Estimam-se em cerca de 400 os brasileiros residentes na Arábia Saudita. Todos os serviços consulares e a assistência a brasileiros naquele país são de responsabilidade do setor consular da Embaixada do Brasil em Riade.

---

## POLÍTICA INTERNA

A Arábia Saudita é um Estado unitário, governado por uma monarquia absolutista. O Rei é, ao mesmo tempo, Chefe de Estado e de Governo, acumulando o título de Primeiro-Ministro. O Alcorão é considerado a Constituição do país e é observado pelo Poder Judiciário. O Conselho dos Ministros, criado em 1953, representa os poderes Executivo e Legislativo. Seus membros são designados pelo Rei, que pode vetar qualquer das decisões do Conselho no prazo de 30 dias. O Governo compõe-se, ainda, do Conselho Consultivo, constituído por 120 membros nomeados pelo Rei, que não dispõem de poder decisório.

A maioria dos setores do Governo é controlada por membros da família real saudita (os descendentes diretos do fundador, Abdul Aziz bin Abdul Rahman al Saud, que, estima-se, podem chegar a dez mil indivíduos, todos com os títulos de príncipes e princesas). Não há partidos políticos.

Tradicionalmente, os *ulemas* (clérigos muçulmanos) têm sustentado a legitimidade da família *al Saud*, embora a relação tenha sofrido desgastes em função do descontentamento decorrente da situação econômica interna e do surgimento dos radicais islâmicos nos últimos anos. A maioria da população do Reino abraça o credo islâmico wahabita, conhecido por seu conservadorismo e que interdita às mulheres, entre outros, os direitos de dirigirem automóveis e de viajarem desacompanhadas.

O Rei também detém o controle da Guarda Nacional, grupo poderoso que atua como base de poder para seus três filhos.

A internacionalização da luta contra o terrorismo levou a Arábia Saudita a viver momentos de tensão política e social; a maioria dos terroristas do atentado de 11 de setembro de 2001 nos EUA era de nacionalidade saudita. Os sucessivos atentados ocorridos em seu território, a partir de maio de 2003, exigiram das lideranças locais a revisão do apoio político e financeiro a correntes extremistas. O Governo tem empreendido ampla campanha para mostrar que o país está efetivamente engajado em ações contra o terrorismo. Em fevereiro de 2005, Riade patrocinou a Conferência Internacional sobre Contraterrorismo e lançou a ideia da criação do Centro de Contraterrorismo da ONU, aprovada com o apoio do Brasil em 18 de novembro de 2011. Nos últimos quatro anos, a incidência de ataques terroristas diminuiu significativamente.

O Rei Abdullah tem promovido um programa cauteloso e gradual de reformas políticas e culturais, iniciado quando ainda era Príncipe Herdeiro. Em 2006, foi criada, sob inspiração governamental, uma Comissão de Direitos Humanos, que publica relatórios periódicos sobre a situação dos direitos humanos no país. Em outubro de 2007, decreto real introduziu salvaguardas e mecanismos com vistas a fortalecer a independência do

sistema judiciário, com o estabelecimento de uma Corte Suprema e de tribunais especializados nas áreas trabalhista e comercial.

## POLÍTICA EXTERNA

A Arábia Saudita deve boa parte de seu prestígio junto aos países árabes e muçulmanos ao fato de ser a sede das Mesquitas Sagradas de Meca e Medina. Essas credenciais islâmicas e os imensos recursos petrolíferos e financeiros de que dispõe garantem ampla projeção ao país no plano externo.

A política exterior saudita tem como princípios, entre outros, a solidariedade islâmica e a defesa da unidade árabe. Considerando-se líder natural do islã e do arabismo, o país transformou-se em importante doador assistencial, além de grande investidor nos mercados financeiros ocidentais. Nesse contexto se inserem a ajuda financeira prestada à Autoridade Nacional Palestina e a vários projetos em nações islâmicas, especialmente na África.

A Organização da Cooperação Islâmica (OCI) constitui importante instrumento de atuação saudita, ao possibilitar a Riade foro para avançar seus interesses políticos. O braço religioso da OCI, a Liga Islâmica Mundial, com sede em Meca, é controlada pela Arábia Saudita. A Liga financia associações muçulmanas e a construção de mesquitas em todo o mundo.

Nos últimos anos, o país tem ampliado sua força na política regional. A questão palestina é, para Riade, o ponto focal da instabilidade e estagnação do Oriente Médio. Em 1981, o Rei Fahd apresentou na Cúpula Árabe um plano de paz, que, indiretamente, reconhecia o Estado de Israel e que constitui, até hoje, a base da política saudita em relação a Tel Aviv. Em 2002, uma nova proposta de paz – Iniciativa Árabe de Paz, Plano de Paz de Abdullah ou Terra pela Paz – foi lançada por Riade e aprovada pela Liga Árabe.

A iniciativa preconizava o reconhecimento de Israel e o consequente estabelecimento de relações diplomáticas normais por parte dos 22 países integrantes da Liga Árabe, em troca da retirada do exército israelense das áreas ocupadas desde 1967 e de uma solução para os refugiados palestinos. Mais recentemente, a Arábia Saudita teve participação central no entendimento conhecido como Acordo de Meca, que possibilitou a formação de um Governo de unidade nacional na Palestina, vigente nos primeiros meses de 2007.

A tradicional parceria com os EUA encontra-se em momento de aparente redefinição. Desde a retirada das tropas norte-americanas de seu território, em 2003, o Reino tem procurado agir com crescente independência em relação aos interesses de Washington. O intenso papel desempenhado pelos EUA na segurança do Golfo provoca reações sauditas ambivalentes. Se, por um lado, traz a certeza de que qualquer ataque externo levará a um

engajamento norte-americano imediato, por outro permite que ativistas islâmicos desafiem o Governo ao explorar ressentimentos nacionalistas e religiosos sobre o que chamam de “invasão estrangeira”.

Nos foros multilaterais, a atuação saudita se dedica a conter iniciativas tidas como anti-islâmicas, a promover a causa palestina e a se defender das acusações de violação de direitos humanos. Esforça-se também, no âmbito de temas ambientais, como aquecimento global, para conter iniciativas que impliquem redução do consumo mundial de combustíveis fósseis.

### ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

O petróleo continua a representar cerca de 90% das exportações sauditas, sendo a produção do país, atualmente, de 7,8 milhões barris/dia.

Como parte do esforço para diversificar a economia, diminuir a dependência do petróleo e atrair investimentos do exterior, o país acedeu à condição de membro da Organização Mundial de Comércio, em dezembro de 2005. Desde então, o Governo tem encorajado maior participação do setor privado na economia saudita. A promoção do setor privado envolve a participação estrangeira na indústria de energia, telecomunicações, gás natural e petroquímica.

A economia saudita é fortemente dependente de mão-de-obra estrangeira e encontra dificuldades em identificar nacionais qualificados para exercer funções de alto nível. O Governo tem buscado diminuir a alta taxa de desemprego doméstico, em especial na faixa etária dos 18-30 anos (onde a desocupação alcança o patamar de 20%), por meio de uma política de “saudização”, que estabelece quotas mínimas para nacionais sauditas em cada empreendimento. As quotas variam de 5 a 30%, dependendo do setor (o objetivo final é de que, no longo prazo, 75% da mão-de-obra utilizada no país seja de sauditas), e são apontadas, por vários executivos, como óbice ao crescimento dos negócios, especialmente no setor da saúde.

A determinação do Governo saudita em diversificar a economia, expandir a urbanização do país e executar um conjunto de reformas modernizantes gerou novo ambiente econômico. Agregue-se, a esse ambiente, energia abundante e a preços competitivos e posição geográfica estratégica junto a um mercado, doméstico e regional, com demanda crescente em diversos setores. Diante de todas essas circunstâncias, a Arábia Saudita tornou-se importante polo de investimento e desenvolvimento de novos negócios.

A despeito da crise financeira mundial, o Reino empreende amplo programa de obras públicas de infraestrutura, da ordem de US\$ 400 bilhões, do qual empresas brasileiras de engenharia poderiam beneficiar-se, em particular do desenvolvimento das quatro “cidades econômicas” sauditas.

Além de projetos de infraestrutura, importantes projetos nos setores de petroquímicos, fertilizantes, dessalinização, metalurgia e minerais químicos estão também em desenvolvimento.

ANEXOS

<b>Cronologia Histórica</b>	
1902	Abdul Aziz Ibn Saud dá início à campanha de reconquista do território da Península da Arábia.
1926	Ibn Saud proclama-se Rei do Hejaz e Sultão do Najd.
1932	Ibn Saud funda o Reino da Arábia Saudita.
1953	Saud al Saud, filho de Ibn Saud, ascende ao trono.
1962	O Príncipe Feisal bin Abdulaziz, irmão de Saud, torna-se Primeiro-Ministro.
1964	Saud é deposto pelo irmão Feisal, que introduz reformas e declara a abolição da escravidão.
1967	A Arábia Saudita declara guerra contra Israel, mas não há luta.
1969	Tentativa frustrada de golpe de Estado.
1973	Participação, na frente síria, na Guerra do Yom Kippur. Primeiro choque do petróleo.
1975	Assassinato de Feisal. Khaled Ibn Abdulaziz assume o trono.
1979	Ruptura com o Egito, após os Acordos de Camp David. Invasão da Mesquita de Meca por radicais islâmicos. Segundo choque do petróleo.
1981	Criação do Conselho de Cooperação do Golfo (CCG), do qual fazem parte, além da Arábia Saudita, Barein, Catar, Emirados Árabes Unidos, Kuaite e Omã.
1982	Morte de Khaled. O Príncipe Fahd Bin Abdulaziz assume o trono.
1990	Guerra do Golfo. O território saudita é atacado por mísseis iraquianos e é usado como plataforma para a invasão do território kuaitiano por tropas norte-americanas.
2001	Atentados de 11 de setembro nos Estados Unidos. Vários dos terroristas envolvidos possuíam nacionalidade saudita.
2002	O então Príncipe Herdeiro Abdullah al Saud lança a “Iniciativa Árabe de Paz” para o conflito israelo-palestino.
2005	Morte do Rei Fahd. O Príncipe Herdeiro Abdullah Bin Abdulziz Al Saud ascende ao trono.
2011	No contexto dos eventos da Primavera Árabe, tropas sauditas, sob o amparo do “Escudo da Península” do CCG, intervêm na crise política do Bareine (14 de março). Criação do Centro de Contraterrorismo da ONU - projeto de autoria saudita.

<b>Cronologia das Relações Bilaterais</b>	
1968	Estabelecimento das relações entre Brasil e Arábia Saudita.
1973	Em maio, quando voltava da cerimônia de posse de Juan Perón como Presidente da Argentina, o Chanceler da Arábia Saudita, Omar Al Sakkaf, passou pelo Rio de Janeiro e encontrou-se com o então Presidente da Petrobras, Gen Geisel, e com o futuro Chanceler Azevedo da Silveira.
1975	Brasil e Arábia Saudita assinam Acordo de Cooperação Econômica e Técnica.
1979	Em 12 de junho, o Ministro da Agricultura e Recursos Hídricos da Arábia Saudita, Abdul Rahman Aziz Alsheik, visita Brasília e discute com o Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Saraiva Guerreiro, sobre o interesse saudita em uma cooperação do Brasil no setor agrícola.
1982	Visitas à Arábia Saudita do Chanceler Ramiro Saraiva Guerreiro e do Ministro da Fazenda, Ernane Galveas.
1984	Assinatura do Protocolo sobre Cooperação Industrial-Militar. Visita ao Brasil do Príncipe Sultan Bin Abdul Aziz al Saud, Ministro da Defesa e da Aviação da Arábia Saudita.
1986	Transferência da Missão diplomática brasileira de Jedá para Riade. Visita à Arábia Saudita do Chanceler Roberto de Abreu Sodré.
1990	Em teste comparativo com outros blindados, o Osório, fabricado pela Engesa, venceu a concorrência para fornecimento de material militar ao Reino (1988). Com o início da Guerra do Golfo, em agosto de 1990, aliado à pressão política e diplomática norte-americana, as autoridades sauditas terminaram por se inclinar pelo tanque norte-americano Abrams AM-1. A Engesa, que já havia fabricado 300 carcaças do Osório, teve sua falência decretada alguns anos depois.
2000	Visita ao Brasil do então herdeiro do trono saudita, o Príncipe (hoje Rei) Abdullah Bin Abdul Aziz al Saud (setembro). Missão empresarial brasileira (outubro).
2002	Missão comercial brasileira (janeiro). Visita à Arábia Saudita do Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Osmar Chohfi.
2003	Visita à Arábia Saudita do Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Luiz Fernando Furlan (junho).
2005	Visita do Ministro de Estado das Relações Exteriores a Jedá e Riade (fevereiro). Participação de delegação saudita, chefiada pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, Príncipe Saud al Faisal Bin Abdul Aziz al Saud, na I Cúpula ASPA, em Brasília (maio). Missão comercial brasileira a Riade (novembro).

2006	Missão financeira brasileira à Arábia Saudita.
2007	Missão do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento à Arábia Saudita (novembro).
2008	Visita do Ministro de Estado das Relações Exteriores à Arábia Saudita (fevereiro). Visita ao Rio de Janeiro do Príncipe Nawaf Abdulaziz, Vice-Presidente do Youth Welfare e membro votante do Comitê Olímpico Internacional (COI). Participação do Ministro de Minas e Energia e do Presidente da Petrobras na Jedah Energy Meeting (junho).
2009	Visita do Presidente Lula a Riade (16 a 17 de maio). Primeira visita de um Chefe de Estado brasileiro à Arábia Saudita. Assinatura de diversos acordos bilaterais.
2010	Visita ao Brasil do Ministro da Agricultura do Reino da Arábia Saudita, Fahad Bin Abdulrahman Balghunaim, acompanhado de missão empresarial (3-6 de outubro). Visita do Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Miguel Jorge, a Riade, acompanhado de missão empresarial.
2011	O Ministro Edison Lobão, das Minas e Energia, viaja a Riade para participar de reunião do Foro Internacional de Energia (27 de fevereiro). O Embaixador Mohammed Kurdi encerra sua missão em Brasília (25 de novembro).
2012	Visita do Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando Pimentel, a Riade, acompanhado de missão empresarial. O Embaixador Hisham al Qahtani assume suas funções como representante saudita junto ao Governo brasileiro.
2013	Missão empresarial brasileira Ministério das Relações Exteriores (MRE), Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (APEX), Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), Confederação Nacional da Indústria (CNI), Consórcio Cooperativo Agropecuário Brasileiro (CCAB) a Jedá (fevereiro).

## ATOS BILATERAIS

Título	Data de Celebração	Vigência
Acordo Geral de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Arábia Saudita	16/05/2009	Em vigor
Acordo de Cooperação Econômica e Técnica	02/04/1975	Em vigor

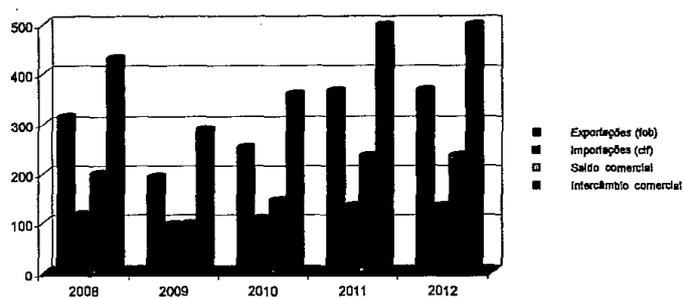
## DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

ARÁBIA SAUDITA: COMÉRCIO EXTERIOR  
US\$ bilhões

DESCRIÇÃO	2008	2009	2010	2011	2012 <sup>(1)</sup>
Exportações (fob)	313,5	192,3	251,1	364,7	365,5
Importações (cif)	115,1	95,6	106,9	131,6	131,4
Saldo comercial	198,3	96,8	144,3	233,1	234,1
Intercâmbio comercial	428,6	287,9	358,0	496,3	496,9

Elaborado pelo MRE-DPR-DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD ITC TradeMap June 2013

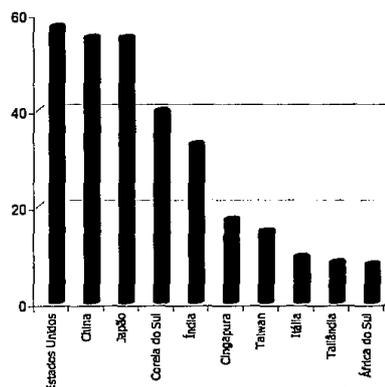
(1) A Arábia Saudita não informou suas estatísticas de comércio exterior à UNCTAD em 2012, portanto os dados foram obtidos por extrapolação ou seja pela informação dos parceiros.



Em 2012, o comércio exterior da Arábia Saudita aumentou 16% em relação a 2008, de US\$ 428,6 bilhões para US\$ 496,9 bilhões. No ranking do FMI de 2012, a Arábia Saudita figurou como o 20º principal mercado mundial, sendo o 16º principal exportador e o 31º importador.

**ARÁBIA SAUDITA : DIREÇÃO DAS EXPORTAÇÕES**  
US\$ bilhões

DESCRIÇÃO	2 0 1 2 <sup>(1)</sup>	% no total
Estados Unidos	57,3	15,7%
China	54,9	15,0%
Japão	54,8	15,0%
Coreia do Sul	39,7	10,9%
Índia	32,8	9,0%
Cingapura	17,2	4,7%
Taiwan	14,9	4,1%
Itália	9,6	2,6%
Tailândia	8,2	2,3%
África do Sul	7,9	2,2%
...		
<b>Brasil</b>	<b>3,19</b>	<b>0,9%</b>
<b>Subtotal</b>	<b>300,6</b>	<b>82,3%</b>
<b>Outros países</b>	<b>64,9</b>	<b>17,7%</b>
<b>Total</b>	<b>365,5</b>	<b>100,0%</b>



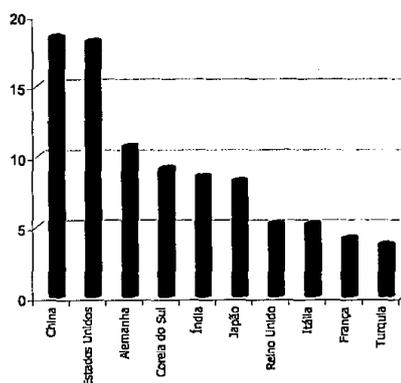
Elaborado pelo MRE-DPR-DIC - Direção de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD-ITC Trademap, June 2013

(1) A Arábia Saudita não informou suas estatísticas de comércio exterior à UNCTAD em 2012, portanto os dados foram obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.

As exportações sauditas são direcionadas, em grande parte, aos países membros da APEC, representando 72,3% do total de suas exportações em 2012, seguidas da União Europeia com 11,7%. Individualmente, os Estados Unidos foram o principal destino das exportações do país, com 15,7%. Seguiram-se China e Japão, com 15% do total, respectivamente, e Coreia do Sul com 10,9% do total. O Brasil foi o 44º comprador do país e absorveu 0,9% das vendas sauditas em 2012.

### ARÁBIA SAUDITA : ORIGEM DAS IMPORTAÇÕES US\$ bilhões

DESCRIÇÃO	2 0 1 2 <sup>(1)</sup>	% no total
China	18,44	14,0%
Estados Unidos	18,12	13,8%
Alemanha	10,64	8,1%
Coreia do Sul	9,11	6,9%
Índia	8,55	6,5%
Japão	8,23	6,3%
Reino Unido	5,17	3,9%
Itália	5,13	3,9%
França	4,14	3,1%
Turquia	3,68	2,8%
<b>Brasil</b>	<b>3,00</b>	<b>2,3%</b>
<b>Subtotal</b>	<b>94,20</b>	<b>71,7%</b>
<b>Outros países</b>	<b>37,17</b>	<b>28,3%</b>
<b>Total</b>	<b>131,37</b>	<b>100,0%</b>



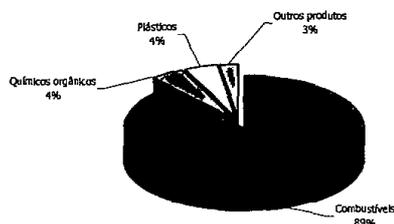
Elaborado pelo MRE/DPF/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC/Trademap, Junho 2013.

(1) A Arábia Saudita não informou suas estatísticas de comércio exterior à UNCTAD em 2012, portanto os dados foram obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.

Os países membros da APEC foram os principais fornecedores de bens ao mercado saudita em 2012, representando 52,3% do total das compras do país, seguidos da União Europeia, com 29,6%. Individualmente, a China abasteceu 14% do mercado consumidor saudita, seguido dos Estados Unidos, com 13,8%; Alemanha com 8,1%; e Coreia do Sul, com 6,9%. O Brasil foi 11º principal exportador para a Arábia Saudita, participando com 2,3% do total das compras sauditas.

### ARÁBIA SAUDITA : COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES US\$ bilhões

DESCRIÇÃO	2 0 1 2 <sup>(1)</sup>	% no total
Combustíveis	323,69	88,6%
Químicos orgânicos	16,40	4,5%
Plásticos	16,06	4,4%
<b>Subtotal</b>	<b>356,15</b>	<b>97,4%</b>
<b>Outros produtos</b>	<b>9,34</b>	<b>2,6%</b>
<b>Total</b>	<b>365,50</b>	<b>100,0%</b>



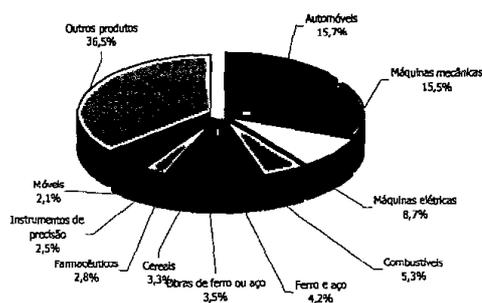
Elaborado pelo MRE/DPF/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC/Trademap, Junho 2013.

(1) A Arábia Saudita não informou suas estatísticas de comércio exterior à UNCTAD em 2012, portanto os dados foram obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.

Os combustíveis (óleos brutos de petróleo, óleos de petróleo refinados e gases de petróleo) são os principais itens da pauta exportadora saudita. Em 2012 responderam por 88,6% do total, seguido de produtos químicos orgânicos (4,5%) e plásticos (4,4%).

**ARÁBIA SAUDITA : COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES**  
US\$ bilhões

DESCRIÇÃO	2012 <sup>(1)</sup>	% no total
Automóveis	20,64	15,7%
Máquinas mecânicas	20,31	15,5%
Máquinas elétricas	11,43	8,7%
Combustíveis	6,97	5,3%
Ferro e aço	5,51	4,2%
Obras de ferro ou aço	4,57	3,5%
Cereais	4,35	3,3%
Farmacêuticos	3,62	2,8%
Instrumentos de precisão	3,25	2,5%
Móveis	2,80	2,1%
<b>Subtotal</b>	<b>83,44</b>	<b>63,5%</b>
<b>Outros produtos</b>	<b>47,92</b>	<b>36,5%</b>
<b>Total</b>	<b>131,37</b>	<b>100,0%</b>



Elaborado pelo MTE-DFR-DIC. Divisão de Intelectos Comerciais, com base em dados da UNCTAD-ITC. Trade map, June 2013

(1): A Arábia Saudita não informou suas estatísticas de comércio exterior à UNCTAD em 2012, portanto os dados foram obtidos por extrapolação ou baseados em informações disponíveis.

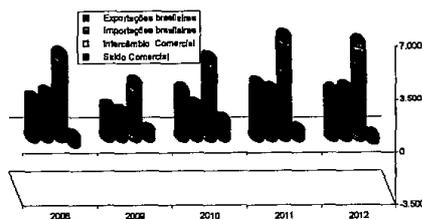
A pauta de importações da Arábia Saudita apresentou concentração em três grupos de produtos manufaturados, que responderam por 40% da pauta em 2012. São eles: automóveis - veículos automotivos, tratores e peças mecânicas - (15,7%), máquinas mecânicas - turborreatores, torneiras, válvulas para canalizações, caldeiras, reservatórios, cubas, aparelhos e dispositivos para tratamento de matérias por meio de operações que impliquem mudança de temperatura, tais como aquecimento, cozimento, torrefação, dentre outras, aquecedores de água não elétricos, bombas de ar ou de vácuo, compressores de ar ou de outros gases e ventiladores; coifas aspirantes para extração ou reciclagem - (15,5%), e máquinas elétricas - aparelhos telefônicos, incluídos os telefones celulares - (8,7%).

**BRASIL-ARÁBIA SAUDITA: EVOLUÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL**  
US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2008	2009	2010	2011	2012	2012 (jan-jun)	2013 (jan-jun)
<b>Exportações brasileiras</b>	<b>2.564</b>	<b>1.953</b>	<b>3.099</b>	<b>3.476</b>	<b>3.000</b>	<b>1.436</b>	<b>1.466</b>
Variação em relação ao ano anterior	73,4%	-23,8%	58,7%	12,2%	-13,7%	-14,5%	2,1%
<b>Importações brasileiras</b>	<b>2.910</b>	<b>1.597</b>	<b>2.059</b>	<b>3.093</b>	<b>3.197</b>	<b>1.456</b>	<b>1.798</b>
Variação em relação ao ano anterior	70,3%	-45,1%	28,9%	50,2%	3,4%	-4,1%	23,5%
<b>Intercâmbio Comercial</b>	<b>5.474</b>	<b>3.550</b>	<b>5.158</b>	<b>6.569</b>	<b>6.197</b>	<b>2.892</b>	<b>3.264</b>
Variação em relação ao ano anterior	71,8%	-35,1%	45,3%	27,4%	-5,7%	-9,6%	12,9%
<b>Saldo Comercial</b>	<b>-347</b>	<b>355</b>	<b>1.040</b>	<b>383</b>	<b>-197</b>	<b>-20</b>	<b>-333</b>

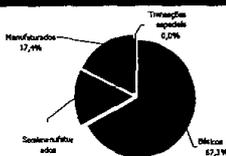
Elaborado pelo INZ, CFB/INZ. Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alexnet  
(\*) Valores iguais ou superiores a 1.000\*

A Arábia Saudita foi a 16ª principal parceira comercial brasileira em 2012, com participação de 1,33% no total. Entre 2008 e 2012, o intercâmbio comercial brasileiro com o país cresceu 13%, passando de US\$ 5,47 bilhões, para US\$ 6,2 bilhões. As exportações cresceram 17% e as importações 10%. O saldo da balança comercial, favorável ao Brasil entre 2009 e 2011, apresentou déficit para o Brasil em 2008 e 2012. O saldo negativo em 2012 foi de US\$ 197 milhões.



**BRASIL-ARÁBIA SAUDITA : EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES, POR FATOR AGREGADO**  
US\$ bilhões, fob - 2 0 1 2

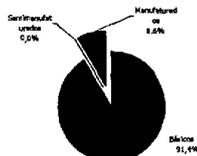
DESCRIÇÃO	EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS	
	VALOR	PART. %
Básicos	2.019	67,3%
Seminanufaturados	458	15,3%
Manufaturados	524	17,4%
Transações especiais	0	0,0%
<b>Total</b>	<b>3.000</b>	<b>100,0%</b>



As exportações brasileiras para a Arábia Saudita são compostas, em sua maior parte, por produtos básicos, que representaram 67,3% das vendas em 2012, com destaque para carnes. Seguiram-se os manufaturados, com 17,4%, com destaque para açúcar refinado e máquinas mecânicas, e os produtos semimanufaturados, com 15,3%, com destaque para outros aglicanos de cana.

Elaborado pelo INZ, CFB/INZ. Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alexnet

DESCRIÇÃO	IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS	
	VALOR	PART. %
Básicos	2.918	91,3%
Seminanufaturados	0	0,0%
Manufaturados	275	8,6%
Transações especiais	---	---
<b>Total</b>	<b>3.197</b>	<b>100,0%</b>



Pelo lado das importações, os produtos básicos: óleos brutos de petróleo, responderam por 91,3% da pauta em 2012.

Elaborado pelo INZ, CFB/INZ. Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alexnet

**BRASIL-ARÁBIA SAUDITA : COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS**  
 US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2010	2011	2012		Exportações brasileiras para a Arábia Saudita, 2012
			Valor	% no total	
Carnes	1.040	1.339	1.357	45,2%	
Açúcar	573	659	592	19,7%	
Minérios	847	791	268	8,9%	
Cereais	167	138	249	8,3%	
Sementes/grãos	54	167	126	4,2%	
Máquinas mecânicas	69	97	119	4,0%	
Aviões	127	35	52	1,7%	
Madeira	18	26	32	1,1%	
Ferro e aço	25	38	31	1,0%	
Automóveis	8	10	21	0,7%	
<b>Subtotal</b>	<b>2.928</b>	<b>3.300</b>	<b>2.848</b>	<b>94,9%</b>	
<b>Outros produtos</b>	<b>171</b>	<b>176</b>	<b>152</b>	<b>5,1%</b>	
<b>Total</b>	<b>3.099</b>	<b>3.476</b>	<b>3.000</b>	<b>100,0%</b>	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Direção de Intercâmbio Comercial, com base em dados do MDIC/SCE/AR/Saudita

Carnes (carnes, pedaços e miudezas de frango e carnes bovínas), foram os principais produtos brasileiros exportados para a Arábia Saudita em 2012, participando com 45,2% do total. Seguiram-se açúcar (açúcares de cana e açúcar refinado) com 19,7%; minérios (minério de ferro e bauxita calcinada) com 8,9%; e cereais (milho e trigo) com 8,3%.

**BRASIL-ARÁBIA SAUDITA : COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS**  
 US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2010	2011	2012		Imports bras originárias da Arábia Saudita, 2012
			Valor	% no total	
Combustíveis	1.975	2.942	3.062	95,8%	
Plásticos	66	96	72	2,3%	
<b>Subtotal</b>	<b>2.041</b>	<b>3.038</b>	<b>3.134</b>	<b>98,0%</b>	
<b>Outros produtos</b>	<b>18</b>	<b>55</b>	<b>62</b>	<b>2,0%</b>	
<b>Total</b>	<b>2.059</b>	<b>3.093</b>	<b>3.197</b>	<b>100,0%</b>	

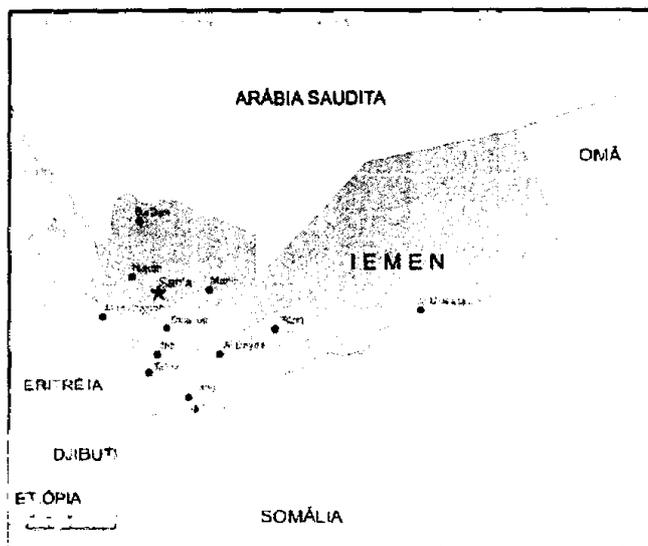
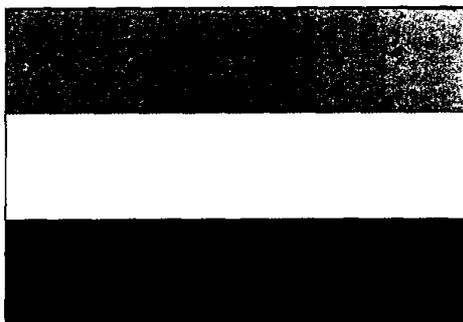
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Direção de Intercâmbio Comercial, com base em dados do MDIC/SCE/AR/Saudita

As importações brasileiras originárias da Arábia Saudita concentraram-se em óleos brutos de petróleo, naftas para petroquímica e querosenes de aviação, que representaram 95,8% das compras brasileiras originárias da Arábia Saudita, em 2012.

**BRASIL-ARÁBIA SAUDITA : COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL**  
 US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2012 (jan-jun)	2013(jan-jun)		Exports. Bras. para a Arábia Saudita em 2013(jan-jun)
		Valor	% no total	
<b>Exportações</b>				
Carnes	639	751	51,2%	
Açúcar	311	272	18,6%	
Sementes/grãos	90	137	9,4%	
Minérios	169	101	6,9%	
Cereais	44	75	5,1%	
<b>Subtotal</b>	<b>1.253</b>	<b>1.335</b>	<b>91,1%</b>	
<b>Outros produtos</b>	<b>183</b>	<b>130</b>	<b>8,9%</b>	
<b>Total</b>	<b>1.436</b>	<b>1.466</b>	<b>100,0%</b>	
<b>Importações</b>				
Combustíveis	1.386	1.739	96,7%	
Plásticos	35	39	2,2%	
<b>Subtotal</b>	<b>1.421</b>	<b>1.778</b>	<b>98,9%</b>	
<b>Outros produtos</b>	<b>35</b>	<b>20</b>	<b>1,1%</b>	
<b>Total</b>	<b>1.456</b>	<b>1.798</b>	<b>100,0%</b>	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Direção de Intercâmbio Comercial, com base em dados do MDIC/SCE/AR/Saudita

**MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES****REPÚBLICA DO IÊMEN**

**Informação para o Senado Federal  
OSTENSIVO  
Julho de 2013**

<b>DADOS BÁSICOS</b>
----------------------

<b>NOME OFICIAL:</b>	República do Iêmen
<b>CAPITAL:</b>	Sanaa
<b>ÁREA:</b>	527.968 km <sup>2</sup>
<b>POPULAÇÃO (2012):</b>	25,4 milhões de habitantes
<b>IDIOMA OFICIAL:</b>	Árabe
<b>RELIGIÃO OFICIAL:</b>	Islamismo (xiitas 47%, sunitas 53%.)
<b>SISTEMA DE GOVERNO:</b>	República parlamentarista
<b>CHEFE DE ESTADO:</b>	Presidente Abd Rabbu Mansour al Hadi
<b>CHEFE DE GOVERNO:</b>	Primeiro-Ministro Mohammed Salim Basindwa
<b>MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS:</b>	Abu Bakr al Qirbi
<b>PIB (2012):</b>	US\$ 42 bilhões
<b>PIB PPP (2012):</b>	US\$ 68,1 bilhões
<b>PIB PER CAPITA (2012):</b>	US\$ 1.680
<b>PIB PPP PER CAPITA (2012):</b>	US\$ 2.682
<b>VARIAÇÃO DO PIB:</b>	-10,5%
<b>IDH (ÍNDICE DE DESENV. HUMANO) 2012:</b>	0,458 (159ª posição entre 185 países)
<b>EXPECTATIVA DE VIDA:</b>	63,2 anos
<b>ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO:</b>	63,9%
<b>ÍNDICE DE DESEMPREGO:</b>	35%
<b>UNIDADE MONETÁRIA:</b>	Rial iemenita (YR)
<b>EMBAIXADOR IEMENITA JUNTO AO GOVERNO BRASILEIRO (RESIDENTE EM CUBA):</b>	Ahmed Ali Kalaz
<b>EMBAIXADOR BRASILEIRO JUNTO AO GOVERNO IEMENITA (RESIDENTE NA ARÁBIA SAUDITA):</b>	Sergio Luiz Canaes

**INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-IÊMEN (US\$ milhões)**

Brasil-Iêmen	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013 (jan-mar)
<b>Intercâmbio</b>	117	179	279	162	214	365	416	307	425	91
<b>Exportações</b>	117	179	279	162	214	365	416	307	425	91
<b>Importações</b>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Saldo</b>	117	179	279	162	214	365	416	307	425	91

Fonte: MDIC

## PERFIS BIOGRÁFICOS

### PRESIDENTE ABD RABBUH MANSOUR AL-HADI

Nasceu em 1945 na cidade de Zkin, província de Abyan. Graduou-se, em 1964, na Escola do Exército do então Protetorado de Aden e, em seguida, foi enviado para a Grã-Bretanha para curso de aperfeiçoamento militar. Deslocou-se para o Cairo, onde se especializou em guerra de blindados na academia militar local.

Abd Al-Hadi entrou para o Exército do Iêmen do Sul em 1970 e, em 1972, foi membro da Comissão de Cessar-Fogo durante a guerra entre o Iêmen do Norte e o do Sul.

Após curso de especialização em liderança militar na antiga URSS (1976), tornou-se diretor da Escola de Blindados, membro do Estado-Maior do Corpo de Blindados e membro do Corpo Docente da Escola de Guerra. Tal currículo o alçou à posição de um dos comandantes militares mais importantes do Iêmen.

Em 1983, foi nomeado chefe do comitê de negociações para compra de armamento soviético. Após a renúncia de Ali Salim al-Beidh, foi nomeado Vice-Presidente do Iêmen pelo então Presidente Ali Abdullah Saleh, em 3 de outubro de 1994. Exerceu, ainda, o cargo de Ministro da Defesa.

Em 4 de junho de 2011, foi nomeado Presidente interino depois que Ali Abdullah Saleh foi ferido em atentado terrorista contra o palácio presidencial durante o levante iemenita, manifestação popular que exigia a renúncia do então Chefe de Estado.

Foi escolhido Presidente da República, em eleições que tiveram candidato único, realizadas em 21 de fevereiro de 2012.

### CHEFE DE GOVERNO

#### O PRIMEIRO MINISTRO MOHAMMED SALIM BASINDWA

Nasceu em janeiro de 1935, na província de Áden (sul do Iêmen). Foi ativista político e integrou as frentes populares contra o colonialismo britânico e chegou a ser membro do Partido Socialista, quando de sua fundação em 1962.

Anos mais tarde, transferiu-se para a República Árabe do Iêmen (RAI - Iêmen do Norte), onde ocupou o cargo de Ministro dos Assuntos Sociais, Trabalho e Juventude, no governo do ex-Presidente Ibrahim Al-Hamadi.

Em 1976, foi nomeado Ministro do Desenvolvimento e presidente da Organização de Planejamento Central no governo dos presidentes Al-Ghashmi e Ali Abdullah Saleh, durante o primeiro mandato deste último.

Em 1978, nomeado Ministro da Informação e Cultura pelo ex-presidente Al-Ghashmi. Após a unificação, em 1993 e 1994, foi Ministro do Exterior da República do Iêmen.

Foi membro do Congresso Geral do Povo, partido do ex-presidente Ali Abdullah Saleh, até 2006. Nesse mesmo ano, aderiu à oposição na qualidade de independente.

Em 27 de novembro de 2011, foi nomeado Primeiro-Ministro pelo então Vice-Presidente Abd Rabbuh Mansur Al Hadi, hoje Chefe de Estado.

#### MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

ABU BAKR ABDULLAH AL QIRBI

Nasceu na ~~província de~~ Al-Bayda, em 1942. É casado e tem dois filhos. Formou-se em Medicina pela University of Edinburgh, em 1968.

Foi um dos fundadores do Congresso Geral do Povo, principal agremiação política iemenita, sendo membro de seu Comitê Geral desde 1992 e diretor de seu Departamento Político desde 2000.

De 1979 a 1983, foi reitor no Colégio de Ciências de Sanaa. De 1982 a 1993, exerceu a mesma função no Colégio de Medicina do Iêmen, ocupando a vice-reitoria da Universidade de Sanaa, no mesmo período. Entre 1993 a 1994, desempenhou as funções de Ministro da Educação.

Desde 4 de abril de 2001, é Ministro de Negócios Estrangeiros.

#### RELAÇÕES BILATERAIS

Antes de 1990, o Brasil manteve relações diplomáticas tanto com a República Árabe do Iêmen (nossa representação em Sanaa, criada pelo Decreto Presidencial nº 89.912, de 04 de julho de 1984, era cumulativa com a Embaixada do Brasil em Riade) quanto com a República Democrática Popular do Iêmen (sendo nossa representação em Aden, criada pelo Decreto nº 89.913, de 04 de julho de 1984, cumulativa com a Embaixada do Brasil no Kuaite). Com a fusão das duas repúblicas e a consequente criação da República do Iêmen em maio de 1990, o Governo brasileiro optou pela Embaixada em Riade como a responsável por nossos assuntos junto a Sanaa.

Na área econômico-comercial, o intercâmbio bilateral floresce de maneira apreciável, com superávits históricos e crescentes para o Brasil, com exceção do ano de 2011, quando, como consequência dos eventos da Primavera Árabe no Iêmen, as vendas brasileiras caíram aproximadamente 30% em relação a 2010. Há evidências de que o Iêmen importa maiores quantidades de produtos brasileiros do que o registrado na balança bilateral. Esses produtos seriam fornecidos por outros países por meio de triangulação.

O Brasil não dispõe de Embaixada residente em Sanaa e tampouco de consulados honorários no país. Não há registro de cidadãos brasileiros ora residentes no Iêmen (primeiro trimestre de 2013). No Brasil, residem em caráter permanente oito cidadãos iemenitas e, em caráter temporário, cinco, segundo informações da Polícia Federal.

Desde maio de 2012, o Brasil integra o mecanismo "Amigos do Iêmen", tendo participado das reuniões realizadas em maio e setembro de 2012 e em março de 2013. O mecanismo, que congrega cerca de cinquenta países, objetiva angariar apoio internacional para ajudar o país a enfrentar os múltiplos desafios que enfrenta nos setores econômico, político, financeiro e de segurança.

O Brasil, contudo, encontra dificuldades para efetuar doações em numerário, pois trabalha preferencialmente como prestador de cooperação técnica. Nesse sentido, proposta de acordo-quadro de cooperação técnica já foi apresentada ao governo de Sanaa, mas, até o momento, Brasília aguarda resposta para avançar projetos de cooperação, em especial no setor agrícola.

Durante a crise política iemenita, o Governo brasileiro emitiu duas notas à imprensa, as de nº 31 (de 28/1/2011) e 108 (de 18/3/2011), cujos trechos transcrevo a seguir:

“Nota nº 31.

O Governo brasileiro acompanha com atenção o desenrolar dos acontecimentos no Egito, na Tunísia e no Iêmen.

O Governo brasileiro expressa sua expectativa de que as nações amigas encontrarão o caminho de uma evolução política capaz de atender às aspirações da população em ambiente pacífico e sem interferências externas, de modo a dar suporte ao desenvolvimento econômico e social em curso.

O Brasil e os países da América do Sul desenvolvem cooperação crescente com os países árabes. Em 16 de fevereiro, em Lima, terá lugar a III Cúpula América do Sul - Países Árabes (ASPA). Será uma oportunidade de renovação do diálogo com lideranças da região.

O Egito é um importante parceiro do Mercosul (em 2010, foi assinado acordo de livre comércio). O bloco tem ampliado seu relacionamento com os países árabes, como se verifica nas negociações em curso com Jordânia, Síria e Palestina.”

“Nota nº 108

O Governo brasileiro manifesta grande preocupação com os episódios de violência registrados hoje no Iêmen, em que choques ocorridos durante manifestações resultaram em dezenas de vítimas fatais e centenas de feridos.

O Governo brasileiro reitera o repúdio ao uso de violência contra manifestantes pacíficos e conclama o Governo e a oposição iemenitas a se engajarem em diálogo com vistas a uma solução negociada para a crise.”

#### POLÍTICA INTERNA

O Iêmen, por ser um país de baixo PIB, populoso e republicano, representa exceção na Península Árábica, região dominada por formações estatais adeptas de regimes monárquicos absolutistas e detentoras de

abundantes jazidas de hidrocarbonetos. Em 1990, o país foi unificado e se tornou uma democracia representativa, sob regime multipartidário, ainda que de forma frágil, pois a nação enfrenta graves problemas, como alto índice de desemprego, incapacidade do Estado de exercer seu poder de polícia e soberania fora das principais cidades e a atuação de movimentos secessionistas ao sul do país.

A Primavera Árabe motivou onda de manifestações no Iêmen a partir de janeiro de 2011, originalmente voltada a protestar contra os problemas crônicos do país e a proposta governamental de reforma da Constituição. Pouco a pouco, a exemplo do que aconteceu em outras nações do Mundo Árabe, os protestos passaram a demandar a renúncia do Chefe de Estado do país, no caso o Presidente Ali Abdullah Saleh, então há 32 anos no poder.

No dia 2 de março de 2011, ocorreu a primeira grande concentração de manifestantes nas ruas de Sanaa pedindo a renúncia do Presidente. Novas manifestações tiveram lugar nas cidades de Seyón, Mukalla, Shahr e Gail Bawazir, com a participação de estudantes secundários, universitários e integrantes do governo e do setor privado.

Em 18 de março de 2011, ocorreu o mais grave incidente na onda iemenita de protestos. Choques entre manifestantes pró e contra Saleh, no centro da capital, provocaram mais de 40 mortes e centenas de feridos. A oposição acusou o Governo de ter disparado nos manifestantes, por meio de agentes à paisana e franco-atiradores, alegações essas refutadas terminantemente pelo então Chefe de Estado.

No dia 21 de março, dezenas de altos funcionários, embaixadores e membros do partido governista deixaram seus cargos em protesto contra a violência do dia 18. Vários comandantes militares, sob a liderança do General Ali Mohsen, passaram para a oposição ao Presidente. O referido General deu ordens para que tropas sob seu comando protegessem os manifestantes contra eventual violência da parte das forças de segurança leais ao Presidente iemenita. Paralelamente, o Governo central iemenita passou a perder de modo paulatino, desde princípios de abril de 2011, o controle em muitas províncias, como Saada, Jawf, Abyan e Shabwa, para grupos rivais, como os rebeldes houthis (tribo xiita) e a Al Qaeda, que declarou emirado islâmico a província de Abyan.

Sob forte pressão dos países do Conselho de Cooperação do Golfo (CCG), Saleh acabou por aceitar, no final de 2011, a fórmula de transição política apresentada por aquele agrupamento para a crise do Iêmen. Com isso, em 21 fevereiro de 2012 realizaram-se eleições presidenciais na república, para mandato-tampão de 2 anos. Os principais partidos de oposição e a agremiação governista propuseram a candidatura de consenso do Vice-Presidente Abd Hadi, que foi eleito com 99,8% dos votos, embora a abstenção tenha atingido aproximadamente 30% dos 10 milhões de votantes.

A deterioração do quadro político no Iêmen, durante a onda de protestos relacionada à Primavera Árabe, inquietava os principais parceiros árabes e ocidentais do Iêmen por temor de que o colapso caótico da ordem política do país mais pobre da Península Arábica enviasse ondas de choque para outros países do Mundo Árabe, o que, graças ao processo de transição política adotado, acabou por não ocorrer de forma significativa até o momento.

Não obstante, a ação da Al Qaeda no Iêmen e o sempre presente risco de secessão do sul do país (antiga República Popular Democrática do Iêmen) apresentam-se como fatores adicionais de indefinição sobre os acontecimentos em curso nos demais países da região.

Com a saída de Saleh do poder, as manifestações populares perderam parte de seu ímpeto e passaram a se direcionar para demandas relacionadas ao gravíssimo quadro socioeconômico do Iêmen.

#### ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

No plano econômico, os principais problemas a afetar a economia iemenita são: tensões políticas internas; controle insuficiente do Governo sobre o conjunto do território iemenita; limitada capacidade administrativa; corrupção; inflação; desemprego; alto crescimento populacional (taxa de crescimento de 3,7%, das mais altas do mundo); e falta de confiança para investimentos.

Petróleo e agricultura são os dois suportes principais da economia do Iêmen. O petróleo geralmente responde por aproximadamente 80% dos ganhos com exportação e perto de 70% da receita do governo. Esta dependência deixa as contas externas e fiscais do Iêmen altamente vulneráveis às flutuações no preço internacional do petróleo. Entretanto, as reservas de hidrocarbonetos do país são, para os padrões do Golfo, relativamente limitadas, com a produção de petróleo iemenita permanecendo em somente 460.000 barris por dia (BPD). O petróleo é encontrado no norte e no sul do país. Masila - até o presente, o maior campo de produção do país - está localizado no sul, enquanto Marib, o segundo maior campo, está localizado no norte.

Enquanto o setor de petróleo domina a exportação do país, a agricultura é o suporte principal da economia interna, empregando a maioria da mão-de-obra do Iêmen. O Banco Mundial estima que mais da metade da população economicamente ativa do Iêmen trabalhe neste setor. Tal situação está, no entanto, ameaçada pelos altos níveis de extração de água nas áreas rurais. Além disso, o aumento da demanda urbana por água tem ameaçado seriamente os aquíferos do Iêmen nos anos recentes.

O combate à pobreza (16% da população ganha menos de US\$ 30 por mês; 47%, conta mensalmente com menos de US\$ 60), no qual o Governo

iemenita se acha engajado, visa sobretudo a reverter a queda do produto nacional e, por extensão, das taxas de crescimento econômico; o alto crescimento populacional; o fraco desempenho nas áreas dos recursos primários e da infraestrutura; e o baixo nível de proteção social, em termos de escolaridade, saúde e segurança social. Neste sentido, os objetivos do país incluem maior desenvolvimento econômico, criação de empregos, melhores serviços básicos e segurança social efetiva para o pobre, sob uma administração pública eficiente e honesta. Neste plano, o setor privado teria especial responsabilidade.

Segundo o Banco Mundial, 42% da população vive ainda abaixo da linha da pobreza; o analfabetismo atinge 50% e o desemprego está acima de 30%.

Para criar condições mais favoráveis para o desenvolvimento econômico e social, o país precisaria de, segundo analistas da cena iemenita: estabilidade interna; consolidação das relações externas; controle populacional e expansão da educação para beneficiar toda a população, independentemente do sexo; criação de condições favoráveis para o investimento; e favorecimento, no curto prazo, da emigração de mão-de-obra.

Ainda no curto prazo, as prioridades recairiam, ao mesmo tempo, na estabilização, segurança e reforma do país e, por extensão, na criação de condições para o investimento estrangeiro. Com a estabilidade do país, aumentaria o potencial para que os países estrangeiros mantenham a assistência financeira ao país, essencial para o combate à pobreza.

Segundo dados do Programa Mundial de Alimentos (PMA), o Iêmen é o décimo país com maior insegurança alimentar, problema que foi agravado com as inundações de 2008 e com o início da Primavera Árabe no país. Além de seus próprios problemas, o Iêmen tem que abrigar 160.000 somalis, refugiados da guerra civil que assola o país do Chifre da África.

Em 2010, o Iêmen concluiu acordo de reestruturação de sua dívida com o FMI, tendo recebido crédito de US\$ 369,8 milhões a fim de apoiar programa de reforma econômica do país. De acordo com o FMI, o Iêmen enfrenta toda uma série de dificuldades devido à sua grande dependência do petróleo, à pobreza e à falta de água, e o programa de reforma econômica em pauta visa a permitir um crescimento econômico sustentável e reduzir a pobreza no país. O centro do programa de ajuste está na reorientação da política fiscal baseada em déficits "insustentáveis" complementada por uma "reforma tributária que aumente a base de arrecadação". Posteriormente, segundo o Fundo, far-se-á necessária a formulação de uma agenda de ampla reforma estrutural no país.

Resumidamente, o foco do programa iemenita envolve: a) aceleração do crescimento de setores não ligados a hidrocarbonetos, enquanto se mantém a inflação estável; b) combinação de ajuste fiscal com remanejamento dos gastos públicos; c) viabilização de política tarifária impulsionadora de setores não ligados a hidrocarbonetos; d) manutenção de reservas internacionais adequadas; e) criação de clima mais atrativo a negócios no país.

## ANEXOS

<b>Cronologia Histórica</b>	
1839	A Grã-Bretanha ocupa o porto de Aden.
1918	Com a derrota do Império Otomano na Primeira Guerra Mundial, cessa o controle dos turcos sobre o restante do território iemenita. Surge o Reino Mutawakelita do Iêmen.
1937	Aden adquire o <i>status</i> de Colônia da Coroa Britânica.
1945	O Reino do Iêmen (que ocupa apenas parte do atual Iêmen) ingressa na Liga dos Estados Árabes.
1947	O Reino do Iêmen é admitido como membro da ONU.
1962	O último rei do Iêmen é derrubado e é proclamada a República Árabe do Iêmen, no território conhecido como Iêmen do Norte, fortemente influenciada pelo Egito de Gamal Abdel Nasser.
1967	Sublevação marxisto-nacionalista força os britânicos a abandonarem a colônia de Aden. Surge a República Popular Democrática do Iêmen, consolidada em 1969.
1979	Guerra entre o Iêmen do Norte e o Iêmen do Sul.
1982	Descoberta de petróleo no território iemenita.
1988	Começam as negociações para a unificação dos dois Iêmens.
1990	Unificação da República Árabe do Iêmen (Iêmen do Norte) e da República Popular Democrática do Iêmen (Iêmen do Sul): surge a atual República do Iêmen, sob o comando do presidente Ali Abdullah Saleh. O Iêmen se alinha diplomaticamente com o Iraque, durante a Primeira Guerra do Golfo (1990-91); em represália, outros países árabes aliados do Kuaite expulsam cidadãos iemenitas de seu território. Assim, mais de um milhão de iemenitas são forçados a deixar a Arábia Saudita e a voltar ao Iêmen.
1994	Forças militares do antigo Iêmen do Norte tentam reverter a unificação do país. Nova guerra civil, que termina com a manutenção da unidade nacional.
2000	Atentado perpetrado pela Al Qaeda contra o vaso-de-guerra norte-americano <i>Cole</i> , no porto de Aden.
2011	Os eventos da Primavera Árabe chegam ao Iêmen. O Presidente Ali Abdullah Saleh é vítima de atentado terrorista e se afasta da presidência por razões de convalescência. O Vice-Presidente Abd Hadi assume o poder transitoriamente. Os países do Conselho de Cooperação do Golfo (CCG) propõem plano de transição política ao Governo Saleh.
2012	Saleh aceita o plano de transição do CCG e deixa a chefia de Estado após 32 anos no poder. O Vice-Presidente Abd Rabbu Mansour Hadi é eleito Presidente como candidato único com 99% dos votos, para mandato-tampão de 2 anos.

<b>Cronologia das Relações Bilaterais</b>	
1880	A corveta-encouraçada Vital de Oliveira, então navio-escola da Marinha brasileira, visita o porto de Aden, à época colônia britânica, em escala da primeira viagem de circunavegação da Marinha brasileira (14-19 de abril).
1890	O cruzador Almirante Barroso, então navio-escola da Marinha brasileira, visita o porto de Aden, à época colônia britânica, em escala de viagem de circunavegação (5-8 de março).
1984	Em Nova York, à margem de encontro da ONU, o Brasil estabelece relações diplomáticas com a República Árabe do Iêmen e com a República Popular Democrática do Iêmen (7 de maio).
1984	Pelo Decreto nº 89.912 de 4 de julho, fica criada a Embaixada do Brasil na República Árabe do Iêmen, cumulativa com a Arábia Saudita.
1990	Fusão das duas Repúblicas na República do Iêmen (22 de maio). A Embaixada do Brasil em Riade passa a acumular as funções de representação do Brasil na nova República do Iêmen.
1996	O Embaixador do Brasil na Arábia Saudita, Sérgio Thompson Flores, apresenta suas credenciais junto ao governo do Iêmen, como Embaixador não-residente.
1999	Abdalla Saleh Al-Ashtal, chefe da missão permanente da República do Iêmen na ONU, Embaixador não-residente do Iêmen no Brasil, visitou o Rio de Janeiro e Brasília (março).
2004	Ahmed Amin Mohamed Zaidan, Embaixador da República do Iêmen em Havana, apresenta ao Presidente Luis Inácio Lula da Silva suas cartas credencias como Embaixador não-residente no Brasil (setembro).
2004	Início das negociações para a assinatura do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre Brasil e Iêmen (novembro).
2005	Governo iemenita manifesta sua intenção de inaugurar Missão diplomática em Brasília (abril). Interrompidas as negociações do acordo Básico de Cooperação Técnica entre Brasil e Iêmen (novembro).
2006	O então Ministro iemenita da Água e do Meio Ambiente, Abdul Rahman Al-Eryani, participou da convenção sobre a diversidade Biológica em Curitiba (março).
2008	O Embaixador Sérgio Canaes apresentou suas cartas credenciais ao então Presidente Ali Abdullah Saleh, na qualidade de Embaixador não-residente em Sanaa, cumulativamente com Riade (14 de agosto).
2010	O Embaixador Ahmed Ali Kalaz apresentou suas cartas credenciais ao então Presidente Lula, na qualidade de Embaixador não-residente, cumulativamente com Havana.
2012	O Embaixador Fernando Marroni de Abreu, na qualidade de

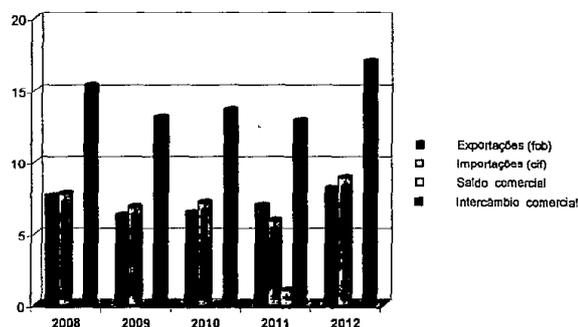
	diretor designado da Agência Brasileira de Cooperação, participa em Riade da III Reunião Ministerial do agrupamento "Amigos do Iêmen", em representação do Ministério das Relações Exteriores (23 de maio).
	O Ministro iemenita da Água e do Meio Ambiente, Abdou Razaz Saleh, chefia a delegação de seu país à Conferência Rio+20 (20-24 de junho), no Rio de Janeiro.
	O Brasil participa do encontro ministerial do grupo "Amigos do Iêmen", em Nova York, em 27 de setembro.
	A ganhadora do Prêmio Nobel da Paz, a iemenita Tawakkol Karman, é recebida em audiência pela Presidenta Dilma Rousseff, em Brasília (7 de novembro).
2013	O Brasil participa de novo encontro ministerial do mecanismo "Amigos do Iêmen", em Londres (março).

**IÊMEN: COMÉRCIO EXTERIOR**  
US\$ bilhões

DESCRIÇÃO	2008	2009	2010	2011	2012 <sup>(1)</sup>
Exportações (fob)	7,58	6,26	6,44	6,95	8,12
Importações (cif)	7,77	6,84	7,17	5,91	8,86
Saldo comercial	-0,18	-0,58	-0,73	1,04	-0,74
Intercâmbio comercial	15,35	13,10	13,61	12,86	16,98

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC/COMTRADE/TradeMap, July 2013.*

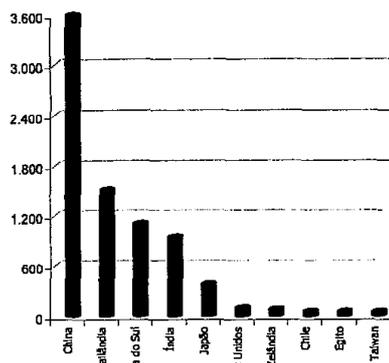
*(1) O Iêmen não informou suas estatísticas de comércio exterior à UNCTAD, portanto os dados foram obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.*



O comércio exterior do Iêmen apresentou, em 2012, variação de 11% em relação a 2008, de US\$ 15,35 bilhões para US\$ 16,98 bilhões. No ranking da UNCTAD de 2012, o Iêmen figurou como o 101º mercado mundial, sendo o 96º exportador e o 104º importador.

**IÊMEN: DIREÇÃO DAS EXPORTAÇÕES**  
US\$ milhões

Descrição	2 0 1 2 <sup>(1)</sup>	% no total
China	3.596	44,3%
Tailândia	1.514	18,7%
Coreia do Sul	1.102	13,6%
Índia	943	11,6%
Japão	376	4,6%
Estados Unidos	99	1,2%
Nova Zelândia	78	1,0%
Chile	55	0,7%
Egito	52	0,6%
Taiwan	45	0,6%
...		
<b>Brasil</b>	<b>0,44</b>	<b>0,0%</b>
<b>Subtotal</b>	<b>7.860</b>	<b>96,8%</b>
<b>Outros países</b>	<b>259</b>	<b>3,2%</b>
<b>Total</b>	<b>8.119</b>	<b>100,0%</b>



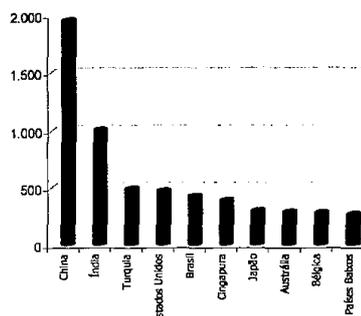
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC/COMTRADE/TradeMap, July 2013.

(1) O Iêmen não informou suas estatísticas de comércio exterior à UNCTAD, portanto os dados foram obtidos por extrapolação ou seja, pela informação dos parceiros.

As exportações do Iêmen são destinadas, em grande parte, aos vizinhos asiáticos, que responderam por 94,3% do total das vendas do país em 2012. Individualmente, a China foi o principal destino com 44,3%, seguida da Tailândia (18,7%); Coreia do Sul (13,6%); e Índia (11,6%). O Brasil foi o 31º mercado de destino das vendas do Iêmen.

**IÊMEN: ORIGEM DAS IMPORTAÇÕES**  
US\$ milhões

Descrição	2 0 1 2 <sup>(1)</sup>	% no total
China	1.951	22,0%
Índia	1.003	11,3%
Turquia	486	5,5%
Estados Unidos	469	5,3%
<b>Brasil</b>	<b>425,69</b>	<b>4,8%</b>
Cingapura	390	4,4%
Japão	299	3,4%
Austrália	289	3,3%
Bélgica	282	3,2%
Países Baixos	271	3,1%
<b>Subtotal</b>	<b>5.865</b>	<b>66,2%</b>
<b>Outros países</b>	<b>2.994</b>	<b>33,8%</b>
<b>Total</b>	<b>8.858</b>	<b>100,0%</b>



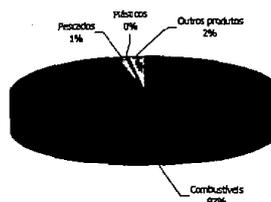
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC/COMTRADE/TradeMap, July 2013.

(1) O Iêmen não informou suas estatísticas de comércio exterior à UNCTAD, portanto os dados foram obtidos por extrapolação ou seja, pela informação dos parceiros.

A Ásia foi a principal fornecedora de bens ao Iêmen, representando 58,8%, seguida da União Europeia, com 17,2% do total das compras do país. Individualmente, a China foi a principal exportadora, com 22% do total. Seguiram-se Índia com 11,3%; Turquia (5,5%); e Estados Unidos (5,3%). O Brasil ocupou o quinto lugar entre os principais exportadores para o Iêmen e participou com 4,8% do total em 2012.

**IÊMEN: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES**  
US\$ milhões

Descrição	2 0 1 2 <sup>(1)</sup>	% no total
Combustíveis	7.839	96,6%
Pescados	96	1,2%
Plásticos	36	0,4%
<b>Subtotal</b>	<b>7.972</b>	<b>98,2%</b>
<b>Outros produtos</b>	<b>147</b>	<b>1,8%</b>
<b>Total</b>	<b>8.119</b>	<b>100,0%</b>

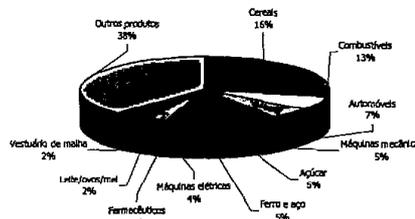


Elaborado pelo FINE, LAFI S/A - Centro de Informações Comerciais - sob a supervisão do Departamento de Comércio Exterior do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços - LAFI, baseado nos dados fornecidos pelo BOPDO - Survey, para o período de 2012. A LAFI não se responsabiliza pelo conteúdo de informações de terceiros. Para mais informações, consulte o site www.fine.com.br

A pauta de exportações do Iêmen é concentrada em combustíveis (óleos brutos e refinados de petróleo e gases de petróleo) representando 96,6% do total das vendas do país.

**IÊMEN: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES**  
US\$ milhões

Descrição	2 0 1 2 <sup>(1)</sup>	% no total
Cereais	1.382	15,6%
Combustíveis	1.126	12,7%
Automóveis	617	7,0%
Máquinas mecânicas	472	5,3%
Açúcar	465	5,2%
Ferro e aço	418	4,7%
Máquinas elétricas	398	4,5%
Farmacêuticos	228	2,6%
Leite/ovos/mel	201	2,3%
Vestuário de malha	201	2,3%
<b>Subtotal</b>	<b>5.508</b>	<b>62,2%</b>
<b>Outros produtos</b>	<b>3.350</b>	<b>37,8%</b>
<b>Total</b>	<b>8.858</b>	<b>100,0%</b>



Elaborado pelo FINE, LAFI S/A - Centro de Informações Comerciais - sob a supervisão do Departamento de Comércio Exterior do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços - LAFI, baseado nos dados fornecidos pelo BOPDO - Survey, para o período de 2012. A LAFI não se responsabiliza pelo conteúdo de informações de terceiros. Para mais informações, consulte o site www.fine.com.br

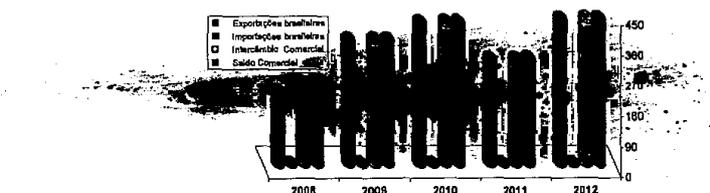
Cereais (trigo, arroz e milho), combustíveis (óleo de petróleo refinado) e automóveis foram os principais produtos importados pelo Iêmen em 2012, representando mais de 1/3 das compras do país (35,5%). Seguiram-se máquinas mecânicas (5,3%); e açúcar (5,2%).

**BRASIL-IÊMEN: EVOLUÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL**  
US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2008	2009	2010	2011	2012	2012 (jan-jun)	2013 (jan-jun)
<b>Exportações brasileiras</b>	<b>215</b>	<b>366</b>	<b>416</b>	<b>308</b>	<b>426</b>	<b>221</b>	<b>208</b>
Variação em relação ao ano anterior	32,4%	70,5%	13,8%	-26,1%	38,4%	62,9%	-5,6%
<b>Importações brasileiras</b>	<b>0,77</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,01</b>	<b>0,44</b>	<b>0,00</b>	<b>0,01</b>
Variação em relação ao ano anterior	(+)	-99,8%	34,0%	596,7%	(+)	-97,5%	(+)
<b>Intercâmbio Comercial</b>	<b>216</b>	<b>367</b>	<b>416</b>	<b>307</b>	<b>427</b>	<b>221</b>	<b>208</b>
Variação em relação ao ano anterior	33,1%	69,9%	13,6%	-26,2%	38,8%	62,9%	-5,6%
<b>Saldo Comercial</b>	<b>214</b>	<b>366</b>	<b>416</b>	<b>308</b>	<b>425</b>	<b>221</b>	<b>208</b>

Elaborado pelo IBGE, em parceria com a Direção de Intercâmbio Comercial, com base em dados do NDIC/SECEX/Aleceweb

O Iêmen foi o 73º parceiro comercial brasileiro em 2012, participando com 0,09% do total. Entre 2008 e 2012, o intercâmbio comercial brasileiro com o país cresceu 97,7%, de US\$ 216 milhões para US\$ 427 milhões. As exportações cresceram 98,3% e as importações reduziram-se em 42,5%. No período analisado, o saldo da balança comercial brasileira foi superavitária, tendo alcançado, em 2012, total de US\$ 425 milhões.



**BRASIL-IÊMEN : EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES, POR FATOR AGREGADO**  
US\$ milhões, fob - 2 0 1 2

DESCRIÇÃO	EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS	
	VALOR	PART. %
Básicos	116,0	27,2%
Semimanufaturados	0,1	0,0%
Manufaturados	309,7	72,7%
Transações especiais	0,0	0,0%
<b>Total</b>	<b>425,7</b>	<b>100,0%</b>

As exportações brasileiras para o Iêmen são compostas, em sua maior parte, por produtos manufaturados, que representaram 72,7% do total em 2012, com destaque para açúcar refinado. Seguiram-se os básicos, com 27,2%, com destaque para carnes de frango.

Elaborado pelo IBGE, em parceria com a Direção de Intercâmbio Comercial, com base em dados do NDIC

DESCRIÇÃO	IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS	
	VALOR	PART. %
Básicos	0,00	0,0%
Semimanufaturados	0,00	0,0%
Manufaturados	0,44	100,0%
<b>Total</b>	<b>0,44</b>	<b>100,0%</b>

A pauta importadora foi composta integralmente por bens manufaturados. Unidades de discos magnéticos foram os principais produtos importados pelo Brasil em 2012.

Elaborado pelo IBGE, em parceria com a Direção de Intercâmbio Comercial, com base em dados do NDIC

**BRASIL-IÊMEN: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS**  
US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2 0 1 0	2 0 1 1	2 0 1 2		Exportações brasileiras para o Iêmen, 2012
			Valor	% no total	
Agúcar	299	168	302	71,0%	
Carnes	95	89	115	26,9%	
Máquinas mecânicas	1	0	2	0,5%	
<b>Subtotal</b>	<b>395</b>	<b>257</b>	<b>419</b>	<b>98,4%</b>	
<b>Outros produtos</b>	<b>21</b>	<b>51</b>	<b>7</b>	<b>1,6%</b>	
<b>Total</b>	<b>416</b>	<b>308</b>	<b>426</b>	<b>100,0%</b>	

Elaborado pelo BRZ/OP/AVIC. Dados de Importações e Exportações, com base em dados do MDT/SECRET/ANEXO 0

Agúcar, principalmente açúcar refinado, foi o principal produto brasileiro exportado para o Iêmen em 2012, representando 70% da pauta. Seguiram-se carnes de frango (27% do total).

**BRASIL-IÊMEN: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS**  
US\$ mil, fob

DESCRIÇÃO	2 0 1 0	2 0 1 1	2 0 1 2		Importações brasileiras originárias do Iêmen, 2012
			Valor	% no total	
Máquinas mecânicas	0	9	393	88,8%	
Máquinas elétricas	0	2	49	11,0%	
Materias albuminóides	0	0	1	0,2%	
<b>Subtotal</b>	<b>1</b>	<b>11</b>	<b>443</b>	<b>99,9%</b>	
<b>Outros produtos</b>	<b>1</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>0,1%</b>	
<b>Total</b>	<b>2</b>	<b>14</b>	<b>443</b>	<b>100,0%</b>	

Elaborado pelo BRZ/OP/AVIC. Dados de Importações e Exportações, com base em dados do MDT/SECRET/ANEXO 0

A pauta de importação brasileira originária do Iêmen é composta por bens com alto valor agregado. As máquinas mecânicas, especificamente unidades de discos magnéticos e partes e acessórios para máquinas automáticas de processamento de dados, representaram 88,8% do total das compras brasileiras em 2012. Outros aparelhos para telefonia e telegrafia e discos para reprodução de fenômenos de som e imagem representaram 11% do total.

**BRASIL-IÊMEN: COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL**  
US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2 0 1 2(jan-jun)		2 0 1 3(jan-jun)		Exportações bras. para o Iêmen em 2013 (jan-jun)
	Valor	% no total	Valor	% no total	
<b>Exportações</b>					
Agúcar	157	71,0%	114	54,6%	
Carnes	60,6	27,4%	78	37,7%	
Cereais	0	0,0%	10	4,9%	
Fumo	0	0,0%	2	0,9%	
<b>Subtotal</b>	<b>217</b>	<b>98,5%</b>	<b>204</b>	<b>98,0%</b>	
<b>Outros produtos</b>	<b>3</b>	<b>1,5%</b>	<b>4</b>	<b>2,0%</b>	
<b>Total</b>	<b>221</b>	<b>100,0%</b>	<b>208</b>	<b>100,0%</b>	
<b>Importações</b>					
Máquinas mecânicas	0,000	0,0%	0,006	59,9%	
Máquinas elétricas	0,000	0,0%	0,004	38,8%	
<b>Subtotal</b>	<b>0,000</b>	<b>0,0%</b>	<b>0,010</b>	<b>98,7%</b>	
<b>Outros produtos</b>	<b>0,000</b>	<b>100,0%</b>	<b>0,000</b>	<b>1,3%</b>	
<b>Total</b>	<b>0,000</b>	<b>100,0%</b>	<b>0,010</b>	<b>100,0%</b>	

Elaborado pelo BRZ/OP/AVIC. Dados de Intercâmbio Comercial, com base em dados do MDT/SECRET/ANEXO 0

Aviso nº 605 - C. Civil.

Em 14 de agosto de 2013.

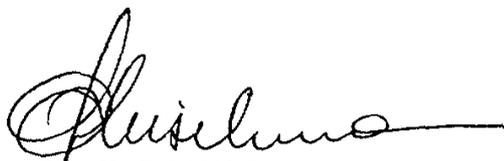
A Sua Excelência o Senhor  
Senador FLEXA RIBEIRO  
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor FLAVIO MAREGA, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Arábia Saudita e, cumulativamente, junto à República do Iêmen.

Atenciosamente,



GLEISI HOFFMANN  
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil  
da Presidência da República

*(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)*

Publicado no DSF,